



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**LUCIANA CORREIA ARAUJO**

**O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SERGIPE: um estudo sobre as políticas linguísticas e suas  
contribuições para as práticas de internacionalização**

**São Cristóvão – SE  
2024**

**LUCIANA CORREIA ARAUJO**

**O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SERGIPE: um estudo sobre as políticas linguísticas e suas  
contribuições para as práticas de internacionalização**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe (PPGL/UFS) como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Estudos Linguísticos; Linha de pesquisa: Linguística Aplicada

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Elaine Maria Santos**

**São Cristóvão – SE  
2024**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

A663p Araújo, Luciana Correia.  
O processo de internacionalização da Universidade Federal de Sergipe: um estudo sobre as políticas linguísticas e suas contribuições para as práticas de internacionalização / Luciana Correia Araújo; orientadora Elaine Maria Santos. – São Cristóvão, SE, 2024.  
178 f.: il.

Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. Linguística. 2. Política linguística. 3. Línguas modernas. 4. Ensino superior. I. Universidade Federal de Sergipe. II. Santos, Elaine Maria, orient. II. Título.

CDU 81'42:32



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**  
**MESTRADO E DOUTORADO EM LETRAS**



Ata de Exame de defesa da Dissertação de Mestrado apresentada por **LUCIANA CORREIA ARAÚJO** em 1 de fevereiro de 2024.

1 No primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às catorze horas,  
2 reuniu-se, na sala 402 da didática VII da Universidade Federal de Sergipe, a comissão  
3 para o Exame de defesa de dissertação de mestrado intitulada “**A Política Linguística**  
4 **da Universidade Federal de Sergipe: um estudo sobre sua abrangência e a**  
5 **inserção das comunidades linguísticas no contexto acadêmico,**□ composta por  
6 Elaine Maria Santos Presidente e Orientadora, Ana Karina de Oliveira Nascimento da  
7 Universidade Federal de Sergipe, Lucas Araújo Chagas da Universidade Estadual do  
8 Mato Grosso do Sul. A presidente da comissão examinadora deu início ao exame de  
9 defesa, facultando ao candidato a exposição oral em até vinte minutos. Em seguida,  
10 passou a palavra a cada examinador, por igual tempo, para arguição do trabalho.  
11 Terminada a arguição, a comissão examinadora se reuniu em particular para proceder  
12 à avaliação final. Retornando à sala, a presidente da comissão examinadora anunciou  
13 a APROVAÇÃO do trabalho de **LUCIANA CORREIA ARAÚJO** na  
14 atividade EXAME DE DEFESA do Programa de Pós-Graduação em Letras. Nada mais  
15 havendo a tratar, a presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ata, aprovada e  
16 assinada pela comissão.

Documento assinado digitalmente

gov.br **ELAINE MARIA SANTOS**  
Data: 01/02/2024 17:53:51-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Elaine Maria Santos  
Universidade Federal de Sergipe  
Presidente da comissão examinadora

Documento assinado digitalmente

gov.br **ANA KARINA DE OLIVEIRA NASCIMENTO**  
Data: 01/02/2024 18:26:29-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ana Karina de Oliveira Nascimento  
Universidade Federal de Sergipe  
Examinadora Interna ao Programa

Documento assinado digitalmente

gov.br **LUCAS ARAUJO CHAGAS**  
Data: 05/02/2024 17:06:38-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lucas Araújo Chagas  
Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul  
Examinador Externo à Instituição

## AGRADECIMENTOS

Uma das minhas frases favoritas é: “Eu sei o que eu quero, mas só Deus sabe o que eu preciso”. Quando fui eliminada da seleção para o Mestrado no PPGL - turma de 2021, por não ter visto o e-mail com o link da entrevista a tempo, fiquei inconformada e revoltada, ao ponto de pensar em não tentar mais ingressar neste programa. No ano seguinte fiz a inscrição aos 45 do segundo tempo, e dessa vez deu tudo certo, quer dizer, mais que certo, pois foi que percebi as surpresas preparadas por Deus.

Ao acessar minha página do SIGAA, como aluna, percebi que o (a) orientador (a) não era quem eu imaginava, e alguém que eu não tinha muito conhecimento, e com toda certeza, essa foi a minha maior e melhor surpresa nessa jornada, um verdadeiro presente de Deus, por isso agradeço a Prof<sup>a</sup> Elaine Maria Santos, que acreditou em mim, mais até do que eu mesma, me apoiou em decisões importantíssimas, entendeu meus momentos de fragilidade, me incentivou a dar passos maiores, me respondeu durante as madrugadas e me apresentou ao tema desta pesquisa, o qual eu me identifiquei e busco continuar pesquisando. Obrigada Prof<sup>a</sup> Elaine por ter feito com que tudo parecesse tão simples e por ter tornado esse momento mais leve.

Agradeço aos professores Ana Karina de Oliveira Nascimento e Lucas Araújo Chagas que dedicaram um pouco do seu tempo a ler a minha pesquisa e enriquecê-la com suas sugestões valorosas que me fizeram chegar até aqui, obrigada professores pela paciência e dedicação! Agradeço também, aos demais professores que compartilharam um pouco do seu conhecimento durante essa trajetória.

Aos meus colegas de turma, especialmente, Ádria, Gabriela, Isabela, João Paulo, e as minhas parceiras Maelle e Sanmires, que foram fundamentais em todo esse processo, desde as caronas, as conversas paralelas, as divisões e apresentações de trabalhos, aos conselhos e incentivo de cada um, que me acompanhou até esse momento. Obrigada!

A cada um dos meus colegas do DAA, que foram essenciais nesse momento da minha vida, tanto profissional, pessoal, quanto acadêmica, pois se consegui fazer o mestrado sem me afastar do trabalho, e exercendo a função de chefia, é porque tive o apoio e o suporte de uma equipe competantíssima, em que posso confiar. Agradeço especialmente a Klessiane e a Tâmis, que em diversos momentos assumiram as

minhas atividades para que eu pudesse me dedicar à vida acadêmica, a Cláudia que sempre me alertou quanto aos prazos, a Abdilene que aguentou todos meus pedidos de ajuda nos suportes técnicos, ao Prof. Dilton Maynard por toda compreensão e confiança, e à Lucymar, minha eterna chefe, que tanto me incentivou e me apoiou. Muito obrigada.

A minha família, irmão, tios, primos e amigos, especialmente aos meus pais José Luciano e Vanda, que compreenderam minhas ausências em alguns, meu estresse, minha correria e que foram e sempre serão meu alicerce para tudo que eu me dedicar a fazer, sem o apoio e a compreensão deles nada disso seria possível. Obrigada família.

Agradeço a melhor parceira, a concretização do amor de Deus em minha vida, Ana Cecília, por quem eu me dedico incansavelmente, que compreendeu as minhas inúmeras ausências, quem me acalmou nos momentos de desespero, como se fosse à adulta da relação, me incentivando a ficar acordada para ler e escrever quando o sono e cansaço me venciam. Quem me acompanhou algumas vezes à sala aula, e por quem eu vou sempre buscar ser uma pessoa e um exemplo melhor. Obrigada minha filha.

Por fim, agradeço a Nossa Senhora, a quem sou devota, quem sempre está comigo, me guiando e conduzindo em cada passo, pensamento e reflexão e a Deus por preparar exatamente o que eu preciso, independente das minhas vontades, pois tudo é no tempo dele, “eu sei o que eu quero, mas ele é quem sabe o que eu preciso”. Obrigada meu Deus.

“Todas as vitórias ocultam  
uma abdicação”. (Simone de  
Beauvoir)

## RESUMO

O tripé ensino, pesquisa e extensão dá a sustentação para as ações conduzidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES), independente do contexto ser público ou privado. Autores como Santos e Almeida Filho (2012) destacam a existência de uma quarta dimensão universitária: a internacionalização. Para que possamos analisar o modo pelo qual as universidades se tornam internacionalizadas, é preciso um estudo preliminar sobre o que é internacionalização e as formas pelas quais ela pode ser percebida na instituição. Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo investigar os processos de internacionalização desenvolvidos na Universidade Federal de Sergipe, com atenção especial sendo dedicada à análise da Política Linguística instituída a partir da Resolução Nº 35/2018/CONPEPE, que foi desenvolvida de forma a abranger toda a comunidade acadêmica. Não há como pensar em internacionalização sem que uma análise da(s) política(s) linguística(s) possa(m) ser(em) feita(s). Esse estudo relacionando internacionalização e política linguística pode também ser justificado pela necessidade de investigar os caminhos percorridos pela UFS para que ocupasse posições de destaque no cenário atual a nível nacionais e internacionalmente. Esta pauta, dessa forma, tem grande relevância para manutenção e elevação dos bons resultados conquistados, além de auxiliar a identificar possíveis ações que podem contribuir para tornar a atual política mais abrangente, observando o quanto ela pode ser benéfica para a instituição e a comunidade na qual está inserida. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa baseada em uma abordagem qualitativa, do tipo exploratória, com o método descritivo, usando, como meios para coleta de dados, o estudo bibliográfico e documental, por detalhar o caso da UFS e investigar as ações de internacionalização estabelecidas nesse contexto em específico. A revisão da literatura traz conceitos sobre internacionalização, política e planejamento linguístico e sistema de ranqueamento internacional, a partir de contribuições de teóricos tais quais Calvet (2007), De Wit (2020), Knight (2020), Morosini (2019), Stallivieri (2017, 2019), dentre outros que abordam essas temáticas. Como resultados preliminares, podemos comprovar a importância do estabelecimento de práticas de internacionalização abrangentes, que destaquem o papel da internacionalização em casa, de modo a ser possível incluir toda a comunidade acadêmica na busca pelo estabelecimento de uma postura internacional e intercultural nas atividades desenvolvidas. É possível, também, perceber que, mesmo tendo sido um avanço, a política linguística da UFS ainda precisa de ajustes, de modo a melhor guiar as ações das línguas estrangeiras/adicionais, e melhor inseri-las nos planos de internacionalização.

**Palavras-chave:** Internacionalização; Política e Planejamento Linguístico; Línguas Estrangeiras; Universidade Federal de Sergipe.

## ABSTRACT

The teaching, research and extension tripod supports actions carried out by Higher Education Institutions (HEIs), regardless of whether the context is public or private. Authors such as Santos and Almeida Filho (2012) highlight the existence of a fourth university dimension: internationalization. In order to be able to analyze the way in which universities become internationalized, a preliminary study on what internationalization is and the ways in which it can be perceived in the institution is necessary. Given the above, this research aims to investigate the internationalization processes developed at the Federal University of Sergipe, with special attention being dedicated to the analysis of the Linguistic Policy instituted by Resolution N° 35/2018/CONEPE, which was developed in order to cover the entire academic community. There is no way to think about internationalization without an analysis of the linguistic policy(ies) being carried out. This study relating internationalization and language policy can also be justified by the need to investigate the paths taken by the HEI so that it occupied prominent positions in the current scenario at national and international level. This agenda, therefore, is of great importance for maintaining and increasing the good results achieved, in addition to helping to identify possible actions that can contribute to making the current policy more attractive, noting how much it can be beneficial to the institution and the community in which it is inserted. Methodologically, this is research based on a qualitative, exploratory approach, with a descriptive method, using bibliographic and documentary studies as means of data collection, as it details the UFS case and investigates internationalization actions established in this specific context. The literature review brings concepts about internationalization, language policy and planning and the international ranking system, based on contributions from theorists such as Calvet (2007), De Wit (2020), Knight (2020), Morosini (2019), Stallivieri (2017, 2019), among others that address these themes. As preliminary results, we can prove the importance of establishing comprehensive internationalization practices, which highlight the role of internationalization at home, so that it is possible to include the entire academic community in the search for the establishment of an international and intercultural posture in the activities developed. It is also possible to perceive that, even though it was a step forward, the UFS linguistic policy still needs adjustments, in order to better guide the actions of foreign/additional languages, and better insert them in the internationalization plans.

**Keywords:** Internationalization; Language Policy and Planning; Foreign languages; Federal University of Sergipe.

## LISTA DE IMAGENS

**Figura 1:** Gráfico sobre a distribuição das bolsas do programa CAPES-Print.

**Figura 2:** Classificação dos tipos de internacionalização

**Figura 3:** Quadro da Agenda da internacionalização integral

**Figura 4:** Publicação feita na página oficial do Instagram da UFS

**Figura 5:** Publicação feita na página oficial do Instagram da UFS

**Figura 6:** Publicação feita na página oficial do Instagram da UFS

**Figura 7:** Publicação feita na página oficial do Instagram da UFS

**Figura 8:** Publicação feita na página oficial do Instagram da UFS

## **LISTA DE QUADROS**

**Quadro 1:** Nomenclaturas dos tipos de internacionalização

**Quadro 2:** Programas ativos na UFS

**Quadro 3:** Programas encerrados na UFS

## LISTA DE SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BICEN	Biblioteca Central
BRACOL	Programa de Mobilidade Acadêmica Brasil-Colômbia
BRAFITEC	Brasil/França IgénieurTechnologie
BRAMEX	Programa de Mobilidade Brasil-México
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CICADT	Coordenação de Assuntos Internacionais e de Capacitação Docente e Técnica
CODAP	Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe
COIL	<i>Collaborative Online International Learning</i>
COMPIN	Comissão Permanente de Internacionalização
CONEPE	Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão
CORI	Coordenação de Relações Internacionais
CsF	Ciências sem Fronteiras
DAL	Divisão de Assessoria Linguística
DAA	Departamento de Administração Acadêmica
DCM	Divisão de Cooperação Internacional e Mobilidade Estudantil
DEAPE	Departamento de Apoio Pedagógico
DICAC	Divisão de Controle Acadêmico
DLES	Departamento de Letras Estrangeiras
EAT	<i>English Teaching Assistants</i>
ERASMUS	Erasmus Mundus
ESEC	Escola Superior de Coimbra
GPLIES	Grupo de Pesquisa sobre Políticas Linguísticas e de internacionalização da Educação Superior
GT	Grupo de Trabalho
IaH	<i>Internationalization at Home</i>
IC	<i>Comprehensive Internationalization</i>
IeC	Internacionalização em Casa
IES	Instituições de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos

IoC	Internacionalização do Currículo
IPOL	Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística
IsF	Idiomas sem Fronteiras
IsF	Inglês sem Fronteiras
LAC	Linguística Aplicada Crítica
MEC	Ministério da Educação
NAFSA	Associação de Educadores Internacional
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEC	Programa de Alianças para a Educação e Capacitação
PCI	Projetos de Cooperação Internacional
PDEE	Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDMI	Programa Institucional de Mentoria Acadêmica Estrangeiro
PDSE	Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PL	Política Linguística
PLE	Português como Língua Estrangeira
PLI	Programa de Licenciaturas Internacionais
PRINT	Programa de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RESUN	Restaurante Universitário
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SESU	Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação
TOEFL ITP	<i>Test of English as a Foreign Language</i>
THE	<i>Times Higher Education</i>
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UnB	Universidade de Brasília

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a  
Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
2 ASPECTOS METODOLÓGICOS .....	21
2.1 NATUREZA DA PESQUISA.....	21
2.2 CONTEXTO DE PESQUISA E COLETA DE DADOS .....	22
2.3 COMPOSIÇÃO DO <i>CORPUS</i> .....	24
<b>3 INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR</b> .....	<b>27</b>
3.1 O QUE É INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR .....	27
3.2 A INTERNACIONALIZAÇÃO E A PANDEMIA .....	32
3.3 A INTERNACIONALIZAÇÃO RESPONSÁVEL E SOLIDÁRIA .....	35
3.4 ALGUNS RISCOS ASSOCIADOS AO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO .....	39
<b>4 TIPOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E INTERNACIONALIZAÇÃO NO BRASIL</b> .....	<b>43</b>
4.1 TIPOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR .....	43
<b>4.1.1 Internacionalização Abrangente, Internacionalização Integral ou <i>Comprehensive Internationalization (IC)</i></b> .....	<b>45</b>
<b>4.1.2 Internacionalização do Currículo (IoC)</b> .....	<b>49</b>
<b>4.1.2.1 Internacionalização Transfronteiriça, Mobilidade ou <i>Crossbord</i></b> .....	<b>51</b>
<b>4.1.2.2 Internacionalização em Casa / <i>Internationalization at Home (IeC/IaH)</i></b> ..	<b>53</b>
4.2 INTERNACIONALIZAÇÃO NO BRASIL E OS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DIVERSOS .....	56
<b>4.2.1 O Programa Ciências sem Fronteiras, Idiomas sem Fronteiras e Capes Print</b> .....	<b>59</b>
<b>4.2.2 A Internacionalização no Brasil e os documentos institucionais diversos</b> .....	<b>63</b>
<b>4.2.3 A Agenda 2030 e os Sistemas de ranqueamento para as Instituições de Ensino Superior</b> .....	<b>65</b>

<b>5 POLÍTICA (S), PRÁTICA (S) E PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO .....</b>	<b>69</b>
5.1 POLÍTICA (S) LINGUÍSTICA (A) NO BRASIL .....	74
5.2 PRÁTICAS E PLANEJAMENTO LINGUÍSTICOS .....	78
5.3 PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO.....	80
<b>6 O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UFS.....</b>	<b>84</b>
6.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE.....	84
6.2 REDE IsF NA UFS .....	86
6.3 A COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - CORI.....	89
6.4 RESOLUÇÃO Nº 35/2018/CONEPE QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA LINGUÍSTICA DA UFS .....	95
6.5 PDI 2021-2025 .....	100
6.6 UFS E RANKINGS .....	103
<b>ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>115</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>125</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade cada vez mais globalizada, em que o mercado de trabalho busca constantemente evolução, e no qual a qualificação e os requisitos para que se possa ingressar e permanecer nele deixam de ser pautados em parâmetros nacionais e passam a ser entendidos em meio a critérios globais. Nesse contexto de interconexões globalizadas, a presença da internacionalização nas instituições de ensino superior torna-se algo fundamental para a obtenção de bons resultados, tanto na formação acadêmica, quanto no desenvolvimento de pesquisas, uma vez que as parcerias nacionais e internacionais, bem como as pesquisas colaborativas e ações de ensino transfronteiriças causam um impacto positivo nos resultados institucionais e na visão que toda a comunidade científica passa a ter das Instituições de Ensino Superior - IES brasileiras e internacionais.

O processo de internacionalização vem ganhando espaço nas universidades, principalmente quando consideramos a afirmação de Stallivieri (2017, p. 19), ao destacar “a necessidade de internacionalização, que não é mais vista como opção por algumas instituições, mas como um passo necessário para encorajar o desenvolvimento equilibrado das nações através da educação”. É possível observar o empenho que as instituições vêm tendo para se tornarem internacionalizadas, em especial as que ainda não possuem uma história sólida trilhada nos caminhos da internacionalização e que implantaram, há pouco tempo, suas políticas linguísticas.

Muito desse empenho, por parte das instituições de ensino superior, pode estar relacionado à busca por melhores colocações nos rankings internacionais, a exemplo do britânico *Times Higher Education* – THE, responsável por medir o desempenho de escolas e universidades em nível mundial, o que constitui uma grande vitrine para o investimento em programas e pesquisas que, de modo geral, buscam agregar valor e, principalmente, conhecimento ao ambiente acadêmico.

Quando falamos em ações nacionais voltadas para a internacionalização, é importante destacar o papel ocupado pelo Programa Ciência sem Fronteiras – CsF, criado pelo Ministério da Educação (MEC), em 2011, com o objetivo de Brasil (2012) “promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional”. O programa fez parte do esforço em se buscar medidas nacionais, com

a finalidade de apoiar e contribuir para a disseminação de práticas em que o compartilhamento de conhecimento pudesse ser ampliado para os contextos nacionais e internacionais, o que, inegavelmente, acabaria por contribuir para a valorização do ensino de línguas estrangeiras/adicionais no Brasil, para o futuro desenvolvimento de políticas linguísticas institucionais e para o reconhecimento do nosso país como um local de parcerias acadêmicas internacionais atrativas, capaz de fazer com que o fluxo de pesquisadores aumentasse nas nossas instituições. No entanto, tal esforço ainda não foi o suficiente, conforme destacado por muitos pesquisadores.

A despeito do bem-sucedido programa de internacionalização Ciência sem Fronteiras, que alcançou a meta total de 101 mil, em 2015, o Brasil ainda é pouco conhecido e pouco atraente aos estudantes e pesquisadores internacionais (Gorovitz; Unternbäumen, 2021, p. 57).

Para os autores supracitados, (2021 p. 57), o Brasil dispõe de uma economia de grande destaque a nível mundial, no entanto, no que diz respeito ao cenário educacional e de pesquisa, ainda se encontra um pouco distante dos países com alta relevância educacional, o que justifica o fato de a produção científica brasileira não ter ainda ganhado o destaque necessário no âmbito global.

O Brasil ocupa um honroso 13º lugar em número de artigos científicos de autoria individual. Mas, ao referenciar-se o impacto destas publicações, retrocede para 22º lugar no “Fator H”. Idem, no indicador pesquisa colaborativa (autores de dois ou mais países), e desde 2009 estagnou na participação de produção científica coletiva; comparativamente, o país apresentou melhor desempenho no final da década de 1990. Ou seja, considerando esse indicador, diminuímos o grau de internacionalização da pesquisa (Gorovitz; Unternbäumen, 2021, p. 57).

Vale frisar que a manutenção desses números é importante para que o país possa continuar tendo visibilidade diante de um cenário tão amplo e competitivo. No entanto, pautar a internacionalização em produtivismo não deve ser o objetivo de uma instituição pública de ensino superior, e esta também não pode ser concebida apenas como um produto mercadológico, visando resultados financeiros. Ela deve ser concebida como algo muito maior, e precisa ser estruturada como um processo internacional, intercultural e global, conforme defendido por Knight (2012), de modo a ser possível ampliar a qualidade do ensino superior brasileiro.

Devo destacar que o presente estudo leva em consideração a vivência que tenho no ambiente acadêmico, especialmente na Universidade Federal de Sergipe, da qual faço parte do quadro de servidores técnico administrativos, desenvolvendo

atividades há 9 (nove) anos, no Departamento de Administração Acadêmica - DAA, unidade ligada à Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, na qual, atualmente, exerço o cargo de direção da Divisão de Controle Acadêmico - DICAC. Essa experiência me possibilitou um contato direto com o corpo discente da instituição, uma vez que o referido setor é o primeiro contato que o aluno tem com a universidade, já que este é o local em que a maioria recorre para sanar algum problema. Logo, o cargo de direção oportunizou-me novos conhecimentos, devido ao convívio que passei a ter com assuntos mais técnicos, e pelo fato de ter passado a fazer parte de alguns Grupos de Trabalhos - GT, nos quais são discutidos planejamentos, normas e resoluções.

Essa vivência, somada à formação acadêmica em Letras Português-Inglês, permitiu que eu tivesse uma aproximação maior com a área de Estudos Linguísticos, além de reflexões e leituras sobre as ações direcionadas às Políticas Linguísticas e Internacionalização do Ensino Superior que vem sendo desenvolvidas na instituição, uma vez que a UFS tem alcançado posições de destaque no cenário nacional e internacional, passando a figurar nos *rankings* entre as melhores universidades do país.

Além disso, no dia-a-dia do ambiente acadêmico, é possível observar algumas dificuldades encontradas pelos discentes ao ingressar na instituição, e durante o decorrer do curso, especialmente os oriundos de convênios, que relatam suas insatisfações pela falta de uma política mais delineada para esse público, a exemplo dos alunos que chegaram através do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), programa este que disponibiliza vagas em cursos de ensino superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais, criado por uma pareceria entre os ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em cooperação com universidades públicas, federais e estaduais, instituições privadas.

Partindo dessas perspectivas, busco responder às seguintes questões: Diante da Política Linguística instituída pela UFS, houve espaço para um planejamento linguístico de modo a contribuir para o desenvolvimento de ações em prol da internacionalização? A internacionalização está sendo desenvolvida dentro da UFS de forma gradativa? As ações previstas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI contemplam a promoção da internacionalização? Essas questões são importantes, pois suas respostas podem situar a instituição e sinalizar possíveis direcionamentos para a consolidação de uma universidade internacionalizada, afinal

“através da internacionalização institucional, uma universidade pode se posicionar em igualdade de condições com as melhores e mais renomadas instituições de ensino superior do mundo” (Stallivieri, 2017, p. 19).

Diante do exposto, a presente pesquisa tem o objetivo geral de analisar os processos de internacionalização desenvolvidos na Universidade Federal de Sergipe, com atenção especial à análise da Política Linguística instituída a partir da Resolução Nº 35/2018/CONEPE, que foi desenvolvida de forma a abranger toda a comunidade acadêmica. Como objetivos específicos, destaco a importância em: verificar se houve espaços para que um planejamento linguístico pudesse ser executado, de modo a permitir a implementação da atual política linguística, de forma a subsidiar a promoção da internacionalização; identificar se as ações de internacionalização estão sendo desenvolvidas de forma gradativa; e avaliar se as ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI para o futuro, contemplam políticas em prol da promoção da internacionalização do ensino superior, considerando a prospecção de estarmos diante da quarta missão da universidade.

A presente pesquisa é exploratória, de caráter qualitativo, e dos tipos bibliográfica, documental, por trabalhar com alguns documentos da instituição, a exemplo da Resolução 35/2018/CONEPE e do PDI, e estudo de caso, uma vez que faremos uso de uma revisão de literatura, com base em autores, como, Knight (2020), De Wit (2013), Hudzki (2011), Morosini (2019), entre outros. Além disso, serão analisados documentos e ações executadas pela Universidade Federal de Sergipe, com a finalidade de buscar informações que nos ajudem a alcançar os objetivos traçados. Para que os objetivos possam ser alcançados, essa dissertação está estruturada em seis seções: Na primeira seção, foi feita uma contextualização inicial sobre a internacionalização e a importância dessa temática para a visibilidade nacional e internacional das IES brasileiras; especialmente na UFS. Na segunda, foram tratadas as informações relacionadas à metodologia empregada, problemas de pesquisa e objetivos. Na terceira seção, intitulada “Internacionalização do Ensino Superior”, são discutidos alguns conceitos relacionados à internacionalização, aos impactos da pandemia nos processos de internacionalização desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como questões relacionadas à internacionalização responsável e solidária e alguns riscos que podem ser associados ao processo de internacionalização do/no ensino superior.

A quarta seção é dedicada ao estudo de algumas classificações feitas sobre o processo de internacionalização, como, por exemplo, a *Comprehensive Internationalization* (IC), Internacionalização Abrangente ou Internacionalização Integral; a Internacionalização do Currículo (IoC); a Internacionalização *Crossborder* ou Transfronteiriça; e a Internacionalização em Casa / *Internationalization at Home* (IeC / IaH). Trago, ainda, algumas discussões sobre os programas Ciência sem Fronteiras, Idiomas sem Fronteiras e Capes-PrInt, bem como a agenda 2030 e os sistemas de ranqueamento para as Instituições de Ensino Superior.

Na seção cinco são discutidos os conceitos relacionados a políticas e planejamento linguístico, enquanto que, na seção seis, é retratado o processo de internacionalização da UFS, com destaque para o papel da Rede Andifes Idiomas sem Fronteiras nesse processo. São analisadas, também, as ações desenvolvidas na Coordenação de Relações Internacionais (CORI), o PDI 2021-2025, e a Resolução nº 35/2018/CONEPE, que dispõe sobre a Política Linguística da UFS. Na última seção, são compartilhadas algumas considerações que foram possíveis de serem elencadas durante a pesquisa.

## 2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

### 2.1 NATUREZA DA PESQUISA

Esta pesquisa está fundamentada nos Estudos Linguísticos, mais especificamente na linha de pesquisa Linguística Aplicada (LA), não se constituindo de maneira estática e imutável, e oportunizando a ampliação do conhecimento de modo interdisciplinar, multicultural, pluricultural e crítico. Essa pesquisa tem caráter interdisciplinar, por entender a internacionalização do ensino superior como uma possibilidade que as IES têm de desempenhar o papel social, característica basilar da LA, e desbravar novos horizontes, oportunizando novas análises e o desenvolvimento acadêmico.

Corroborando essa perspectiva, amparamo-nos, também, na linguística aplicada crítica - LAC, pela sua natureza em ser uma abordagem “mutável e dinâmica para as questões da linguagem” (Pennycook, 2006, p. 67). Esse enfoque crítico reverbera o papel social que a pesquisa desempenha em prol de contribuir para a transformação da sociedade. Ainda, conforme o mesmo autor, a LAC pode ser compreendida de modo antidisciplinar, ou como um conhecimento transgressivo, buscando problematizar o modo de pensar, contribuindo, assim, para a evolução.

Esse trabalho leva em consideração a reconfiguração da linguística aplicada como prática interrogadora atrelada à prática social na contemporaneidade, na qual não é necessário demarcar suas fronteiras rigidamente, já que as entendemos como sendo fluidas, mutantes, moventes. Nesse sentido, Fabrício (2006, p. 50) “vem advogando uma LA como prática problematizadora, que assume abertamente suas escolhas ideológicas, políticas e éticas”. Para a autora, é necessário estarmos sempre reexaminando nossas próprias práticas, e as demais que tenham incidência no meio social.

A ideia de internacionalização do ensino superior, além de corresponder ao caráter social, interdisciplinar e multicultural intrínseco à linguística aplicada, está associada aos territórios moventes ligados às práticas linguísticas. Fabrício (2006, p. 50), reforça essa característica movente da LA ao destacar o “foco no processo de invenção e de fabricação do mundo social que nos acorda para a possibilidade de

responsabilidade por mudanças e construção de valores, sentido e futuro sociais possíveis”.

Ainda considerando o disposto pela linguística aplicada, Moita Lopes (2013, p. 16) aponta a importância dessa área de estudo para o ensino de línguas, já que, para ele, “a sala de aula de línguas, justamente por ser a área de maior interesse de nossa homenagem<sup>1</sup>, e, certamente, a mais desenvolvida no Brasil”. Jordão (2016, p. 39) apresenta que “a concepção atual da LA se refere a um campo de teorias e metodologias especialmente dedicada às possibilidades e usos concretos e situados da língua materna/adicional em situação de interação social”. Essa afirmação nos leva a perceber que a preocupação com a questão social é o que nos une em torno da LA, além das questões de língua.

Nesse contexto, todo esse cenário que engloba o universo da internacionalização do ensino superior está ancorado e respaldado pelo que é proposto pela linguística aplicada. Diante do exposto, é possível afirmar que o ensino de línguas, a valorização das práticas sociais, a necessidade de transgredir as fronteiras linguísticas, sociais e institucionais contribuem diretamente para o objeto de pesquisa aqui proposto e para desenvolvimento do papel social que cabe ao pesquisador de linguística aplicada.

## 2.2 CONTEXTO DE PESQUISA E COLETA DOS DADOS

Com vistas a alcançar os objetivos propostos, este estudo traçou os caminhos da metodologia qualitativa, do tipo exploratória, com o método comparativo e descritivo, usando, como meios para coleta de dados, o estudo bibliográfico e documental.

O aspecto exploratório se evidencia pelo conhecimento existente na relação entre o pesquisador e o objeto investigado, buscando explorar as possibilidades e circunstâncias ainda não experienciadas em determinados meios. Paiva (2019, p. 13)

---

1 Considerada uma das principais precursora da Linguística Aplicada no Brasil, Maria Antonieta Alba Celani, fundadora do primeiro programa de pós-graduação em linguística aplicada da América Latina na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na qual era professora titular emérita e um dos principais nome no Brasil no ensino de língua inglesa. Entre os principais projetos criados por ela, destacamos o um projeto voltado para o ensino de Inglês Instrumental, que com o apoio da CAPES foi levado a mais de vinte universidades. Disponível em: Disponível em: <https://www.mercado-de-letras.com.br/resumos/pdf-17-02-14-8-40-38.pdf>

aponta que “a pesquisa exploratória é um estudo preliminar voltado a familiarizar o pesquisador com o fenômeno sob investigação”.

A abordagem qualitativa acontece em um meio real e busca compreender a realidade a partir da análise dos dados encontrados. No caso específico, esta pesquisa tem como objeto de estudo o processo de internacionalização do ensino superior na Universidade Federal de Sergipe, buscando analisar como esta ação está acontecendo, com um olhar especial ao processo que implementou a Política Linguística da instituição, e que culminou na Resolução nº 35/2018/CONPE. É importante destacar que outros documentos e informações públicas disponíveis acerca do objeto de estudo também foram investigados.

Os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa consistem na escolha adequada de métodos e teorias convenientes; no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas; nas reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção do conhecimento; na variedade de abordagens e métodos. (Flick, 2009, p. 23)

No que se refere aos objetivos, esta pesquisa será de caráter explicativo por requerer a minúcia do cenário a ser analisado, averiguando as fontes que contribuem para determinado evento. Prodanov (2013, p. 53) afirma que esse tipo de pesquisa é usada quando o pesquisador busca “explicar os porquês das coisas e suas causas, por meio do registro, da análise, da classificação e da interpretação dos fenômenos observados”. A pesquisa também se enquadra no tipo estudo de caso, por detalhar o caso da UFS e investigar as ações de internacionalização estabelecidas nesse contexto em específico.

No tocante à coleta de dados, o pesquisador faz uso das pesquisas bibliográfica e documental. Esta primeira é descrita por Gonçalves (2005, p. 34) como a “análise dos dados descritos em livros, artigos de revista, dentre outros” e possui como propósito situar o investigador no que concerne ao que já foi produzido sobre seu objeto de estudo. Quanto à pesquisa documental, “esta tem como foco as informações contidas em documentos, a exemplo de regulamentos, memorandos, relatórios, entre outros”, conforme declara Carvalho *et al.* (2019, p. 38). Vale ressaltar que essa, e a pesquisa bibliográfica, possuem similaridades em sua execução, porém, se diferenciam pela natureza das suas fontes.

A pesquisa bibliográfica é um tipo secundário porque utiliza estudos já publicados em livros e artigos acadêmicos, além de informações encontradas em relatórios, podcasts, páginas na web, blogs, vídeos, bancos de dados, apresentações digitais, gravações de palestras, folhetos etc., mas ela vai

além da mera busca de informações e não é uma simples compilação dos resultados dessas buscas. Apesar de não trazer nenhum conhecimento novo, o pesquisador deve resumir essas informações, avaliando-as, relacionando-as de forma coesa e crítica, adicionando explicações, sempre que necessário. (Paiva, 2019, p. 60)

Por fim, no tocante à natureza dos dados obtidos, seu caráter será qualitativo, por serem estes descritivos, representando o objeto de estudo de modo mais abrangente possível. Carvalho *et al.* (2019, p. 29) esclarecem que, neste contexto, o entendimento do pesquisador tem relevância significativa, em razão de não se referir somente a um conjunto de informações fechadas que possuem como único aspecto valores numéricos, ou seja, estatísticos, mas a natureza do fenômeno investigado é avaliada.

Frente ao exposto, busca-se, com base nos documentos e dados analisados, compreender e contextualizar como está sendo desenvolvida a internacionalização na UFS; quais os caminhos percorridos e o que pode ser feito para contribuir com a ampliação desta política.

### 2.3 COMPOSIÇÃO DO CORPUS

Considerando que, para a constituição de um *corpus* é preciso definir o objeto, a questão e o problema de pesquisa (Marquezan, 2009), esta pesquisa tem como objeto de estudo a internacionalização do ensino superior, especialmente, com foco em analisar os processos de internacionalização desenvolvidos pela Universidade Federal de Sergipe, com atenção à Política Linguística instituída pela IES através da Resolução N°35/2018//CONEPE, uma vez que esta pode ser o fio condutor para o desenvolvimento de práticas em prol da internacionalização. Como objetivos específico, buscamos 1) verificar se houve espaços para que um planejamento linguístico pudesse ser executado, de modo a permitir a implementação da atual política linguística, de forma a subsidiar a promoção da internacionalização; 2) identificar se as ações de internacionalização estão sendo desenvolvidas de forma gradativa; 3) avaliar se as ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI para o futuro contemplam políticas em prol da promoção da internacionalização do ensino superior, considerando a prospecção de estarmos diante da quarta missão da universidade.

Cabe pontuar que umas das motivações para tal estudo vem do aumento de atividades que objetivam a promoção da internacionalização nas universidades, fato este que precisa de uma atenção especial e requer investigação. A Coordenação de Relações Internacionais - CORI, juntamente com a Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e outros setores da universidade têm buscado novas práticas, tanto em ações, quanto em documentos que incentivem e regulamentem os moldes de internacionalização dentro da instituição. Outro ponto a ser observado é a inclusão desse tema no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2021 - 2025, que “representa a síntese dos resultados e aspirações da Instituição de forma sistemática e contínua” (SERGIPE, 2022, p. 24).

Ressalto, ainda, a importância de uma pesquisa como esta ser desenvolvida por uma servidora da instituição, já que tenho a oportunidade de vivenciar no dia a dia assuntos que estão ligados direta ou indiretamente com a temática que este projeto de pesquisa se propõe atender, considerando que faço parte do quadro de servidores técnico administrativos da IES, desenvolvendo atividades há 9 (nove) anos no Departamento de Administração Acadêmica - DAA, unidade ligada à Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, na qual, atualmente, exerço o cargo diretivo. Essa experiência me possibilitou um contato direto com o corpo discente da instituição, uma vez que o referido setor é o primeiro contato que o aluno tem com a universidade, quando na busca pela resolução de algum problema acadêmico. O contato com o cargo de direção oportunizou-me novos conhecimentos, devido ao convívio que passei a ter com assuntos mais técnicos, e contato com setores que tratam diretamente com a internacionalização, a exemplo, da Coordenação de Relações Internacionais - CORI.

Por se tratar de uma abordagem qualitativa de análise de dados, e uma pesquisa bibliográfica, buscamos compreender o cenário do objeto de estudo através de consultas aos sites e páginas públicas disponibilizadas pela Universidade Federal de Sergipe, aos documentos que estão à disposição da comunidade, bem como em instrumentos físicos com a finalidade de obter dados relevantes e para as análises. Cabe destacar o pouco material teórico e a recente ascensão da temática, motivos estes que tornam esta pesquisa fundamental para direcionamentos futuros da instituição.

A nossa análise é composta pelo exame dos dados obtidos, teorização destes e, posteriormente, balanço da situação destrinchando os documentos nos quais foram

apanhadas as informações, e que serviram para exposição das respostas encontradas, de modo que possamos encontrar explicações que respondam aos objetivos propostos.

### 3 INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

#### 3.1 O QUE É INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO?

Muito se tem falado sobre internacionalização do ensino superior e, por conta da crescente demanda no cenário global em busca de tornar as instituições de ensino superior internacionalizadas, as universidades vêm investigando respostas para os desafios e incertezas que esse tema vem trazendo.

Os estudos sobre o processo de internacionalização do ensino superior são recentes, já que seu aprofundamento tem pouco mais de três décadas. Seu conceito foi reestruturado a partir de iniciativas da *International Association of Universities* - IAU, associação criada por meio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, em 1950, com o intuito de atender à comunidade global de ensino superior.

A expressão internacionalização do ensino superior vem ganhando força nas últimas décadas, fato este que tem deixado alguns gestores das instituições de ensino superior brasileiras inquietos e cobiçosos em alçar voos por estes caminhos, no entanto, não tem sido uma tarefa tão simples. Chagas (2021) aponta que as definições e os conceitos acerca desta temática ainda não estão completamente consolidados no cenário educacional estabelecido no Brasil e em outros países, uma vez que o seu conceito ainda está em construção e trata-se de um movimento cultural e político em efervescência.

Antes dos anos noventa, a expressão utilizada para fazer referência ao tema era “Educação Internacional”, de modo que todas as ações que faziam menção a uma atividade desenvolvida no exterior eram rotuladas dessa forma. Logo, a transição do termo “educação internacional” para “internacionalização do ensino superior” é relativamente jovem. Para De Wit (2013, p.1),

Ao contrário do que muitos supõem, o sentido de internacionalização, na educação superior, não tem mais do que duas décadas. Antes dos anos noventa, o termo usado coletivamente era “educação internacional”. Isto era menos um conceito do que um termo abrangente, que buscava englobar toda uma série fragmentada de atividades internacionais, pouco relacionadas entre si, na educação superior: o estudo no exterior, orientação de estudantes estrangeiros, intercâmbio de estudantes e funcionários entre universidades, ensino voltado para o desenvolvimento e estudos de áreas específicas. Foi somente nas duas últimas décadas que se tornou possível observar uma transição gradual do uso de “educação internacional” para

“internacionalização da educação superior”, e a criação de uma abordagem mais conceitual para a internacionalização.

Nessa perspectiva, mesmo sendo um conceito relativamente novo, muita coisa vem prospectando a necessidade de mais atenção a essa temática. A NAFSA - Associação de Educadores Internacional, dedicada à educação de intercâmbio, acredita que a internacionalização<sup>2</sup> “promove a compreensão e o respeito entre pessoas de diversas origens e perspectivas e é essencial para o desenvolvimento de indivíduos globalmente competentes” (NAFSA, 2023). Apesar de ser uma associação originada nos Estados Unidos, a NAFSA é acessada mundialmente por professores e instituições à procura de modelos e de orientações nesta área, o que faz com que seja importante analisar os conceitos trazidos por essa entidade.

Nesse contexto, é necessário um olhar cauteloso ao buscarmos referência nesses processos de internacionalização, considerando que eles foram pensados e estruturados de modo a atender à demanda de uma região que, historicamente, exerce uma vantagem em relação às demais do sul global. Logo, é essencial olharmos para o que essas instituições propulsoras da internacionalização têm a contribuir, mas com as devidas adaptações e contribuições do que objetivamos dentro do nosso contexto social e local, de modo a priorizar a fundamentação de uma estrutura que busque, não só colocar a instituição em uma posição de destaque no cenário internacional, mas também fomentar uma internacionalização que beneficie o contexto em que está inserida.

Um dos principais acontecimentos impulsionadores, se não o mais importante, para a intensificação de ações de internacionalização é o Tratado de Bolonha. Esse documento é, na realidade, um acordo firmado, em 1999, entre 29 países europeus, com a inclusão da Rússia e Turquia. Dos seus objetivos, destacamos o fortalecimento e estímulo de iniciativas em prol do ensino superior, a fim de fomentar e estabelecer um equilíbrio para o ingresso no mercado de trabalho, o que culminou na construção efetiva da mobilidade acadêmica. Os países envolvidos puderam, assim, reformular

---

2 A NAFSA é uma organização de profissionais de todas as áreas da educação, sem fins lucrativos, dedicada à educação e intercâmbio internacional, com atuação em mais de 160 países. Fundada em 1948 e com o objetivo de “promover o desenvolvimento profissional de funcionários de faculdades e universidades americanas responsáveis por auxiliar e aconselhar os 25.000 estudantes estrangeiros” que foram para os Estados Unidos após o fim da Segunda Guerra Mundial. Hoje, com mais de 10.000 membros e sede em Washington D.C., EUA, ela acredita que a “educação internacional está no centro de um mundo interconectado, caracterizado pela diversidade, equidade, inclusão, justiça social e bem-estar para todos”.

seus projetos de ensino superior seguindo uma base padronizada, capaz de proporcionar uma maior interação entre as instituições de uma forma mais sustentável, considerando que a sustentabilidade é atualmente um dos conceitos chaves na internacionalização.

Em 1999, os ministros de educação dos países membros da União Europeia assinaram a Declaração de Bolonha para fazer convergir seus sistemas universitários e atualizar a qualidade e competitividade desses no cenário mundial. Tal acordo desencadeou uma gigantesca e complexa reforma universitária em todos os países signatários no sentido de adotar princípios e critérios comuns nas suas estruturas curriculares como na avaliação e acreditação institucional, tendo a mobilidade docente e estudantil como uma estratégia vital de motivação para o desenvolvimento da educação superior no Velho Continente (Luce; Fagundes; Mediel, 2016, p. 318).

Para Luce, Fagundes e Mediel (2016, p. 320), esse acordo teve efeito impulsionador e levou a expansão da mobilidade acadêmica à América Latina, especialmente ao Brasil, que precisava “responder às necessidades educativas do mundo globalizado, para países em desenvolvimento”. Logo, com esse incremento na mobilidade acadêmica, foi possível identificar mais iniciativas que visavam à melhoria da pesquisa e do ensino, levando, conseqüentemente, à inserção no mercado globalizado, e à ocupação de melhores posições de destaque, uma vez que qualquer melhoria de indicadores faz com que a instituição de ensino superior consiga mais visibilidade nacional e internacional.

Para Morosini (2019 p.11), a pressão por internacionalização se dá por conta da crescente demanda de educação superior, levando-se em consideração que, inicialmente, a expressão internacionalização estava voltada para o ensino de pós-graduação. Atualmente, essa busca vem ganhando cada vez mais espaço dentro da graduação e as instituições precisam se reestruturar diante deste fato, para que possam interagir em um cenário global.

Vale ressaltar que a internacionalização vem contribuindo diretamente para a expansão do ensino superior, tanto na graduação, como na pós-graduação, conforme destacado, fazendo com que os gestores vejam nesse cenário uma oportunidade de elevar suas instituições a posições de destaque a nível nacional e global, trazendo para seu ambiente acadêmico, não só a expansão, como também a oportunidade de diversificação. Tendo-se em vista a busca por melhores índices de internacionalização, por exemplo, as IES passaram a investir no aumento do número de artigos científicos publicados em língua estrangeira, já que este indicador é um dos

mais incentivados nas universidades de todo mundo, em suas buscas por um bom ranqueamento e reconhecimento institucional. Além do aumento no número de publicações, com o investimento na internacionalização, podemos, também, ter um maior número de parcerias com instituições de ensino superior de outros países, o que não só agrega valor à instituição, como também tende a resultar em projetos que, direta ou indiretamente, irão beneficiar não só a universidade, mas, também, a comunidade em que se está inserida.

Diante do exposto, com o intuito de se obter maior alcance dentro de um cenário global, percebemos que a mudança do conceito de “educação internacional” para o de internacionalização foi necessária e acertada, de modo a ser possível a abrangência de um rol maior de atividades que possam ser integradas, a fim de se atingir os benefícios trazidos por práticas internacionalizadas. Dessa forma, algo que deve ser observado, é o alcance e fortalecimento que a internacionalização vem atingindo, inicialmente alicerçada pelas ações de Extensão. Para Santos e Almeida Filho (2012 p. 22), é nesta que o espaço se torna promissor para o desenvolvimento da internacionalização, considerando o compromisso social desempenhado pelas instituições de ensino superior.

Mas onde a internacionalização universitária encontra maior e mais promissor espaço de desenvolvimento, porque ainda praticamente inexplorado, é no campo da chamada terceira missão da universidade, pela qual esta responde ao seu compromisso com a sociedade através de práticas de extensão, da prestação de serviços especializados, da transferência de tecnologia, do empreendedorismo, da inovação e da cultura (Santos; Almeida Filho, 2012, p. 22).

Outro momento em que pode ser ratificado o comprometimento da internacionalização com as questões sociais é a fala de Knight (2020, p. 168), na qual é destacada a possibilidade de “fortalecer a região e criar oportunidades para o desenvolvimento econômico e social que transformaria a vida de todas as cidadãs e todos os cidadãos da região”. Sturza (2009, p. 05) reforça que “as universidades públicas brasileiras se estruturam no tripé: Ensino, Pesquisa e Extensão”, e é por meio deste tripé que alcançamos não só o público interno, mas toda a sociedade, visto que, através da extensão, os alunos são levados diretamente ao meio social, podendo desenvolver pesquisa de grande relevância.

Ainda sobre o tripé base para a educação superior, Santos e Almeida Filho (2012 p. 22) reforçam que o Ensino é a primeira missão, responsável pela expansão

das universidades, que foram inicialmente destinadas à guarda e proteção dos valores e civilização cristã, mas que tiveram seu destino transformado, assumindo o papel de criadoras/cultivadoras do conhecimento. A segunda missão, que é a Pesquisa, “chama para si o mandato institucional e político sobre a responsabilidade da produção do conhecimento”. A Extensão, configurada na terceira missão, tem o papel de instigar o desenvolvimento econômico, promover inovação tecnológica e contribuir para as mudanças sociais e culturais, entre outras coisas. Somado a isso, os autores apontam a internacionalização como uma promissora “quarta missão”.

A internacionalização pode proporcionar um campo inteiramente novo de atuação que, embora respirando desejavelmente em conjunto com as outras três missões, igualmente abre caminho às universidades por uma via autônoma de atuação ao serviço da sociedade, no quadro do que aqui se designa por agenda de diplomacia cultural universitária que, pelo menos para algumas delas, se especula poder constituir a sua quarta missão (Santos; Almeida Filho, 2012, p. 23).

Por ser uma quarta missão, torna-se ainda mais necessário compreender a internacionalização como um campo do conhecimento, entender suas características e como ela pode contribuir para que as instituições de ensino superior conquistem espaços no mercado internacional, considerando que o seu arcabouço teórico ainda está em fase de desenvolvimento. Essa compreensão é necessária para que, no processo de consolidação dessa quarta missão, a internacionalização possa acontecer de forma mais estruturada e linear com as demais, uma vez que o ensino, a pesquisa e a extensão já têm seus papéis estipulados dentro do seio educacional.

Chagas (2021) aponta que a ideia de quarta missão começou a figurar no ambiente acadêmico a partir do momento que a internacionalização passou a fazer parte da nova agenda universitária. Ele aponta, ainda, que a partir desse cenário, houve um olhar mais atento por parte dos gestores, o que culminou em investimentos governamentais, de modo a possibilitar que a internacionalização do ensino superior desempenhe seu viés político.

O fato é que, a partir do momento em que a Internacionalização da Educação Superior passou a fazer parte da agenda universitária e das discussões sobre educação superior, que repercutem no mundo, ela integrou uma nova missão da universidade e os governos passaram a investir, em diferentes proporções, nesse campo [...]. Como resultado, a Internacionalização da Educação Superior passou a ser um tema político independente da internacionalização em si, dando origem a práxis e a cenários político-culturais próprios. (Chagas, 2021, p. 34-35)

Para Knight (2020, p. 11), “a internacionalização é uma das principais forças que estão impactando a educação superior”, e dado esse destaque, vislumbrá-la como uma quarta missão não parece algo desproporcional ao real valor que as práticas de internacionalização estão agregando às instituições de ensino superior. Esta constatação é ainda mais evidente quando pensamos em outras áreas também em evidência nas IES, como a inovação, empreendedorismo, criação e registro de patentes, e percebemos que quanto mais internacionalizada e quanto maior o número de parcerias nacionais e internacionais maiores também são as ações voltadas para o desenvolvimento social nacional e internacional e a propriedade intelectual.

### 3.2 A INTERNACIONALIZAÇÃO E A PANDEMIA

As mudanças nos cenários local e mundial também fazem com que a internacionalização busque novas configurações e ajustes, não só visando à adaptação às novas situações, mas também procurando contribuir de forma significativa para que as consequências desses acontecimentos sejam menos danosas. Como exemplo, podemos destacar a necessidade enfrentada pela internacionalização para se adequar ao contexto global da COVID-19, em virtude da situação pandêmica que acometeu o mundo no final de 2019 até o momento que a OMS declarou seu fim.

Diante da falta de informações sobre esse novo vírus, da alta taxa de contágio e das consequências gravíssimas causadas por ele, o mundo se viu obrigado a buscar o isolamento, considerando que a principal causa de transmissão era o contato entre os seres humanos. Com isso, diversos setores da sociedade foram diretamente afetados e, entre estes, o setor educacional foi um dos mais atingidos, pois as instituições de ensino se viram obrigadas a paralisar suas aulas sem uma perspectiva de retorno, o que fez com que o ensino remoto emergencial começasse a ganhar espaço (HODGES, 2020).

Dentro deste cenário, a internacionalização do ensino superior, que estava em um momento de forte ascensão, teve um impacto muito grande, considerando que a principal forma de internacionalizar era, até então, a mobilidade entre alunos de países distintos, principalmente no que se refere a mestrados e doutorados sanduíches e professores visitantes. Muitos dos pesquisadores alojados no exterior em 2020 foram obrigados a largar seus projetos e retornar para suas casas, o que foi relatado por

diversos autores, como, por exemplo, Baldrighi e Junqueira (2020, p. 2), que também destacaram ser necessária uma nova organização nas práticas da quarta missão das instituições de ensino superior, para a diminuição dos estragos, que já eram inevitáveis.

Para além das três missões tradicionais da educação superior, uma quarta missão emergente na literatura nacional e internacional em Educação, Relações Internacionais e Gestão Universitária, a internacionalização, talvez tenha sido o escopo de atuação mais afetado nas universidades – e o que mais demorará a se recuperar e a retomar a intensidade de patamares prévios à pandemia de Covid-19 (Baldrighi; Junqueira (2020, p. 2).

No entanto, passada a fase inicial do período pandêmico, as instituições conseguiram adaptar o ensino superior presencial para a modalidade remota. Com isso, mesmo que de forma emergencial, conforme destacado por Hodges (2020), as aulas puderam ser retomadas, com a construção de um novo espaço discursivo e a instauração de reuniões oficiais online. As oportunidades de disseminação do conhecimento foram ampliadas e passaram a ser integralmente remotas. Nesse momento, já era possível vislumbrar um novo rumo a ser tomado pela internacionalização: o de uma fase que prioriza contatos virtuais e parcerias a distância.

Com os espaços remotos acontecendo simultaneamente no cenário global, foi possível a promoção de encontros entre diversas pessoas, incluindo pesquisadores mundialmente renomados e de todas as áreas do conhecimento. A mobilidade virtual, que já existia, mas em uma demanda pequena, começou a ter destaque. Logo, a internacionalização voltou a ganhar força, uma vez que diversas áreas passaram a ser beneficiadas com a democratização do acesso à plataforma de reuniões, workshops e debates. Tornou-se, assim, mais viável a participação em grupos de pesquisa internacionais e as parcerias puderam ser mais diversificadas, algo antes muito difícil, considerando as questões demográficas.

Na medida em que o setor da educação superior reage a esses fatores externos, a internacionalização tem um papel-chave a desempenhar no sentido de contribuir para enfrentar problemas como, por exemplo, o aumento da educação on-line/virtual em termos de alcance e escala, a necessidade de novas políticas de acreditação e garantia da qualidade, a necessidade de modelos alternativos de financiamento, a tendência à comercialização que ameaça a oferta da educação como bem público, o movimento rumo ao aprendizado baseado em competências, para mencionar apenas alguns deles (Knight, 2020, p. 12).

Diante do leque de oportunidades que foram proporcionadas a partir das adaptações suscitadas pela pandemia, constatamos que muitos foram os resultados positivos, ajudando a ampliar, não só o conceito de internacionalização, mas também os meios pelos quais ela pode ser desenvolvida, o que fez com que encontrássemos um número maior de motivos pelos quais as instituições desejam se tornar internacionalizadas. Logo, torna-se necessário que as ações de incentivo sejam vistas como uma prática responsável.

Podemos destacar a prática responsável ou solidária desenvolvida nas IES relacionada à crescente demanda de migrantes e refugiados e situações políticas diversas, principalmente no momento durante e pós-pandemia. Diante do maior número de imigrantes em terras brasileiras, o incentivo ao ensino de português como língua estrangeira - PLE, mais especificamente de português como língua de acolhimento, torna-se vital e se constitui em prática responsável e solidária das IES para com a comunidade assistida. É possível afirmar que, nessa situação, a internacionalização não apenas busca se adaptar a novos cenários sociais, políticos e econômicos, como também traz soluções de benefícios para toda a sociedade e a educação superior, já que essas pessoas são incluídas nas práticas sociais a partir do momento em que começam a se expressar na língua portuguesa.

O investimento em ações linguísticas voltadas para o incremento nos processos de internacionalização, dessa forma, não se limita à promoção de oportunidades para que os alunos se desenvolvam na língua estrangeira, abrangendo, também, as situações nas quais se torna prioritário o ensino da língua materna para os estrangeiros, tanto refugiados quando aqueles interessados em ampliar as opções de parcerias acadêmicas.

Desse modo, diante de um fato imprevisível mundialmente, como a pandemia da COVID-19, percebeu-se que as mudanças trazidas, especialmente para a internacionalização, resultaram, de modo geral, em um saldo positivo, uma vez que, a adaptação aos moldes possíveis para o período, contemplou uma gama maior de instituições que passaram a desenvolver a internacionalização. No entanto, faz-se necessário que políticas e planejamentos linguísticos sejam desenvolvidos, de modo a contemplar o período pós-pandêmico, com o objetivo de não só dar continuidade aos trabalhos atuais, mas, principalmente, de desenvolver mecanismos que possibilitem novos modelos de internacionalização, indo ao encontro do que a

linguística aplicada se propõe dentro do caráter de transcender seus limites e ir em busca de novas práticas.

### 3.3 A INTERNACIONALIZAÇÃO RESPONSÁVEL E SOLIDÁRIA

É necessário compreendermos que a internacionalização precisa ser recebida pelos gestores responsáveis pela educação com muita atenção, pois muitos têm sido os frutos colhidos através dela, tanto positivos, que trazem benefícios para as instituições e contexto social em que ela está inserida, quanto negativos, o que pode ser visto quando verificamos a proliferação de instituições que visam apenas o lucro financeiro, sem um cuidado com o desenvolvimento da instituição de ensino superior e/ou da comunidade.

Precisamos destacar a diferença existente nos projetos de internacionalização de universidades públicas brasileiras e de instituições norte-americanas ou europeias. No caso brasileiro, percebemos que as ações de internacionalização visam um contexto solidário, tendo sempre como prioridade o bem-estar da população e o crescimento do Estado e/ou do país. Já boa parte das universidades europeias e estadunidenses, por exemplo, têm, em sua maioria, projetos neoliberais<sup>3</sup> de internacionalização, visando à atração de novos alunos, de parceiros econômicos e lucro.

Como consequência desses processos altamente mercadológicos, o risco de falsificação de certificados vem aumentando, dificultando cada vez mais o controle da qualidade da educação. Knight (2022) alerta para o perigo de projetos de internacionalização focados apenas no retorno financeiro e na mera comercialização de novos cursos, levando em consideração que cada vez mais os docentes estão tentando deixar seus currículos mais internacionais para aumentar as chances de oportunidades de empregos e de parcerias, tanto no contexto educacional, quanto no mercado de trabalho.

---

3 O neoliberalismo é um tipo de política econômica que emerge do capitalismo, países tido como desenvolvidos tendem a ter mais vantagens, isso poder observado, a partir da perspectiva norte e sul global, uma vez que nos países hegemônicos o projeto de internacionalização já está consolidado, enquanto no Sul, muitos ainda sofrem com a herança do colonialismo em especial no Brasil. Para Nascimento (2018, p. 45) “com o neoliberalismo, cresce a necessidade de competitividade em todas as áreas, reafirmando a ampliação da racionalidade de mercado para outras esferas da vida”.

Um número maior de projetos acadêmicos internacionais está adquirindo um caráter comercial e é movido pelo lucro, assim como serviços de acreditação internacional. Fábricas de diploma e provedores desonestos estão vendendo qualificações falsas e causando confusão para o reconhecimento internacional da qualificação (Knight, 2022, p. 49).

Ao falar sobre internacionalização, é necessário compreendê-la como um processo de mudança dentro de um cenário internacional, intercultural e global. Estas características, apesar de distintas, são igualmente importantes. Para Knight (2020, p. 25), os “três termos complementam um ao outro e juntos eles conferem riqueza tanto de amplitude quanto de profundidade ao processo de internacionalização”. Para a autora,

Internacional, intercultural e global são três termos empregados intencionalmente como uma tríade, pois juntos refletem a amplitude da internacionalização. Internacional é usado no sentido de relações entre nações, culturas ou países. Contudo, a internacionalização também implica relacionar-se com a diversidade de culturas que existem dentro de países, comunidades, instituições e salas de aula; assim, intercultural é empregado para abordar aspectos da diversidade cultural. Por fim, o termo global é incluído para proporcionar a aceção de escopo mundial (Knight, 2020, p. 25).

A integração de uma dimensão internacional, intercultural e global tem, entre seus objetivos, fomentar a qualidade da educação superior, bem como a qualidade nas pesquisas, tanto para os docentes, quanto para os discentes, tornando a internacionalização mais atrativa, viabilizando novos caminhos para o seu desenvolvimento. A internacionalização pode ser vista nas instituições de ensino superior a partir de diversas ações, tanto as estratégicas, que envolvem toda a comunidade acadêmica, quanto as localizadas em departamentos, a exemplo das ações de diversificação do currículo, no momento em que as instituições buscam torná-las mais internacionais. Ela também acontece ao exercermos o papel social de acolhermos e viabilizarmos o ensino de línguas marginalizadas e quando buscamos, por exemplo, criar políticas que visem subsidiar o ensino de línguas e proporcionar a interculturalidade no ambiente acadêmico.

Entre o grande rol de ações estratégicas de internacionalização que podem ser desenvolvidas nas universidades, destacamos os investimentos com os editais de mobilidade acadêmica, que são vistos como uma das mais importantes estratégias educativas, em decorrência das oportunidades que são geradas para novas experiências, tanto para alunos, quanto para os professores, o que viabiliza, aos envolvidos no processo, possibilidades de interações multiculturais, que podem trazer

grandes contribuições para o desenvolvimento social, científico e acadêmico, além de projetos desenvolvidos na área de extensão, como a oferta de diversos cursos para fins específicos.

Inicialmente, a internacionalização quase sempre advinha dos processos de mobilidade acadêmica, tanto de discente, quanto de docente, motivados por convênios particulares, e não tinha quase nenhum apoio institucional. Para Jordão (2011), o foco destes processos de mobilidade estava concentrado no “norte global”, termo usado metaforicamente pelos estudos (de)coloniais, no qual os países colonizadores, tidos como grandes potências, detentores de todo conhecimento científico já legitimado e seus modos de produção de saberes entendidos como os melhores e mais sofisticados.

Ao falarmos sobre estudos decoloniais, precisamos, inicialmente, entender o termo colonialidade, que se refere ao “período de conquistas, dos assentamentos e do controle administrativo sistemático europeu” (Leal; Morais, 2021, p. 11). Nesse sentido, a colonialidade, apesar de ter sua origem no colonialismo, transcende o período de término deste, uma vez que seu campo de atuação vai muito além, podendo ser compreendida como um fenômeno histórico e cultural. Logo, tornam-se visíveis os efeitos que tanto o colonialismo, quanto a colonialidade exerceram e ainda exercem sobre a educação superior.

Foi na universidade que intelectuais coloniais desenvolveram teorias de racismo, popularizaram discursos que reforçaram o apoio aos esforços coloniais e forneceram os fundamentos intelectuais e éticos para a desapropriação, a opressão e a dominação dos sujeitos colonizados. Nas metrópoles coloniais, as universidades forneciam aos administradores das colônias conhecimentos sobre os povos que governariam, bem como lições sobre técnicas de dominação e de exploração (Bhambra; Gebrial; Nisancioglu, 2018, p. 5, tradução nossa).<sup>4</sup>

O fato é que são muitas as influências do pensamento colonial sobre o modelo de ensino atualmente em vigor, e é possível percebê-las por todas as partes, inclusive ao considerarmos que as universidades do Sul Global foram desenhadas aos moldes das do Norte Global, visto como detentor de um conhecimento mais avançado, bem como de uma situação econômica privilegiada. Conseqüentemente, o modelo de

---

4 - “It was in the university that colonial intellectuals developed theories of racism, popularised discourses that bolstered support for colonial endeavours and provided ethical and intellectual grounds for the dispossession, oppression and domination of colonised subjects.<sup>21</sup> In the colonial metropolis, universities provided would-be colonial administrators with knowledge of the peoples they would rule over, as well as lessons in techniques of domination and exploitation”.

internacionalização adotado, também seguiu os mesmos passos, com viés mercadológico e neoliberal, pensando-se em critérios de rendimento financeiro e de valorização das nações ditas como detentoras de todo o conhecimento válido. Práticas mais solidárias e responsáveis, de valorização das relações sul-sul eram escassas.

Ao adotarmos a decolonialidade como base epistemológica, entendemos que a perspectiva de internacionalização se encontra imersa na matriz cultural do poder colonial e atua sob o alicerce de um imaginário global dominante, que se esconde atrás da retórica da modernidade e que permite aos centros hegemônicos comandarem os rumos da educação superior mundial em conformidade com os seus interesses (Leal; Moraes; Oregoni, 2018, p. 117).

Além disso, algo que precisa ser levado em consideração é o empenho e a dedicação que os estudos linguísticos, em especial a linguística aplicada (LA.) estão tendo para o crescimento e desenvolvimento da internacionalização. Isso porque a LA busca transgredir, partindo de perspectivas que levam em consideração a transformação que vem acontecendo no mundo contemporâneo, na qual os pesquisadores precisam estar atento às novas questões, principalmente no que diz respeito tanto à linguagem e sua relação de poder, quanto à linguagem e sua relação com o contexto social que a permeia. Nesse sentido, afirma que:

A concepção atual da LA se refere a um campo de teorias e metodologias especialmente dedicadas às possibilidades e usos concretos e situados da língua materna/adicional em situações de interação social. Especialmente na atualidade, linguistas aplicados criticam perspectivas conservadoras da LA (Jordão, 2016, p. 39).

Para Kumaravadelu (2006, p. 146), “A pesquisa em LA, com sua natureza intercultural, interlinguística e interdisciplinar, tem de transcender a abordagem positiva e experimentar outras possibilidades”. Logo, ir além do que as teorias conservadoras impõem é exercer o seu papel, considerando que está cada vez mais evidente a preocupação da linguística aplicada com as questões sociais. Compartilhando desse mesmo entendimento, Rajagopalan (2006, p. 149) aponta que “A saída é romper, na medida do possível, com a tradição, a fim de repensar o futuro de forma livre e desimpedida”.

Dada a relevância que as questões sociais desempenham na linguística aplicada, faz-se necessário uma atenção especial para o desenvolvimento da internacionalização do ensino superior focada no fortalecimento da América Latina, uma vez que, para Piccin e Finardi (2021), ela está sendo desenvolvida de forma que

torna os sujeitos e os conhecimento do sul invisíveis. Nessa perspectiva, a decolonialidade epistêmica é situada como uma missão política de afirmação epistemológica e o desenvolvimento de uma internacionalização solidária torna-se fundamental, conforme comprovam Leal e Moraes (2018, p. 1):

Uma aproximação entre a perspectiva epistemológica decolonial e o campo teórico da internacionalização da educação superior, com base nos pressupostos de que 1. As desigualdades subjacentes às relações Norte-Sul também se manifestam no domínio da educação superior internacional e 2. A produção científica desse campo pode ser mais significativa e funcional aos países do Sul se consideradas suas raízes epistêmicas e condicionalidades históricas.

A partir da leitura de Anibal Quijano (2010, p. 84), observo como a internacionalização do ensino superior se reverbera em sua relação de poder, considerando que o meio pelo qual ela perpassa extrapola a área ligada à linguagem, adentrando em algo que já está intrinsecamente enraizado em uma estrutura colonial. Para o autor, o colonialismo é “uma estrutura complexa que tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoura que o colonialismo”.

Logo, ao pensar em internacionalização do Ensino Superior, é necessário fazer uma reflexão sobre como ela está envolvida em um cenário que precisa ser decolonizado, uma vez que, as suas práticas têm sido cada vez mais referenciadas em uma relação Norte-Sul, na qual os países denominados como Sul-Global tendem a reproduzir “o comando ativo dos países centrais, fornecendo cérebros, recursos financeiros e comprando produtos educacionais ali produzidos” (Lima e Contel, 2011, p. 16).

Dessa forma, é possível perceber a necessidade da implantação de um modelo de internacionalização da educação superior a partir do estudo da realidade de cada contexto, e pautada nos princípios basilares da decolonialidade, objetivando agregar valor e destacar as ações voltadas para uma internacionalização solidária, multidisciplinar, Interdisciplinar e transdisciplinar.

### 3.4 ALGUNS RISCOS ASSOCIADOS AO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO

O processo de internacionalização das instituições de ensino superior é algo inevitável, ainda que algumas instituições no cenário brasileiro não tenham iniciado, tampouco tenham definido suas estratégias e políticas, com a finalidade de conduzir

e normatizar esse movimento, que tem sido um grande impulsionador de pesquisas acadêmicas no cenário global. Para Stallivieri (2019, p. 13), “as instituições que quiserem sobreviver no cenário acadêmico e global da educação superior, precisam se internacionalizar para poder cooperar e competir em nível de igualdade com as mais renomadas instituições do mundo”.

É importante observar que, nesse processo de cooperação e competição, existem alguns possíveis riscos e desafios que podem estar associados à internacionalização de uma instituição, a exemplo de eventuais danos capazes de afetar a saúde intelectual e organizacional das instituições. Entre os principais, citados por Stallivieri (2017), estão a ausência de liderança adequada; não cumprimento de acordos; a definição de metas inconsistentes; e assinatura de acordo de cooperação internacional sem a definição correta de coordenadores. Todas essas inadequações podem levar à “perda de prestígio internacional e perda de competitividade nacional e local”. Vale ressaltar que esta lista de riscos e desafios é muito mais extensa do que a apresentada.

Outro ponto que precisa ser motivo de atenção por parte das autoridades responsáveis pelo desenvolvimento dos processos de internacionalização do ensino superior, tanto por parte da instituição quanto por parte das lideranças nacionais, diz respeito à “perda de cérebro”. Para Gorovitz e Unternbäumen (2021, p. 16), embora a “perda de cérebro” (*braindrain*) continue a ser uma séria preocupação em algumas regiões do mundo, alguns países estão usando o aumento da mobilidade dos estudantes para expandir sua capacidade em educação superior. Esta perda de cérebro se dá pela alta atratividade existente no cenário internacional, na qual países tidos como grandes potências acabam se tornando mais atrativos tanto para os alunos quanto para professores/pesquisadores. Assim, após finalizar as pesquisas, os estudantes voltam ao Brasil, mas, em pouco tempo, retornam aos países em que estavam desenvolvendo suas pesquisas, em decorrência de propostas de trabalho mais vantajosas e/ou de infraestrutura mais moderna, com equipamentos que não teriam acesso no Brasil.

Esse fator tende a ser visto como um ponto negativo por parte, não só das instituições que enviam seus pesquisadores, alunos e professores, mas também por parte das autoridades governamentais, considerando que um dos objetivos de se investir nesse tipo de pesquisa é, não só mostrar para o mundo a nossa forma de produzir ciência, mas, também, aprimorá-la e trazer os resultados para que sejam

aplicados e possivelmente aprimorados no nosso país. Dessa forma, será possível agregar benefícios e valor à instituição de origem, bem como ao contexto local em que ela está inserida, o que contribuirá para o incentivo de novas pesquisas.

É importante ressaltar que já existem alguns movimentos por parte de estudiosos da área de internacionalização do ensino superior para que haja uma diminuição dessa perda/fuga de capital humano e científico, o que pode ser conseguido quando reforçamos o compartilhamento online de pesquisas. A mobilidade virtual vem ganhando cada vez mais espaço no cenário educacional, e tem sido uma das grandes responsáveis por tentar colocar um pouco de freio nessas situações de perda de capital intelectual para instituições estrangeiras.

Piccin e Finardi (2019) apontam outras ferramentas que podem ser usadas como tentativa de frear essa perda/fuga de cérebro, que é o investimento, por parte do poder público, em revistas brasileiras e em traduções, para o português, de publicações originalmente escritas em outras línguas, uma vez que o Brasil ocupa, segundo dados da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (2021), o 13º lugar no ranking mundial de produção acadêmica científica. Logo, um investimento que busque ampliar o desenvolvimento dessas produções pode ser muito benéfico para a internacionalização do ensino superior brasileiro, já que essas medidas “são relevantes para que o Brasil desenvolva uma política de internacionalização ativa” (Piccin e Finardi, 2019, p. 324).

As iniciativas que visam combater essa perda/fuga devem partir não somente das instituições e estudiosos. É indispensável que o governo promova políticas que busquem essa contenção, uma vez que um dos grandes responsáveis pela busca de oportunidades fora do território brasileiro é a falta de espaço no cenário nacional, considerando-se o pouco investimento em programas de pesquisas, o que faz com que o mercado internacional continue sendo visto como um local de melhores oportunidades.

O Brasil ocupa o 69º lugar no Índice Global de Inovação. Em 2017, o corte no orçamento do Ministério de Ciências e Tecnologia, de R\$ 5,8 bilhões para R\$ 3,2 bilhões em PeD (Pesquisa e Desenvolvimento) chamou atenção internacional. A decisão contrasta com o pensamento desenvolvimentista de países como China, EUA, Israel e Coreia do Sul, que, em época de crise, aumentaram o investimento em pesquisa e desenvolvimento. Isso significa dizer que esses países entendem que o investimento em pesquisa é a melhor maneira de sair da crise de forma sustentável (Diniz, 2017).

É fundamental que uma atenção maior seja dada para a internacionalização do ensino superior, apontada por muitos como a quarta missão das universidades, levando-se em consideração que ela é capaz de agregar valor e trazer notoriedade para as universidades que buscam elevar os seus índices de educação. Torna-se mister, dessa forma, avaliarmos os tipos de internacionalização da educação superior e o contexto no qual a internacionalização está sendo desenvolvida no Brasil.

## 4 TIPOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E INTERNACIONALIZAÇÃO NO BRASIL

### 4.1 TIPOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Desde os anos 1990, o assunto internacionalização vem ocupando novos espaços e um maior número de pessoas se mostra interessada nessa temática. “A ideia de internacionalização tem despertado especial atenção das instituições universitárias, dos governos nacionais, das agências multilaterais e dos organismos internacionais envolvidos com a educação superior” (Leal *et al.*, 2019 p. 323), mas considerando a jovialidade do assunto, o que pode ser observado é que muita coisa ainda está em processo de conceitualização, principalmente no que refere à forma como a internacionalização deve acontecer, de modo que não existe um modelo único e padrão para as universidades seguirem. Sobre essa questão, Knight (2012) indica que a internacionalização,

Para alguns, significa uma série de atividades internacionais, como mobilidade acadêmica de estudantes e professores; estabelecimento de redes, parcerias e projetos internacionais; novos programas acadêmicos e iniciativas de pesquisa internacionais. Para outros, significa oferecer educação a outros países por meio de novos tipos de arranjos, tais como filiais ou franquias, com uso de uma variedade de técnicas nas modalidades presencial e a distância. Para muitos, significa incluir uma dimensão internacional, intercultural ou global no currículo e no processo de ensino-aprendizagem. Outros ainda vê em projectos de desenvolvimento internacional ou, alternativamente, a crescente ênfase sobre a educação comercial transfronteiriça como internacionalização (Knight<sup>5</sup>, 2012, p. 22, tradução nossa).

Instituir a internacionalização nas instituições de ensino superior suplanta a ideia da mobilidade estudantil e docente, uma vez que esta abarca o entendimento do que vem a ser internacional, intercultural e global, compreendidos como a relação entre nações, culturas ou países. Deve ser levada em consideração, também, a relação étnica/cultural dentro de cada país, nas instituições e comunidades nas quais

---

5 “For some people, it means a series of international activities such as academic mobility for students and teachers; international linkages, partnerships, and projects; and new international academic programs and research initiatives. For others, it means delivering education to other countries using a variety of face-to-face and distance techniques and such new types of arrangements as branch campuses or franchises. To many, it means including an international, intercultural, or global dimension in the curriculum and teaching/ learning process. Still others see international development projects or, alternatively, the increasing emphasis on commercial cross-border education as internationalization”.

as práticas a serem analisadas estejam inseridas. Desta forma, a fim de englobar todos os propósitos que esta temática se propõe, faz-se necessário especificar as categorias, pelo menos as mais recorrentes, pelas quais a internacionalização é vivenciada, com destaque para seus objetivos, abrangências, conceituação e aplicabilidade.

Na figura 2, apresentada por Morosini (2019, p.20), é possível perceber como o processo de internacionalização está classificado. O círculo maior representa todas as ações de internacionalização desenvolvidas pela universidade, sejam elas planejadas ou ocasionais. Dentro desse arcabouço maior da internacionalização, tem-se a Internacionalização Integral – *Comprehensive Internationalization (CI)*, que pode ser referenciada como “Abrangente” na perspectiva de Hudzink e Mc Carthy (2012). É importante que as ações de internacionalização sejam integrais, ou seja, que englobem todos os atores da IES, que todos entendam os processos e compreendam as noções básicas do que é internacionalização do ensino superior. Inserida dentro da CI, temos a Internacionalização do Currículo - (IoC). A sigla vem da expressão em inglês *internationalization of the curriculum*, que pode ser desdobrada em Internacionalização *Crossborder*, conhecida também como Transfronteira, com atenção às ações de mobilidade, e Internacionalização em Casa ou *Internationalization at Home – (IaH)*.

Em linhas gerais, podemos dizer que as ações de internacionalização do currículo são amplas e abrangem desde o cuidado com os currículos dos programas de graduação e pós-graduação, passando por todo o processo de tradução de sites e de estabelecimento de pesquisas online (IaH) e se propagam para as ações relacionadas aos processos de mobilidade internacional.



**Figura 2.** Modelo/Formas de internacionalização da educação superior  
**Fonte:** Morosini (2019, p. 20).

O quadro 1 abaixo busca sintetizar as nomenclaturas que são utilizadas para definir os tipos de internacionalização do ensino superior, uma vez que autores distintos abordam e definem determinado modelo, empregando, no entanto, novas terminologias.

#### Nomenclaturas dos tipos de internacionalização

<b>Tipos de Internacionalização do Ensino Superior e suas variações de nomenclaturas</b>
Internacionalização Abrangente = Internacionalização Integral = <i>Comprehensive Internationalization</i> = IC
Internacionalização do Currículo = IoC
Internacionalização Transfronteiriça = Mobilidade = <i>Crossborder</i>
Internacionalização em Casa = Ic = Internationalization at Home = <i>IaH</i>

**Quadro 1.** Nomenclaturas dos tipos de internacionalização  
**Fonte:** Elaborado pela autora

#### **4.1.1 Internacionalização Abrangente, Internacionalização Integral ou *Comprehensive Internationalization* (IC)**

Como já foi retratado, torna-se evidente a importância da internacionalização para o futuro do ensino superior e, com isso, sua busca deixa, algumas vezes, as instituições com muitas dúvidas e incertezas sobre o por onde começar. Dessa forma, algumas perguntas são recorrentes, como: Qual tipo de internacionalização se adequa melhor a sua realidade? Quais setores organizacionais devem ser envolvidos? Que tipo de planejamento fazer? Temos profissionais capacitados para percorrer esse caminho? Temos recursos financeiros para essa investidura?

Nesse sentido, Morosini (2015, p. 82-83) ressalta a importância em se colocar como ponto de partida a compreensão, por parte das instituições de ensino superior, sobre o significado da internacionalização da educação, para que, a partir de então, outras perguntas possam ser respondidas, como “Ela interessa a toda e qualquer IES? E, qual tipo de Internacionalização interessa? ” É buscando respostas para estes questionamentos que as IES devem ingressar nos caminhos em busca da internacionalização.

Diante desse contexto, a Internacionalização Abrangente, Integral ou *Comprehensive*, Hudzik (2011), é conceituada pelo envolvimento de todos os setores que compõem a instituição, como também a sociedade a qual pertence. Isso significa que este modelo envolve o todo, não somente os aspectos educacionais, mas também os administrativos, governamentais e sociais, fazendo dele a categoria mais complexa e abrangente, no tocante aos agentes incluídos em seu planejamento e execução.

Caracterizada pelo compromisso e pelo engajamento institucional das ações para o desenvolvimento da internacionalização, ao propor políticas e processos institucionais de internacionalização, integrando ações de Ensino, pesquisa e extensão, no âmbito organizacional, administrativo, financeiro, serviços de apoio para estudantes, programas de formação, cooperações internacionais, entre outros (Heinzle; Pereira, 2023).

Para Hudzik (2011), a Internacionalização abrangente atinge, não apenas o universo interior de uma instituição de ensino, mas de toda comunidade na qual ela está inserida. As relações desenvolvidas, parcerias, pesquisas, entre outros assuntos, estão diretamente ligadas a tudo aquilo que pode ser afetado pela internacionalização. As possibilidades de caminhos são, dessa forma, ampliadas, para que as instituições de ensino superior possam ingressar e obter resultados positivos no cenário global, levando-se em consideração a necessidade em se buscar uma adaptação de práticas à realidade e à necessidade de cada instituição.

Comprehensive internationalization é um comprometimento, confirmado por meio da ação, de infundir perspectivas internacionais e comparativas ao longo das missões de ensino, pesquisa e serviços da educação superior. A internacionalização abrangente molda o ethos e os valores institucionais e envolve todo o empreendimento universitário. É essencial que ela seja abraçada pela liderança e pela governança institucional, pelos professores, pelos estudantes e por todas as unidades de serviço e de apoio acadêmico. Trata-se de um imperativo institucional, não apenas de uma possibilidade desejável (Hudzik, 2011, p. 6, tradução nossa)<sup>6</sup>.

É preciso destacar que a internacionalização deve ser compreendida como um compromisso sério firmado pelas instituições de ensino superior e que seu processo de desenvolvimento requer tempo, já que não pode ser desenvolvido em curto prazo, o que faz com que seja indispensável o comprometimento e apoio de todos os interessados, para que os resultados sejam observados. Os caminhos que levam a uma internacionalização abrangente podem ser múltiplos e sua abordagem será definida pelas prioridades, missão e valores de cada instituição. No entanto, é preciso ter em mente que, mesmo por caminhos diferentes, as aspirações precisam ser comuns para que possam ser bem-sucedidas. Hudzik e McCarthy (2012) detalham quatro pontos de interesse a serem seguidos pelas instituições de ensino superior. São eles:

1 **Convencional** para incluir o corpo docente e aumentar o impacto em todos os alunos para que a internacionalização atinja a maioria e não apenas alguns.

2 **Integrar** a internacionalização abrangente ao núcleo de missões institucionais de ensino, pesquisa e extensão.

3 **Expandir** a gama de partes interessadas que lideram, apoiam e contribuem para a internacionalização abrangente para distribuir responsabilidades e incorporar o conceito em uma ampla gama de unidades acadêmicas e de apoio.

4 **Interconectar** as atividades da internacionalização abrangente para produzir sinergias e construir parcerias entre as unidades dos campus para apoiar uma visão e resultados unificados ousados (Hudzik e McCarthy, 2012, p. 4, tradução nossa)<sup>7</sup>.

---

6 “Comprehensive internationalization is a commitment, confirmed through action, to infuse international and comparative perspectives throughout the teaching, research, and service missions of higher education. It shapes institutional ethos and values and touches the entire higher education enterprise. It is essential that it be embraced by institutional leadership, governance, faculty, students, and all academic service and support units. It is an institutional imperative, not just a desirable possibility”.

7 “1. Mainstream CIZN to include faculty and increase impact on all students so that internationalization touches the majority and not just the few.

2. Integrate CIZN into the core institutional teaching, research, and service missions.

3. Expand the range of stakeholders who lead, support, and contribute to CIZN to distribute responsibility and embed the concept within a wide array of academic and support units.

4. Interconnect CIZN activities to produce synergies and build partnerships across units throughout campus to support a bold unifying vision and outcomes”

Hudzik e Mccarthy (2012) reforçam a necessidade de, diante de sua realidade e do contexto em que está inserida, cada IES trace o seu planejamento, considerando cada particularidade, tanto de agentes internos quanto externos. Morosini (2019, p. 45) corrobora com esse pensamento, ao afirmar que “para implantar um modelo de internacionalização integral não há fórmula única que seja aplicada em todos os contextos universitários”.

Nessa perspectiva, Hudzik (2015) propõe que as instituições reconheçam suas responsabilidades, interesses, motivações, entre outras coisas, com a finalidade de se buscar o desenvolvimento de seus próprios modelos. Em seguida, ele sugere que, para que a internacionalização integral transforme-se em algo real para as instituições de ensino superior brasileiras, seja necessária uma agenda da internacionalização, conforme exposto no quadro a seguir, interpretado por Morosini (2019, p.34).

#### Agenda da Internacionalização Integral proposta por Hudzik



**Figura 3.** Agenda da Internacionalização Integral proposta por Hudzik

**Fonte:** Morosini (2019, p. 34).

Para que um plano de internacionalização seja bem-sucedido, torna-se primordial a construção e implementação de estratégias que contemplem os fundamentos da educação superior: Ensino, pesquisa e extensão, tal como a gênese e progresso de políticas que incentivem a internacionalização como ferramenta agregadora de valor à instituição, à comunidade e ao currículo do discente.

Quando tratamos da internacionalização integral, nos referimos às ações destinadas aos modelos institucionais destinados à gestão e à governança universitária. Neste eixo, são consideradas as políticas institucionais voltadas às ações internacionais, além do modo como as Instituições de Ensino

Superior (IES) estão pensando a efetividade de tais políticas para e com a comunidade acadêmica. Aqui, também estão presentes o desenvolvimento e a implementação de estratégias de internacionalização nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão e como o grupo gestor busca fomentar, elaborar, implementar, efetivar e avaliar tais estratégias para sua IES (Ramalho, Santos e Campo, 2022 p. 09).

Cabe aqui ressaltar que a internacionalização integral prevê a inserção de metas de internacionalização no Plano de Desenvolvimento Institucional. É importante reforçar que a elaboração de uma política de internacionalização deve estar presente em qualquer modelo, dos quais estamos abordando, e não somente o integral. Contudo, a Internacionalização Integral se constitui em um modelo que, obrigatoriamente, inclui os setores administrativo, financeiro e educacional, como também as ações políticas e sociais das universidades. A escolha dos objetivos dessa política deve ser antecedida por uma análise criteriosa dos contributos e benefícios que cada setor outorgará e receberá com ações internacionalizadas.

#### **4.1.2 Internacionalização do Currículo (IoC)**

Diante do avanço no processo de internacionalização por parte das instituições, e da busca pela consolidação de práticas internacionalizadas consolidadas, muitas universidades, tendem a iniciar seus processos pela internacionalização do seu currículo. Para De Wit *et al* (2015), a internacionalização do currículo está no cerne do processo de internacionalização dentro das instituições.

Nesse sentido, internacionalização do currículo - IoC consiste no “desenvolvimento de experiências internacionalizadas para todos os estudantes por meio de iniciativas curriculares formais” (Leask, 2009, p. 209, tradução nossa<sup>8</sup>). Este é o ponto de partida pelo qual instituições buscam desenvolver seus primeiros projetos na busca para que possam se tornar internacionalizadas.

Internacionalização do currículo é a incorporação das dimensões internacional, intercultural e/ou global no conteúdo do currículo, bem como nos resultados de aprendizagem, tarefas de avaliação, métodos de ensino e serviços de apoio de um programa de estudo. [...] Um currículo internacionalizado irá envolver os alunos com pesquisas baseadas em informações internacionais e com diversidade cultural e linguística, e com propósito irá desenvolver suas perspectivas internacionais e interculturais como profissionais e cidadãos globais (Leask 2015, p. 9-10 *apud* Leask 2021, p. 43-44).

---

8 “development of international and/or global perspectives in all students through the formal curriculum”.

Faz-se necessário elucidar que não basta incorporar conteúdos internacionais aos currículos das instituições, visando meramente atrair e ampliar a circulação de pessoas. É necessário que seja desenvolvido um planejamento estratégico, no qual serão traçadas ações direcionadas e de fato relacionadas com tudo que a internacionalização possa vir a contribuir para todos os envolvidos nesse processo, incluindo a comunidade.

É válido frisar que a IoC chega como uma forma mais oportuna e de fácil acesso para que as instituições de ensino superior possam dar início aos seus processos de internacionalização. Para Morosini (2019, p. 86), essa vem “sendo também uma forma efetiva para assistir o desenvolvimento de perspectivas internacionais, interagindo com pessoas de outras culturas e engajando-se ativamente em um aprendizado intercultural”.

Dessa forma, as instituições, mesmo as que contam com uma disponibilidade orçamentária limitada, podem investir nos processos de internacionalização do ensino superior, a partir do incentivo para que os currículos de seus cursos sejam mais inclusivos e adotem uma perspectiva intercultural. É necessário compreender a diferença entre internacionalização do currículo e currículo internacionalizado, já que o primeiro diz respeito ao processo, enquanto que o último está relacionado ao seu resultado, “ou seja, o processo de internacionalização do currículo resultará em um currículo internacionalizado” (Morosini, 2019, p. 88).

Algo que é necessário ser observado é uma relativa similaridade entre a IoC e a Internacionalização em Casa (IeC) *Internationalization at Home (IaH)*, considerando que ambas têm sua base estruturada nas dimensões internacionais e interculturais. No entanto, a Internacionalização do currículo prepara a comunidade acadêmica para a mobilidade física de estudantes, bem como para a mobilidade virtual, de modo que pode ser observada tanto uma Internacionalização *Crossborder* quanto uma Internacionalização em Casa.

A única diferença entre os dois conceitos é que a IeC exclui específica e deliberadamente as experiências de mobilidade, enquanto a IdC<sup>9</sup> não faz isso. Isso não significa que a IdC não possa acontecer e não aconteça em casa. Em vez disso, a IdC reconhece a mobilidade como um elemento extraopcional da IdC em casa (Leask 2021, p. 45).

Além disso, IoC é um dos indicadores utilizados pelas principais organizações de ranqueamento para classificar o nível de internacionalização entre as instituições, com o intuito de conceituar o nível de engajamento institucional no tocante à atualização dos currículos acadêmicos, seus contributos à sociedade como um todo, maior quantidade de intercâmbio de informações e conhecimentos, servindo também como “vitrines” a estas instituições, o que proporciona visibilidade, parcerias nacionais e internacionais, entre outros benefícios.

Direcionando a internacionalização aos aspectos econômicos e comerciais, destacamos a importância da política linguística para obtenção de resultados positivos na execução desta quarta missão das universidades, pois, sem o domínio e conhecimento necessário das línguas de internacionalização, as ações voltadas a esta dificilmente alcançarão os objetivos almejados.

As línguas de internacionalização trazem efeitos sobre participação, poder, acesso ao conhecimento, assim como sobre bens culturais e afetam o equilíbrio entre parceiros, determinando, em muitos casos, uma internacionalização mais ativa ou passiva (Abreu-e-Lima *et al*, 2017, p.06).

O planejamento de políticas e ações com foco na internacionalização deve partir, prioritariamente, de uma análise da realidade interna e externa da instituição de ensino superior. É necessário que sejam definidas as contribuições à sociedade, ao desenvolvimento nacional, às atualizações tecnológicas, entre tantos outros benefícios obtidos por intermédio desta, sem perder de vista a importância em se implementar uma política linguística que atenda a todos os requisitos fundamentais à facilitação da aquisição e intercâmbio de informações.

#### **4.1.2.1 Internacionalização Transfronteiriça, Mobilidade ou Internacionalização *Crossborder***

Apontada por Morosini (2018) como modelo integrante da internacionalização do currículo, é conhecida no ambiente educacional do ensino superior como mobilidade acadêmica/estudantil, definida pelo deslocamento físico do discente nacional para o exterior. É também uma das modalidades mais custosas financeiramente, impossibilitando o acesso de maneira facilitada e extensiva, sendo, por isso, difícil internacionalizar uma instituição de ensino superior apenas por meio do processo de mobilidade acadêmica.

A educação transfronteiriça, muitas vezes denominada de mobilidade acadêmica institucional, diz respeito ao movimento de pessoas, programas, provedores, políticas, conhecimentos, ideias, projetos e serviços que cruzam as fronteiras nacionais. As modalidades variam desde a presencial e conjunta até a virtual (Knight, 2012, p. 35).

Em uma perspectiva diferente, Baumgratz (2023, p. 2) declara que a internacionalização transfronteiriça é uma modalidade "educacional sustentável", na qual a diversidade cultural, de idiomas, de pensamentos e práticas acadêmicas propiciam a oportunidade de diligenciamento em conjunto à busca de decifração das necessidades comuns nos campos social, saúde pública, economia, entre outras questões presentes além fronteira. "Uma política pública ou solução a uma demanda social com enfoque em apenas um dos lados de uma fronteira, habitualmente são fadadas ao fracasso".

Outro autor recente que corrobora a descrição enunciada acima é Rosa (2023), que enfatiza a importância de interligar a educação superior com a internacionalização, chamando a atenção dos líderes acadêmicos e políticos devido à sua relevância como instrumento viabilizador de oportunidades à comunidade acadêmica do ensino superior, às instituições e à sociedade como um todo. No Brasil, os programas Ciência sem Fronteiras (CsF) e CAPES-PrInt se enquadram nessa perspectiva de internacionalização. Entre os objetivos do Programa CsF, extinto em 2017, destaca-se a necessidade em se “promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e da tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio de estudantes de graduação e de pós-graduação e da mobilidade internacional”, o que comprova a sua natureza transfronteiriça (Brasil, 2012, s/p). O Capes-PrInt também está voltado para o intercâmbio de práticas entre países distintos, já que um dos objetivos do programa é o de “promover a mobilidade de docentes e discentes, com ênfase em doutorandos, pós-doutorandos e docentes para o exterior e do exterior para o Brasil” (Brasil, 2022, s/p).

É preciso pontuar que, apesar dos objetivos dos programas acima citados terem deixado, de forma explícita, a intenção de promover a mobilidade acadêmica de forma transfronteiriça, é necessário um planejamento da instituição para que, de fato, ela aconteça. Além disso, não podemos deixar de destacar o caráter excludente do CsF, por ter apoiado apenas algumas áreas da ciência, e do Capes-PrInt, já que só algumas instituições brasileiras têm sido contempladas com este programa.

#### 4.1.2.2 Internacionalização em Casa / *Internationalization at Home* (IeC / IaH)

A Internacionalização em Casa (IeC) – *Internationalization at Home* (IaH), segundo Crowther *et al.* (2000 *apud* Gonçalves, 2009) está relacionada ao oferecimento de oportunidades educativas sem a exigência de mobilidade de docentes e discentes nacionais para o exterior. Significa o uso de ferramentas e estratégias que tratarão a internacionalização de maneira descomplicada, de fácil acesso e dinâmica à comunidade acadêmica (discentes e docentes), mesmo que para estes a ideia de deslocar-se para o estrangeiro seja uma impossibilidade. Gonçalves (2009) propõe algumas medidas que visam o alcance da IeC nas instituições, são elas:

1. infusão de dimensão internacional no currículo; 2. uso de abordagens interdisciplinares para explorar os conteúdos curriculares; 3. ênfase à aprendizagem activa e experiencial; 4. integração das actividades curriculares com as actividades internacionais promovidas na instituição; 5. proposta de leituras e bibliografias enriquecidas com materiais de várias proveniências que promovam análises comparativas; 6. alargamento do conhecimento transmitido/ valorizado a, pelo menos, outro país ou cultura para além da nacional; 7. encorajamento de reflexões sobre a cultura própria e a forma como esta influencia os modos de pensar.

O conceito de Internacionalização em Casa começou a ganhar forma nos anos 90, através de Bengt Nilsson, e suas discussões sobre a busca pela viabilização de novas oportunidades para a estrutura curricular da educação superior. Morosini (2019, p. 187) destaca que “além de uma formação técnica qualificada, seu objetivo inicial era a formação de cidadãos com mente aberta e respeito a outras culturas, fornecendo experiências multiculturais para os estudantes”.

A ideia de Internacionalização em Casa apresentada por Bengt Nilsson no Fórum da Primavera do European Association for International Education (EAIE) em 1999 suscitou o debate sobre como oportunizar o desenvolvimento de habilidades e competências interculturais aos estudantes dentro de seus próprios campus. Surgiu então, o conceito de *Internationalization at Home* – IaH, Internacionalização em Casa. O conceito vem evoluindo desde então (Marcelino; Lauxen, 2018, p. 02).

A mesma autora ainda nos traz o exemplo da Escola Superior de Coimbra (ESEC)<sup>10</sup>, citando alguns casos de sucesso da referida instituição, a exemplo da

---

<sup>10</sup> A Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC) foi criada em 1979. Em 1985/86 concluiu sua primeira turma de Professores do Ensino Básico e Secundário. Atualmente, ela conta com Cursos

Semana Internacional da ESEC, sendo esta reconhecida como "ação de internacionalização transformativa". É também apresentado o modelo do estudante-tutor, que tem o objetivo de apoiar o estudante estrangeiro em sua adaptação na instituição.

Sobre a Semana Internacional da ESEC, vale frisar que ela foi desenvolvida em 2000 e acabou tomando expressão e visibilidade, sendo o modelo replicado por outras instituições. Consideramos que esse tipo de evento envolve alunos e professores para tratar da internacionalização e, ao abrir espaço para esses debates, a instituição está desenvolvendo a internacionalização em casa. Em decorrência dessa internacionalização, foi proposto para os alunos locais o papel de estudante-tutor, no qual estes iriam se preparar para receber, por duas semanas em média, alunos de outros países e acompanhá-los na adaptação local, desenvolvendo, assim, a dimensão da interculturalidade.

O conceito de semana internacional é sobejamente conhecido e são muitas as instituições de ensino superior que organizam iniciativas similares. Há vários modelos em uso e cada instituição acaba por adequar o evento às suas necessidades, recursos e objetivos próprios (Gonçalves, 2009, p.144).

Ao falar sobre internacionalização em casa, é preciso destacar a importância do papel do professor, em especial do de idiomas, dentro deste processo, uma vez que ele é "fundamental na internacionalização do currículo, e o mesmo ocorre na *laH*" (MOROSINI, 2019, p. 190). Nesse contexto, o docente é visto como o criador de uma grande obra, e para que esta venha a ser bem-sucedida, é essencial que se tenha dedicação e cuidado ao elaborar cada etapa do processo e considerar todos os fatores que possam estar envolvidos.

Um dos motivos pelo qual o formato internacionalização em casa vem ganhando espaço nas organizações de ensino superior é a tentativa de minimizar as questões de desigualdades de acesso às oportunidades de internacionalização e a possibilidade de expandir as experiências que a comunidade acadêmica terá ao envolver-se em atividades que proporcionem o conhecimento de novas culturas, ideias e a possibilidade de abrangência das suas competências informacionais e cognitivas

Para Santos, Gomes e Rodrigues (2022, p. 15), baseando-se em Knight (2003), a internacionalização deve ser compreendida como uma inclusão deliberada de proporções internacionais e interculturais nos programas dos cursos universitários para todos os alunos em "ambientes de aprendizagem domésticos". Corroborando com esse pensamento, Massini-Cagliari e Putti (2020, p. 19) afirmam que o intercâmbio internacional "jamais conseguirá alcançar fatia expressiva do corpo discente", pelo alto custo financeiro que envolve a mobilidade ou por impedimentos pessoais que o estudante possa vir a ter, Guimarães *et al.* (2019) citam que, para evitar esse impacto negativo, alguns autores, como De Wit (2016), defendem uma maior internacionalização em casa e o uso de abordagens híbridas, como *Collaborative Online International Learning* – COIL, ideia também defendida por Salomão (2020, p. 33), ao destacar que

Diferentemente do que ocorre quando um aluno realiza um intercâmbio físico, que implica cursar disciplinas e participar de atividades em uma universidade no exterior, o intercâmbio virtual oferece ao estudante a oportunidade de interagir com pares de outra universidade por meio da Internet, estando matriculado nas disciplinas da sua própria universidade.

Além disso, De Wit<sup>11</sup> (2020, p.542, tradução nossa) reforça que a internacionalização do ensino superior precisa urgentemente percorrer um caminho mais inclusivo e menos elitista, com foco em uma educação de qualidade em detrimento dos objetivos voltados para razões econômicas, competitivas e classificatórias. Ele ainda ressalta que “esses desafios e pressões entram em conflito com uma abordagem mais inclusiva e menos elitista da internacionalização, baseada nas necessidades e oportunidades dos próprios alunos e funcionários”.

Logo, podemos afirmar que a internacionalização em casa é instrumento primordial e relevante à universidade para que esta alcance reconhecimento nacional e internacional na promoção de eventos e ações que busquem a disseminação do conhecimento adquirido por meio da internacionalização. Como consequência, será possível proporcionar aos discentes e docentes, situações em que seja viável a experiência de novas perspectivas, oportunidades e trocas acadêmicas, a partir das experiências compartilhadas com alunos e/ou pesquisadores provenientes de instituições estrangeiras.

---

11 “These challenges and pressures conflict with a more inclusive and less elitist approach to internationalization, built on the needs and opportunities of one’s own students and staff”.

Podemos observar que não existe um modelo fixo para internacionalizar, faz-se necessário um estudo, uma análise criteriosa dentro da própria instituição, na qual sejam pontuados todos os agentes necessários, fatores internos, externos, orçamentários, recursos humanos, entre outros, de modo a ser possível, a partir dos resultados encontrados, identificar qual o modo de ir em busca dessa internacionalização. Essa procura deve estar em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional da IES, observando-se quais as práticas que mais se adequam à realidade da instituição, a fim de que seja possível a obtenção de um resultado positivo e que considere que, apesar da mobilidade ser um agente importante, ela não é suficiente para uma universidade se tornar internacionalizada.

#### 4.2 A INTERNACIONALIZAÇÃO NO BRASIL E OS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DIRETIVOS

Ao abordarmos a temática Internacionalização do Ensino Superior no Brasil, é necessário compreender algumas questões que antecedem este assunto, a exemplo da tardia e lenta disseminação do ensino superior no território brasileiro, com as primeiras instituições intituladas como universidades sendo datadas a partir de meados de 1920. Essa diferença se torna ainda mais alarmante quando comparamos nossos dados com os de outros países da América Latina, como a República Dominicana, que teve suas primeiras universidades inauguradas por volta de 1500. Para Gorovitz e Unternbäumen (2021, p. 15),

Apenas quando o Brasil alcançou pouco mais de 30 milhões de habitantes é que foi criada a primeira universidade (do Rio de Janeiro), em 1920, depois denominada: Universidade do Brasil, juntando as três faculdades existentes (e independentes) com os cursos de Direito, Engenharia e Medicina (apenas integrados, realmente, naquela universidade, em 1931, no governo Getúlio Vargas).

Apesar das informações acima, sobre a implantação das primeiras universidades no cenário brasileiro, a inserção do ensino superior já se fazia presente muito antes do período relatado, considerando que, em 1808, foi aprovada, pelo príncipe regente e seu conselho, a criação de uma “Escola de Cirurgia no Hospital Real Militar”, situada em Salvador – Bahia (Barreto e Figueiras, 2007).

Anteriormente, por volta do século XVIII, tinham sido criados, no Brasil, o curso de Engenharia de Artilharia e o ensino de especialidades jurídicas e médicas, não

sendo esta última a Escola de Medicina, já que exercia apenas o papel de formação de paramédicos, com o objetivo de diminuir a carência desses profissionais na sociedade. As discussões sobre a necessidade de criação de uma universidade começaram a ocorrer por volta do ano de 1815.

Sentia-se no Brasil do início do século XIX a necessidade de fundar-se pelo menos uma universidade. É interessante citar aqui um documento relativamente pouco conhecido existente no Arquivo Nacional, que demonstra a posição sobre o assunto de um grupo de cidadãos particulares, sem qualquer participação oficial. O documento consiste em dois projetos elaborados pelo Corpo do Comércio do Rio de Janeiro em 1815, em regozijo à elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal. O primeiro projeto trata de banalidades, não passando de uma série de festejos e solenidades, mas o segundo avança bastante em suas intenções, propondo, numa modificação do que ocorrera em Salvador em 1808, "*um donativo posto em ações do Banco do Brasil para ser seu rendimento anual aplicado às despesas do estabelecimento de uma universidade, dignando-se S.A.R. unir-lhe as cadeiras já (ilegível) nesta Corte da Academia Real da Marinha, as Aulas de Cirurgia e Medicina, e as Aulas Menores, a faltar somente os Cursos Jurídico, Canônico e Teológico*". O texto acrescenta que a realização do projeto seria "*com máxima e perdurável glória do Corpo do Comércio desta Capital e Província do Rio de Janeiro*". A subscrição pública não estaria circunscrita aos comerciantes, mas também a todos que desejassem colaborar, inclusive os "*vindouros*"<sup>35</sup>. Esta iniciativa, embora malograda, é digna de nota ao demonstrar como vários comerciantes, cuja esmagadora maioria não possuía um grau universitário, estavam persuadidos da necessidade de uma instituição universitária na capital do reino (Barreto e Figueiras, 2007, p.1784).

Assim como o ocorrido para a implantação do ensino superior brasileiro, que aconteceu tardiamente, o mesmo se repetiu com a internacionalização desse ensino, dando espaço a uma implantação, mais uma vez, de forma colonizada. Nesse sentido, consideramos que a globalização tornou esse processo dinâmico e em constante evolução, devido às consequências positivas em prol não só dos principais agentes envolvidos, alunos, professores e instituição, mas também de todo o país. Ao falar de internacionalização do ensino superior, é necessário fazer uma contextualização histórica sobre momentos importantes que precisam ser pontuados para que possamos ter maior compreensão do percurso enfrentado por esta modalidade de ensino, principalmente no cenário brasileiro.

Para Santos e Almeida Filho (2012), a universidade deu seus primeiros passos na Europa Ocidental, aproximadamente há mil anos, mas algo que não pode ser ignorado é que, antes disso, havia alguns centros de conhecimento, que eram responsáveis pela formação de áreas tidas naquela época como essenciais, tais como médicos, juristas, matemáticos, entre outros, já que desenvolviam papéis de

fundamental importância para a propulsão do ensino superior tal qual o conhecemos hoje.

Essa contextualização faz-se necessária para que possamos entender que assim como os grandes centros universitários tiveram sua estruturação de modo fragmentado, o processo de internacionalização do ensino superior também percorreu o mesmo caminho, visto que as ações para sua realização foram sendo implementadas aos poucos, como pôde ser visto em 2008, com o Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE), que visava “contribuir para o estabelecimento e/ou manutenção do intercâmbio científico dos programas de pós-graduação consolidados do país com seus congêneres no exterior”. Em 2011, ele foi substituído pelo Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior (PDSE), e essa substituição teve o objetivo de dar mais celeridade ao processo de implementação das bolsas de estágio de doutorado no exterior.

Uma outra ação governamental focada na internacionalização foi a implantação do Programa de Licenciaturas Internacionais – PLI, uma iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e da Universidade de Coimbra, através do Edital nº 8/2012/CAPES, que tinha como objetivo a elevação da qualidade da graduação, tendo como prioridade a melhoria do ensino dos cursos de licenciatura e a formação de professores, através do estímulo ao intercâmbio de estudantes de graduação em licenciaturas.

Outro dispositivo foi o Programa de Mobilidade Acadêmica Brasil-Colômbia – BRACOL. Este foi criado em 2011, mas só em 2014 foi lançado o primeiro edital, com o objetivo de promover a cooperação acadêmica entre Brasil e Colômbia, por meio da mobilidade de estudantes de graduação de todas as áreas do conhecimento, compreendendo cursos em diversas áreas, como em exatas, humanas e saúde, pelo tempo de um semestre acadêmico.

Além disso, é necessário destacar iniciativas de instituições privadas como o Programa Bolsas Luso-Brasileiras Santander Universidades, implementado em 2007, com a finalidade de fortalecer os laços entre os países ibero-americanos, e que disponibiliza bolsas de um semestre para estudantes de graduação aprofundarem sua formação acadêmica em diferentes áreas do conhecimento.

Estas são algumas das iniciativas que deram propulsão ao processo de internacionalização e que, somadas ao Ciência sem Fronteiras - CsF e ao CAPES PrInt, aos quais daremos mais ênfase, contribuíram para que um maior número de

ações de internacionalização voltadas à mobilidade acadêmica pudesse ser colocado em prática.

#### **4.2.1 O Programa Ciência sem Fronteiras, Idiomas sem Fronteiras e Capes-Print**

Apesar de algumas ações pequenas e, muitas vezes, isoladas, no que se refere ao incentivo a políticas de internacionalização e mobilidade acadêmica no Brasil, o primeiro grande destaque a ser dado é o da criação do Ciência sem Fronteiras – CsF<sup>12</sup>, em 2011, pelo Ministério da Educação – MEC, bem como a instituição do Inglês sem Fronteiras – IsF, em 2012. Casotti, Finardi e Guimarães (2019) destacaram que o CsF foi o programa governamental detentor do maior investimento em prol da internacionalização feito no Brasil, que tinha por objetivo promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e da tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira.

O CsF tinha como foco principal a mobilidade de saída e privilegiou alguns campos do conhecimento, a exemplo das áreas tecnológicas, em detrimento das áreas de ciências humanas e ação social. Assim, o projeto de internacionalização via mobilidade acadêmica que foi proposto mostrou-se excludente, ao considerar apenas algumas áreas do saber, notadamente as engenharias, as tecnologias e as ciências da saúde.

Na tentativa de minimizar os problemas gerados pela falta de políticas que objetivassem melhorias no ensino de línguas, o governo, através do CsF, promoveu duas ações que buscaram reparar o cenário nacional, a primeira foi a distribuição de cursos de línguas no país de destino para os alunos que cumpriram todos os pré-requisitos proposto pelo edital do programa, mas que não obtiveram bons resultados na prova de proficiência. A segunda foi a criação do Inglês sem Fronteiras –IsF, com o claro objetivo de auxiliar os alunos elegíveis ao CsF, e que foi, em 2014, transformado em Programa em Idiomas sem Fronteiras –IsF.

---

12 Em seu primeiro ano, o projeto CsF distribuiu mais de 10 mil bolsas sanduíche, que consiste em um programa de estudos que cumpre parte do seu curso em uma universidade do exterior. Inicialmente as bolsas foram para instituições de ensino superior dos Estados Unidos, Reino Unido, Itália, Alemanha ou França.

Em dezembro de 2012, foi lançado o Programa Inglês sem Fronteiras, uma parceria entre a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESUu/MEC) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com o objetivo de proporcionar oportunidades de acesso a universidades de países anglófonos para universitários brasileiros. O Programa tornou-se Idiomas sem Fronteiras (IsF) em 14 de novembro de 2014 (Sarmiento e Da Luz Fontes, 2021, p. 148).

Criado inicialmente para suprir as demandas dos alunos e professores em mobilidade acadêmica, e como ação de incentivo à política linguística, o IsF foi criado em 2012, com ações voltadas para a aplicação do TOEFL ITP e aulas de língua inglesa para os alunos que estavam em processo de preparação para a mobilidade acadêmica proporcionada pelo CsF. O programa foi ampliado para Idiomas sem Fronteira (IsF), em 2014, com o objetivo de “promover ações em prol de uma política linguística para a internacionalização do Ensino Superior Brasileiro, valorizando a formação especializada de professores de língua estrangeira” (BRASIL, 2022), em um escopo que passou a contemplar um número maior de idiomas. Na seção 4, novas discussões sobre IsF serão estabelecidas, com o objetivo de relacioná-lo à elaboração e homologação da política linguística IES brasileiras, a exemplo da política da UFS.

Além de ter o propósito de impulsionar o processo de internacionalização das instituições de ensino superior, o IsF veio enriquecer a LA no Brasil, abrindo possibilidades para a pesquisa em diversas áreas em que o uso da língua acontece: o ensino e aprendizado de línguas adicionais, o inglês para fins acadêmicos, o inglês para fins específicos, a análise da conversa, as políticas linguísticas, a análise do discurso e, entre outras (Jordão, 2016, p. 287).

A fala de Jordão (2016) é importante, principalmente quando consideramos o fato da Linguística Aplicada conceber a teoria dentro da prática (Rajagopalan, 2006). O IsF desempenhou um papel fundamental nas IES, dentro do cenário da internacionalização do ensino superior no Brasil, ao trazer as discussões sobre Política Linguística associadas aos temas da internacionalização e do ensino de línguas para fins específicos.

Em novembro de 2017, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES instituiu, através da Portaria nº 220, o Programa de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil - PRINT, popularmente conhecido como CAPES-PrInt, que veio para motivar e fomentar o processo de pesquisa sobre a internacionalização, o que pode ser comprovado ao analisarmos os objetivos do programa:

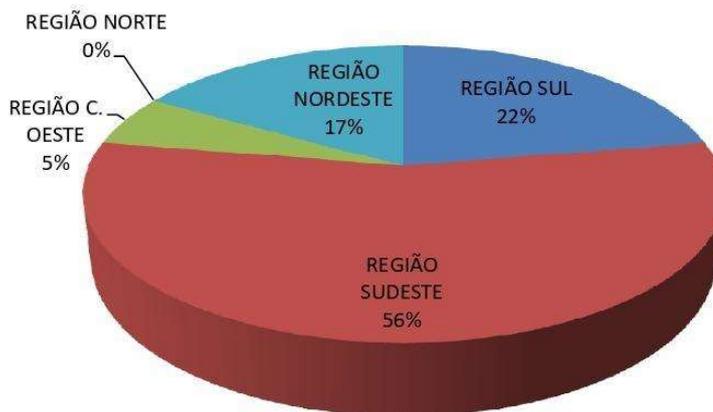
Fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização das instituições contempladas nas áreas

do conhecimento por elas priorizadas; Estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculadas à pós-graduação; Ampliar as ações de apoio à internacionalização na pós-graduação das instituições contempladas; Promover a mobilidade de docentes e discentes, com ênfase em doutorandos, pós-doutorandos e docentes para o exterior e do exterior para o Brasil, vinculados a programas de pós-graduação *stricto sensu* com cooperação internacional; Fomentar a transformação das instituições participantes em um ambiente internacional; e Integrar outras ações de fomento da CAPES ao esforço de internacionalização (Brasil, 2020).

Ao passo que esse programa vem sendo desenvolvido, é possível perceber sua notoriedade, considerando que ele vem desempenhando papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todas as instituições contempladas, o que pode ser percebido nos relatórios do programa, já nos seus primeiros anos. “As 36 instituições participantes do CAPES-PrInt propuseram implementar um total de 581 Projetos de Cooperação Internacional (PCI)” (Brasil, 2020, p.11), o que consiste em número volumoso de projetos destinados a incentivar a internacionalização das instituições de ensino superior brasileiras.

Ao discorrer sobre o CAPES-PrInt, é necessário apontar o seu sucesso, pelo incentivo à internacionalização com fomento, e seu destaque no planejamento estratégico, já que esses planos precisavam ser apresentados no momento da inscrição. Ao contrário do CsF, não se tratava de um edital de seleção de candidatos para a mobilidade, já que o envio de alunos para universidades estrangeiras era uma das possíveis ações previstas no documento, mas não a única. Esse programa, no entanto, passou a ser visto como excludente, uma vez que apenas poucas instituições foram contempladas, especificamente 36 (trinta e seis), entre públicas e privadas. É necessário destacar que, com uma seleção acirrada, as instituições mais internacionalizadas foram contempladas, enquanto que aquelas que precisavam de investimento permaneceram sem nenhum incentivo governamental.

Esse caráter excludente pode ser observado ao compararmos a distribuição entre as instituições contempladas com o programa CAPES-PrInt por regiões brasileiras. Segundo informações do próprio programa, as universidades contempladas foram distribuídas da seguinte maneira: região Sul 8 (oito) instituições, região Sudeste 20 (vinte) instituições, região Centro-Oeste (duas) instituições, região Nordeste 6 (seis) instituições, e região Norte 0 (zero) instituição.



**Figura 1.** Gráfico de distribuição do Programa CAPES-PrInt  
**Fonte:** Produção própria

Com base nessas informações, é possível perceber o quanto as práticas abordadas pelos estudos decoloniais fazem sentido e, claramente, o programa beneficiou as regiões sul e sudeste, que, desde o período da primeira república, detinham o poder político e econômico sobre toda a região brasileira. Mais uma vez, foi atendida a parte da população que está inserida nos estados tidos como mais nobres, tanto economicamente, quanto cientificamente, em detrimento das demais regiões do país, uma vez que era de se esperar que as instituições com processos de internacionalização mais embrionários devessem ser as primeiras contempladas, pela necessidade elevada de apoio governamental. Esse caráter excludente dificulta a ascensão nacional de universidades menores, que tiveram que contar com os esforços de seus corpos discente, docente e técnico para superar as adversidades e conquistar novos espaços acadêmicos. É nesse contexto que situamos a Universidade Federal de Sergipe - UFS, considerada, em 2022, a 1ª universidade do Nordeste e terceira o Brasil no *World University Ranking 2022*, da *Times Higher Education* -THE<sup>13</sup>, pelo segundo ano consecutivo, sem que esta universidade tivesse sido uma das contempladas no CAPES-PrInt. O caso da Universidade Federal do Amazonas – UFAM também precisa ser destacado, já que está inserida em uma

---

13 THE (Times Higher Education) desde 2004 busca fornecer dados de desempenho sobre instituições acadêmicas em um cenário global, através de uma avaliação, na qual leva em consideração as missões principais: ensino (o ambiente de aprendizagem); ambiente de pesquisa (volume, renda e reputação); qualidade da investigação (os resultados da investigação); indústria (transferência de conhecimento) e perspectiva internacional (pessoal, estudantes e pesquisa). Ao todo, utiliza 18 indicadores de desempenho cuidadosamente calibrados para fornecer comparações mais abrangentes e equilibradas.

região de grande influência internacional e também não foi contemplada com este programa da Capes.

Nesse sentido, faz-se necessária uma revisão dos critérios adotados pelo governo federal, quando da elaboração de programas de tal natureza, de modo a ser possível assegurar que ações de internacionalização de universidades menores possam ser alavancadas, com ajuda governamental. Essa ampliação pode contribuir para a diminuição da desigualdade já existente em nosso país, oferecendo subsídios para que investimentos direcionados à internacionalização sejam democratizados e priorizados.

#### **4.2.2 A internacionalização no Brasil e os documentos institucionais diretivos**

Conforme já mencionado anteriormente, uma das grandes contribuições do Programa Idiomas sem Fronteiras para a internacionalização do ensino superior no Brasil foi o impulso dado para que as universidades começassem a pensar na estruturação de uma política linguística local, focada nas necessidades da IES e nas ações estratégicas a serem adotadas, a partir do desenvolvimento linguístico-cultural da comunidade acadêmica. Assim, como pré-requisito do processo de credenciamento do programa, iniciado em 2017, todas as IES que desejassem permanecer no Programa deveriam apresentar uma política linguística aprovada ou em processo de aprovação (Brasil, 2017).

É necessário destacar que as políticas linguísticas não devem ser implementadas limitando-se à formação especializada de professores, e sim, como um pontapé inicial para que as instituições de ensino superior possam ampliar suas parcerias e trocas internacionais, compartilhando e agregando conhecimentos e novos parceiros. Dessa forma, devem ser criadas políticas linguísticas que busquem contemplar um plano de internacionalização, observando as particularidades, tanto dos seus alunos/docentes, quanto das instituições e comunidades atendidas, de modo que esse plano de internacionalização vise ao desenvolvimento institucional de forma sólida e com base no crescimento da instituição de ensino superior e não apenas em critérios exclusivamente competitivos, com o objetivo de alcançar melhores posicionamentos em *rankings* internacionais.

Assim, desenhar uma política de internacionalização coerente e adequada à realidade da instituição é levar em conta variáveis como tempo e espaço, contexto e cultura e proteger-se contra os efeitos negativos gerados pela promoção da competitividade exacerbada incentivada pelos rankings e pela comercialização dos saberes (Gorovit e Unternbäumen, 2021, p. 10).

O instrumento indispensável para que a internacionalização possa lograr êxito no ensino superior do país é o Plano de Internacionalização, geralmente parte integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O PDI é um dispositivo administrativo que traz uma visão geral das instituições, baseada na realidade vivenciada por elas, e capaz de apontar os resultados que deverão ser obtidos ao longo dos anos, a partir do exercício das metas definidas neste plano, com a inclusão de projeções futuras almejadas. Caso não seja possível cumprir as metas estabelecidas, ou, existindo impedimentos à sua realização, é necessária a reformulação dos objetivos ao contexto apresentado, visando ao seu cumprimento, de modo a oportunizar maior visibilidade e condições para participação em novos programas.

No Brasil, é necessário compreender que o avanço do processo de internacionalização não é algo controlável, pois há diversos fatores que contribuem e se beneficiam desse crescimento. Logo, cada instituição precisa traçar caminhos e objetivos visando as suas necessidades e possibilidades de evolução científica, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino e das pesquisas produzidas, e investir em novas possibilidades de progresso institucional e regional.

A internacionalização abre a possibilidade de receber estudantes talentosos no campus para aumentar e elevar o nível de desempenho de seus próprios alunos; permite a colocação de graduados no mercado de trabalho internacional por meio dos resultados observados em seu perfil acadêmico e científico. Como resultado, as IES tornam-se atraentes para os investimentos estrangeiros; melhoram o desenvolvimento local, regional e nacional; ampliam a capacidade de comunicação dos alunos através da proficiência de línguas estrangeiras; expandem as habilidades interculturais dos estudantes devido ao aperfeiçoamento dos comportamentos interculturais e da compreensão de diferentes culturas (Stallivieri, 2017, p. 22).

Para que as instituições possam lograr êxito nesse caminho a ser percorrido, é necessário, além dos investimentos já citados, que seja definido um Plano de Internacionalização, no qual seja observado todo o contexto em que a unidade de ensino está inserida, e que esse contexto possa ajudar no delineamento de diretrizes para um cenário global que se deseja alcançar. Assim, segundo Stallivieri (2017, p. 22),

Ao optar por implementar um plano de internacionalização, é essencial que cada instituição tenha uma compreensão clara do seu lugar como principal protagonista da promoção do ensino superior para alinhar suas ações estruturantes com as metas desejadas a serem alcançadas com esse plano.

Diante dos ganhos institucionais e nacionais advindos de políticas sustentáveis de internacionalização, reiteramos a necessidade em se firmar um compromisso do governo federal para com a ampliação de investimentos, uma vez que o avanço da internacionalização no Brasil tende a gerar retornos imediatos, tornando esse fomento algo imprescindível para o crescimento das instituições de ensino superior, de forma sólida, coerente e com perspectivas.

#### **4.2.3 A agenda 2030 e os sistemas de ranqueamento para as Instituições de Ensino Superior**

Vale considerar que a internacionalização do ensino superior é pauta da nova Agenda Internacional da Educação (Agenda 2030)<sup>14</sup>, fruto de uma reunião em 2015 entre chefes de Estado e de Governo. A Agenda 2030 é um plano de ação destinado às pessoas, ao planeta e à prosperidade, que visa o fortalecimento da paz universal. Esse plano aponta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas. São encontrados objetivos e metas claras, para que todos os países os adotem, de acordo com suas próprias prioridades, e atuem no espírito de uma parceria global que oriente as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro. Assim, a Organização das Nações Unidas - ONU, ao aprovar os ODS, em 2015, defendeu, em seu objetivo 4, na meta 4.b, a necessidade de:

Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento (IPEA, 2015).

---

14 A Agenda 2030 é composta por todos os países que compuseram a Cúpula das Nações Unidas e versa sobre o Desenvolvimento Sustentável. Em 2015 os 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas - ONU, incluindo o Brasil, representados por seus líderes reuniram-se e apontaram 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, cada um com ações a serem desenvolvidas, e tornou-se a principal referência na formulação e implementação de políticas públicas para governos em todo o mundo.

Levando em consideração que a internacionalização faz parte desses objetivos, são necessárias políticas que venham a ser desenvolvidas pelas instituições de ensino superior, para a criação de planos institucionais de internacionalização, considerando as necessidades locais, e que possam dialogar com o contexto global, levando a instituição a destacar-se no cenário das grandes universidades internacionalizadas, firmando parcerias que conseqüentemente contribuirão para o cumprimento dos objetivos da Agenda 2030. Dessa forma, pode ser viável a promoção de espaços de diálogos entre os setores que estão comprometidos com as ODS, nas instituições de ensino superior brasileiras, com os departamentos, coordenações, assessorias e/ou pró-reitoras que estão à frente dos planos institucionais de internacionalização.

A necessidade de maiores investimentos nos processos de internacionalização das universidades brasileiras é ainda mais evidente ao constatarmos, a partir da pesquisa de Casotti, Finardi e Guimarães (2019), que há pouca relevância das universidades brasileiras no cenário mundial, “uma vez que o Brasil, por exemplo, apesar de ser um dos treze países com maior produção acadêmica não possui universidades de nível mundial e tem pouco impacto no cenário global”. Cabe destacar que um dos possíveis motivos para essa falta de amplitude do ensino superior brasileiro se dá, conforme já discutido, e reforçado pelos autores, pelo poder de domínio do Norte e do Ocidente global no processo de internacionalização, considerando a baixa influência dos países localizados ao Sul do globo.

Outro fato que contribui para essa discrepância se dá por parte do idioma em que grande parte dessas produções nacionais são publicadas. Para Vavrus e Pekol (2015) e Casotti, Finardi e Guimarães (2019), a língua inglesa é reconhecida como a linguagem de acesso à vida acadêmica e científica, o que faz com que esse idioma seja priorizado, quando comparado com os demais, já que as revistas acadêmicas e periódicos priorizam trabalhos escritos neste idioma. Essas questões já vêm sendo bastante debatidas no cenário brasileiro, no entanto ainda é necessário que essas discussões e proposições saiam da base teórica e partam para a prática. Para que isso ocorra, é necessária uma somatória de esforços das esferas administrativas nacionais, para que políticas linguísticas sejam fomentadas, de modo a contribuir para a eficácia da internacionalização do ensino superior brasileiro. Como consequência do auxílio às línguas estrangeiras, novos espaços de trocas nos ambientes acadêmicos científicos serão conquistados e garantidos, de forma a abrir espaço para

o plurilinguismo. Para Marsh e Hill (2009, p. 24), o plurilinguismo é a “capacidade de utilização de várias línguas - de se comunicar com o público em geral” (tradução nossa)<sup>15</sup>, e para Altenhofen; Broch, (2011, p. 17), o “plurilinguismo se refere à postura de pluralidade adotada pelos sujeitos em ambientes multilíngues e se reflete nas habilidades/competências em mais de uma língua”.

Nessa perspectiva, Rocha e Daher (2015, p. 114) apontam que “há de se reconhecer, a esse respeito, a existência de problemas sociais que requerem uma solução, e a hipótese que se faz é que a linguística aplicada tem sua parcela a oferecer”, uma vez que a internacionalização passa a ser uma demanda social, e uma das ações a ser desenvolvida pela Agenda 2030, fato este que reforça a necessidade de dedicação a essa temática. Ainda para os autores,

São, na verdade, bastante diversos os possíveis domínios os quais a linguística aplicada precisa estar atenta, no sentido de reafirmar seu interesse por questões diretamente ligadas ao social. [...] traduzir o desejo de expandir o campo de atuação da linguística aplicada (Rocha e Daher, 2015, p. 114).

Paralelamente, os corpos diretivos das instituições de ensino superior precisam colaborar com os demais membros, conselhos, docentes, discentes e comunidade externa das universidades, com o objetivo de impulsionar ações em prol da internacionalização da instituição, considerando os resultados positivos que podem ser agregados.

Com a globalização, o compartilhamento dos resultados positivos alcançados por uma IES não se limita mais aos muros da universidade. As instituições buscam o reconhecimento nacional e internacional, a partir de sistemas de ranqueamento, de modo que os resultados positivos sempre trazem um sentimento de respeito acadêmico. Para contextualizar a realidade da internacionalização no Brasil, utilizaremos um dos mais importantes rankings de avaliação de desempenho de universidades em escala global, o *Times Higher Education* -THE. De acordo com o ranqueamento divulgado, das 20 (vinte) melhores universidades da América Latina em 2023, 14 (quatorze) são instituições brasileiras. No entanto, quando passamos para um cenário global, a realidade é muito diferente, considerando que nossas universidades não figuram nesses rankings. Mundialmente, essas classificações são lideradas por instituições localizadas no Norte Global. Configurando as três primeiras

---

15 “the ability to use the languages themselves – be communicated to the general public”.

posições no ranking 2023 estão a *University of Oxford*, *Harvard University* e *University of Cambridge*. A Universidade de São Paulo foi a instituição brasileira com melhor colocação neste cenário, vindo a configurar o grupo entre as 200 e as 250.

Isto posto, fica evidente a necessidade de incrementos governamentais e institucionais, em prol da internacionalização, uma vez que sua relevância, apontada como a quarta missão para as instituições de ensino superior, precisa ser reverberada, com o reconhecimento do protagonismo que lhe cabe para o destaque das instituições de ensino superior, e por ser esta parte integrante dos pilares que compõem a base de todo o ensino superior. Para que esse destaque, tanto no cenário nacional como internacional seja alcançado, conforme já discutido, é necessário um maior investimento no ensino das línguas estrangeiras, mas, para que ações para esse fim sejam efetivas, as IES precisam, inicialmente, investir na elaboração e/ou reestruturação de Políticas e Planejamentos Linguísticos.

## 5 POLÍTICA (S) PRÁTICA (S) E PLANEJAMENTO LINGUÍSTICOS

Para que uma instituição de ensino superior possa lograr êxito em sua internacionalização no cenário global, é necessário o apoio das línguas estrangeiras e ações de suporte, de modo que a comunidade acadêmica possa estar preparada para interagir com pesquisadores de outras localidades, sempre na perspectiva da interculturalidade. Nesse contexto, recomenda-se a construção e o desenvolvimento de uma política linguística (PL), bem como de um planejamento linguístico, que possam dar um direcionamento à instituição, e que estejam em sintonia com as diretrizes institucionais e os planos de internacionalização da IES. Desse modo, ao pensarmos em abordar as PL de um instituição, é necessário compreender sobre práticas linguísticas, Spolsky (2005, p. 2152, tradução nossa)<sup>16</sup> aponta que para “conhecer a política linguística de uma comunidade de fala, de qualquer tamanho ou natureza, o primeiro passo é estudar suas práticas linguísticas”.

Nesta seção, discutiremos e contextualizaremos as questões relacionadas à política e ao planejamento linguístico, destacando as correlações que podem ser feitas com o processo de internacionalização do ensino superior, posto que não há como pensar em ser uma instituição internacionalizada sem o desenvolvimento de uma política linguística bem estruturada, de um planejamento que atenda a todas as demandas e particularidades necessárias para que esta possa vir a surtir o efeito desejado e do conhecimento e compartilhamento das práticas institucionais.

Os estudos sobre política linguística foram intensificados nos Estados Unidos e na Europa, concomitantemente à emergência da Sociolinguística (Severo, 2013, p. 452), de modo que seus estudos podem estar interligados a discussões paralelas entre linguistas aplicados e sociolinguístas, simultaneamente. No entanto, “Haugen (1959) introduz pela primeira vez o termo *language planning* quando desenvolve estudo sobre a intervenção de determinadas regras ortográficas do norueguês e para construção de uma identidade nacional na Noruega” Savedra; Lagares (2012, p.11). Para Calvet (2007), esse campo se refere a decisões sobre as relações da sociedade e das pessoas com as línguas.

---

16 “to find out about the language policy of a speech community, of whatever size or nature, the first step is to study its actual language practices”.

A noção de planejamento linguístico está diretamente interligada a de política linguística, uma vez que, segundo Cooper<sup>17</sup> (1989 p. 29, tradução nossa), “A política linguística às vezes aparece como sinônimo de planejamento linguístico”. O autor pondera que a política linguística diz respeito às metas estabelecidas a nível local ou governamental para uma língua nova ou para as línguas existentes em uma sociedade ou em um determinado contexto, enquanto planejamento linguístico refere-se aos processos de operacionalização para o desenvolvimento de uma política linguística.

Ratificando essa indissociação, Calvet (2007) mostra que política linguística diz respeito às decisões que são tomadas na relação entre uma língua e uma sociedade, enquanto que o planejamento linguístico trata de como isso acontece, referindo-se à sua implementação. É necessário destacar a importância para que elas possam ser desenvolvidas em conjunto e com o mesmo grau de importância, uma vez que “a política linguística é inseparável de sua aplicação” (Calvet, 2007 p.12). Ainda segundo o autor.

Em todos os casos em todas as definições, as relações entre políticas linguística e planejamento linguístico são relação de subordinação: assim, para Fishman, o planejamento é a aplicação de uma política linguística, e as definições posteriores em sua variedade não ficarão muito longe dessa visão (Calvet, 2007. p. 15).

Nessa perspectiva, faz-se necessário o entendimento que do mesmo modo que planejamento e política linguística estão interligados, as práticas a serem contempladas dentro deste processo requerem igual importância, uma vez que, ao pensar e planejar uma determinada política, o modo como ela vai ser aplicada, deve ser feito a partir das práticas já desenvolvidas metodologicamente e socialmente. Spolsky (2005, p. 2153, tradução nossa)<sup>18</sup> destaca o valor que deve ser dado às práticas institucionais, ao lembrar que “Muitos países, instituições e grupos sociais não têm políticas linguísticas formais ou escritas, por isso que a natureza da sua política linguística deve ser derivada de um estudo das suas práticas ou crenças linguísticas”.

Cabe pontuar que, mesmo demonstrada essa indissociabilidade, a política linguística também é vista de forma individual, voltada para uma vertente mais jurídica,

---

17 “Language policy sometimes appears as a synonym for language planning”.

18 “Many countries and institutions and social groups do not have formal or written language policies, so that the nature of their language policy must be derived from a study of their language practice or beliefs”.

com foco na regularização e na legalização de línguas e, nesse sentido, outros conceitos são agregados, vindo a complementar os conceitos já existentes. Severo (2013, p. 454) aponta duas dimensões de política linguística, ao fazer um comparativo sobre as propostas de Richard B. Noss e Bernard Spolsky. Para o primeiro, ela está dividida em três eixos: o oficial, que está ligado à forma como é definida oficialmente a língua, o educacional, que trata do ensino das línguas, e o geral, que aborda a relação da comunicação em massa.

Spolsky (2016a, p.35) sugere que a política linguística deva ter seu campo constituído por três elementos independentes, mas correlacionados entre si: “a prática”, “as crenças e “a gestão”. A primeira está ligada às experiências e vivência de cada um dentro do ambiente que está inserido. A segunda está relacionada ao valor que o indivíduo atribui diante do meio social que está inserido e, por último, a gestão, refere-se à forma utilizada por muitos membros da sociedade para impor ou determinar modelos de linguagem.

É que as políticas linguísticas têm três componentes descritíveis interligados, mas independentes: práticas, crenças e gestão. Práticas linguísticas são as escolhas e comportamentos observáveis – o que as pessoas realmente fazem. São os aspectos linguísticos escolhidos, a variedade de linguagem usada [...] As crenças que são mais significativas para as nossas preocupações são os valores atribuídos às variedades e aos traços. [...] a gestão linguística, o esforço observável e explícito realizado por alguém ou algum grupo que tem ou afirma ter autoridade sobre os participantes de um domínio para modificar suas práticas ou crenças (Spolsky, 2016a, p. 35-36).

A busca por definições sobre Política e Planejamento Linguístico vem tomando maior destaque no meio acadêmico durante a última década. No entanto, essa temática já vem sendo debatida há muito tempo, conforme aludido por Spolsky (2016b, p. 372), ao afirmar que o “campo moderno da Política Linguística foi iniciado por linguistas que trabalharam na assistência de estados recém independentes depois da Segunda Guerra Mundial”. Segundo o autor, esses linguistas tinham a intenção de reconstruir civilizações destruídas pela guerra e, para isso, traçaram “planos linguísticos”, que, com o passar do tempo, não lograram sucesso, visto que as línguas de origem de cada civilização também travavam suas próprias batalhas e, muitas vezes, resistiam às mudanças impostas.

Assim, é possível perceber que não existe um conceito único estabelecido sobre política linguística e planejamento linguístico, devido ao seu vasto campo científico. No Brasil, o campo de pesquisa acerca das políticas linguística tem dado alguns passos, mas é notório que há um caminho muito longo a ser percorrido,

principalmente, no que diz respeito às políticas públicas direcionadas à língua. No que se refere às Políticas Linguísticas Nacionais dos séculos XX e XXI, é importante destacarmos a Constituição Federal – CF de 1988 e a instituição da língua portuguesa como idioma oficial e, mais recentemente, a Lei 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Para Abreu (2019, p.73),

No que diz respeito ao processo de constitucionalização de um idioma oficial, deixaram-se de lado as questões importantes envolvendo as demais línguas faladas em seu território, como por exemplo, a correta classificação dos estatutos jurídicos dessas línguas.

Desse modo, a escassez de políticas linguísticas que normatizam e regulamentam o uso de línguas, sejam elas nativas, de imigração ou constituída de formas diversas, dentro do país, tornou-se um obstáculo para “o desenvolvimento de outras políticas de igual importância, destacadamente no que diz respeito aos processos de nacionalização das línguas brasileiras” (Abreu, 2019, p.67). As discussões de Abreu (2019) reforçam mais ainda a necessidade de um aprofundamento maior na área, levando em consideração os estudos da linguística aplicada, uma vez que esta apresenta respostas a demandas sociais, e pensar em políticas e planejamento linguístico a partir das práticas já em desenvolvimento tende a ser um caminho próspero e propulsor para a internacionalização do ensino superior, em um contexto em que as práticas sociais devem ser analisadas antes de qualquer movimento em prol da criação ou reconfiguração de políticas e planejamentos linguísticos e, ao mesmo tempo, são redefinidas, em consequências das discussões que são vivenciadas.

Nessa busca por definições e compreensões sobre o que é política linguística, planejamento linguístico e suas relações com a internacionalização do/no ensino superior, alguns grupos de pesquisa foram constituídos e colocaram essas temáticas como centro de suas pesquisas, a exemplo do Grupo de Pesquisa sobre Políticas Linguísticas - GPLIES, formado em 2020 por pesquisadores ligados a Rede Andifes IsF, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de pesquisas ligadas a três eixos: o primeiro referente ao Ensino e Aprendizagem de Línguas para a Internacionalização; o Segundo voltado para políticas e Práticas de Internacionalização; e o terceiro sobre Políticas e Práticas linguísticas para Internacionalização.

O GPLIES tem como objetivo promover estudos e pesquisas no universo de políticas de internacionalização e políticas linguísticas, processos de gestão e acompanhamento do planejamento estratégico para ações de

internacionalização e planejamento linguístico, assim como ferramentas de ensino-aprendizagem de idiomas que facilitem o processo de implementação das propostas de internacionalização nas instituições de ensino superior (PPGEL, 2023).

O surgimento de grupos como ratifica a relevância das políticas linguísticas diante do estabelecimento de cenários em que se percebe “a necessidade de buscar melhores índices de internacionalização e ranqueamento cada vez mais valorizado” (Gomes; Santos, 2023, p. 17). Nesse sentido, observa-se que apenas a construção de políticas e planejamentos não são suficientes para garantir a implementação das ações necessárias para o desenvolvimento do que se foi proposto. Os autores ressaltam a importância do GPLIES para as pesquisas em internacionalização, em IES brasileiras, na medida em que destacam que esse grupo “se dispõe a estudar como essas políticas foram organizadas, verificar as necessidades e estruturas já existentes nas IES, bem como estudar formas de planejamento e implementação dessas políticas”.

Embora o surgimento de grupos como este seja bem recente, os trabalhos desenvolvidos pelo GPLIES já apontam alguns resultados, como a elaboração de definições mais precisas sobre o que é Política Linguística e Planejamento Linguístico, no âmbito da internacionalização, voltados para a instituição de práticas coletivas, assim como a promoção de ações a serem desenvolvidas após a elaboração das Políticas Linguísticas nas IES no Brasil, contribuindo para execução das ações previstas.

Ainda sobre as discussões apresentadas pelo GPLIES, que vem ratificar a importância do planejamento linguístico somado às políticas linguísticas, o grupo destaca a necessidade da concepção conjunta, uma vez que “sem uma sistematização de ações, é muito difícil colocar a Política Linguística em prática, ficando ela apenas como uma listagem de ações almeçadas e não necessariamente concretizadas” (Gomes; Santos, 2023, p. 26). Desse modo a concepção de Política Linguística sem levar em consideração o Planejamento Linguístico tende a impactar no desencadeamento de uma série de outros problemas para comunidade acadêmica, uma vez que as práticas contempladas pela internacionalização não podem ser colocadas em ação apenas com o objetivo de se melhorar ranqueamentos. As práticas precisam ser sistematizadas e organizadas, o que é possível quando a IES investe em políticas e planejamentos linguísticos, bem como em planos de

internacionalização e planos de desenvolvimento institucional. Assim, as ações voltadas para a Internacionalização do Ensino Superior poderão ser desenvolvidas de forma organizada, planejada e com um alcance cada vez mais amplo, capaz de proporcionar mais produção de conhecimento de modo inter/pluri/multi/transdisciplinar.

### 5.1 POLÍTICA (S) LINGUÍSTICA (S) NO BRASIL

É importante registrar que, no Brasil, foi implantada uma falsa ideia de país com uma língua homogênea para todos os falantes, não levando em consideração as demais línguas existentes, a exemplo das línguas indígenas, línguas de imigração, língua brasileira de sinais, entre outras, que vêm perdendo espaço ao longo do tempo, por falta de políticas e de planejamento para que o seu uso possa ser regulamentado e assegurado.

Para Abreu (2016, p. 163), o desenvolvimento dos estudos em políticas linguísticas no Brasil, ainda que de forma bastante tardia, vem possibilitando novos olhares acerca do pluralismo linguístico no território nacional. Essa visibilidade ganhou forma e força durante a última década e, como fruto desse desenvolvimento, podemos observar o IPOL – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística e o Grupo Políticas, localizados na Universidade Federal de Santa Catarina, que buscam identificar e colocar-se a serviço das comunidades linguísticas que formam o Brasil, oferecendo assessoria técnica às suas demandas políticas. Destaca-se também o GPLIES - Grupo de Pesquisa sobre Políticas Linguísticas e de internacionalização da Educação Superior, liderado por pesquisadores da Universidade Federal de Uberlândia e Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, e que tem como objetivo investigar políticas de internacionalização, políticas linguísticas, planejamentos linguísticos e planejamentos estratégicos para ações de internacionalização, bem as questões relacionadas ao ensino de línguas no contexto da internacionalização.

Além dos grupos de pesquisa destacados, o número de pesquisas e pesquisadores em torno da temática tem sido cada vez mais crescente nas demais instituições de ensino superior do Brasil, muitas delas voltadas para o favorecimento de ações de internacionalização do ensino superior, em virtude do discurso do inglês como língua franca, uma vez que “o inglês é representado como uma língua de

comunicação global que impulsiona e é impulsionada pelo fenômeno de globalização (Rosa Filho, Valpato e Gil, 2016 p.225). É nesse contexto que essa pesquisa se insere, uma vez que, apesar de corroborarmos com o pensamento de que é necessário investirmos em mais pesquisas sobre políticas linguísticas no âmbito de políticas públicas nacionais, de modo a se evitar silenciamentos e apagamentos linguísticos, propomo-nos a discutir sobre políticas linguísticas no nível institucional, e de que forma essa (s) PL interferem no processo de internacionalização do ensino superior.

Nesse contexto, é necessário situar o cenário no qual a Política Linguística da UFS foi criada. Em 2011, o MEC criou o Programa CsF, com o objetivo de ampliar as ações de mobilidade acadêmica, principalmente para países anglófonos. Tendo-se em vista a dificuldade de ocupação das vagas criadas, em virtude de problemas linguísticos dos discentes, que não conseguiam a proficiência mínima requerida, na língua inglesa, o MEC criou, em 2012, o Programa Inglês sem Fronteiras – IsF. Conforme já destacado, o IsF foi inicialmente planejado para suprir as demandas dos candidatos que ainda não possuíam proficiência linguística suficiente para concorrer às vagas em instituições estrangeiras (Gimenez e Passoni, 2016), porém o programa foi ganhando cada vez mais independência, de modo que, em 2014 foi transformado em Idiomas sem Fronteiras – IsF e, desde então, vem investindo no desenvolvimento linguístico da comunidade acadêmica das IES credenciadas, a partir do incentivo ao plurilinguismo, com a inclusão de atividades que valorizem as seguintes línguas, em ordem alfabética: alemão, espanhol, francês, inglês, italiano, japonês e Português como língua estrangeira/adicional. Em 2017, com o edital de credenciamento das IES ao programa, a criação de políticas linguísticas passou a ser uma exigência para que as universidades pudessem continuar no programa, o que levou a um crescimento no número de Políticas Linguísticas institucionais publicadas nas IES brasileiras, de 2018 a 2020.

Vale destacar que a condição imposta para credenciamento do IsF, através do Edital 29/2017/SESu/MEC, foi um dos protagonistas (se não o maior) para o desenvolvimento de muitas políticas linguísticas nas instituições de ensino superior brasileiras, visto que, até aquele momento, apesar de algumas discussões já terem sido iniciadas, a publicação de Políticas Linguísticas nas IES brasileiras ainda não era uma realidade. A partir do condicionamento posto pelo documento citado, observou-se um aumento no número de instituições que estabeleceram seus instrumentos, ou uma minuta de política linguística, que indicasse quais caminhos seriam percorridos

para a consolidação de um documento institucional que pudesse estabelecer suas políticas linguísticas. Assim, as IES, ao lançarem suas propostas de (re) credenciamento ao Programa idiomas sem Fronteiras, deveriam

III.5.1.2. Demonstrar, por meio de documentos oficiais, a existência de política de ensino de idiomas (política linguística) no âmbito da universidade, indicando como as ações do Programa IsF, bem como do Centro de Línguas (se houver) da universidade, são reconhecidas como instrumento de internacionalização no âmbito das atividades institucionais, da promoção da carreira dos servidores (docentes e técnicos-administrativos) e da formação dos alunos (Brasil, 2017, p. 30).

Observa-se, a partir de então, um marco impulsionador da internacionalização, uma vez que, esta, foi a primeira vez em que houve, de fato, discussões acerca do ensino de línguas, sendo o incentivo à internacionalização, uma das principais motivações para esse movimento. Não bastava tão somente lançar mão de cursos de línguas para a comunidade, era preciso pensar no planejamento, nas trocas acadêmicas propostas, nos espaços formativos criados, e nas parcerias estabelecidas nacionalmente e internacionalmente, também. Para Santos, Gomes e Silva (2021, p. 56) “A associação entre globalização e internacionalização deve perpassar, obrigatoriamente, pelas questões relacionadas ao modo pelo qual as línguas estrangeiras (LE) são compreendidas e o papel que exercem na vida acadêmica”.

Ao se pensar em ações de formação de professores, voltadas para o ensino de línguas no contexto acadêmico, cabe destacar o papel de destaque que o IsF teve para o aprimoramento da formação de professores para o ensino de língua, já que, para que houvesse de fato apoio a ações em prol a internacionalização, foi necessário que o IsF, desde as propostas de credenciamento, objetivasse o “investimento em propostas de formação de professores voltadas para o ensino de línguas para propósitos específicos com a priorização do contexto acadêmico e com foco na internacionalização”. (Gomes e Santos, 2023, p. 19), conforme apresentado no objetivo do programa.

III.2.1. O Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) objetiva propiciar a formação inicial e continuada de professores de língua estrangeira e de professores de idiomas da rede pública de Educação Básica, a capacitação em idiomas estrangeiros de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo das instituições de ensino superior (IES), bem como a formação e a capacitação de estrangeiros em língua portuguesa, contribuindo para o desenvolvimento de uma política linguística para o país (BRASIL, 2017, p. 21-22).

Logo, fica claro o papel histórico que o IsF teve para o desenvolvimento das políticas linguísticas no Brasil e para a promoção da internacionalização nas IES.

Como resultado inicial, Gomes e Santos (2023, p. 20) apontam que do processo de credenciamento “mais de 50 documentos foram apresentados ao Núcleo Gestor do IsF”, vindo a se consolidar como “o primeiro momento na história das Instituições de Ensino Superior Brasileira” em que pode ser observado esse tipo de prática, configurando-se em um resultado satisfatório.

Em 2019, após o desligamento do IsF do Ministério de Educação, o Conselho Pleno da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES<sup>19</sup> criou, por meio da Resolução 1/2019, a Rede Andifes IsF, rede esta que permite o credenciamento de especialistas vindos de instituições tanto nacionais quanto internacionais desde que tenham o objetivo de contribuir para a promoção do nível de proficiência em língua estrangeira nas instituições credenciadas. Vale ressaltar que, apesar da mudança de comando do programa, os seus objetivos permaneceram inalterados, uma vez que, no formato atual, a Rede continuou a desenvolver suas atividades baseada no que já vinha sendo desenvolvido, promovendo a formação de professores para o ensino de línguas no contexto da internacionalização no/do ensino superior.

Da mesma forma que verificado anteriormente, o IsF continuou a desempenhar suas funções com base nas questões relacionadas à formação de professores, ensino de línguas e internacionalização, esta última recebendo destaque na supracitada documentação, com a declaração de que “as ações empreendidas no âmbito da Rede Andifes IsF são complementares às atividades de Internacionalização das IFES e de outras políticas públicas de internacionalização da Educação Superior” (BRASILIA, 2019, p. 3) (Gomes; Santos, 2023, p. 20).

No entanto, ao falarmos sobre políticas linguísticas, é necessário destacar que esses documentos não podem ser elaborados apenas como uma ação obrigatória com vistas ao cumprimento de um requisito exigido em edital, e sim com o objetivo de servir como um pontapé inicial para que as instituições de ensino superior possam criar políticas e planejamentos que contemplem todo o contexto social no qual estas IES estão inseridas. Devem ser observadas as particularidades, tanto dos alunos, quanto dos demais públicos, como docentes, funcionários, comunidade local, permitindo uma inter-relação entre eles. Segundo Sturza (2009, p. 02):

---

19 Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior Andifes, foi criada em 23 de maio de 1989, e é a representante oficial das universidades federais na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral.

A qualidade do ensino se constrói com essas interligações, do contrário a universidade se tornaria, restrita ao espaço da sala de aula, um lugar do conteudismo [...]. Desenvolver ações de pesquisa em política linguística, por exemplo, permite que os acadêmicos envolvidos nos projetos ampliem suas percepções sobre as línguas, aprofundem as questões teóricas que norteiam seus objetos de investigação, relacionem saberes e criem uma cultura de pesquisa acadêmica e científica.

Nesse sentido, são necessárias políticas e planejamentos linguísticos que dialoguem com as instituições e sociedade, demonstrando sua importância tanto da perspectiva da internacionalização do ensino superior, quanto para a manutenção da estrutura organizacional já existente, uma vez que as línguas são organismos vivos de um meio social e precisam ser acolhidas e preservadas em sua pluralidade.

Diante disso, o desenvolvimento de políticas linguísticas dentro das instituições precisa estar associado, não somente às questões ligadas ao ensino e pesquisa, mas, também, à extensão, visto que as comunidades interna e externa também precisam ter ações voltadas para as práticas interculturais, já que quanto mais pessoas estiverem envolvidas, mais forte será o nível de internacionalização da IES.

## 5.2 PRÁTICAS E PLANEJAMENTOS LINGUÍSTICOS

O termo “política linguística” se refere aos documentos formais e oficiais, leis, protocolos, resoluções, que estão relacionados às regulamentações necessárias para o ensino de línguas e para as ações nas quais as línguas se fazem indispensável. Santos e Gregolin (2023) destaca que muitos são os desdobramentos contemplados pela terminologia e, nesse contexto, um em especial nos chama atenção, uma vez que políticas linguísticas, podem e devem ser compreendidas como práticas linguísticas, tanto na sua concepção, quanto nos seus resultados.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que as práticas (discussões, escolhas, ações, o contexto) encontradas dentro de uma sociedade à qual uma comunidade linguística está situada, preexistem à formalização de uma política linguística, já que podem ser configuradas como tal. Isso acontece porque devem ser levadas em consideração as discussões acerca do ensino de línguas, as escolhas, sejam elas de caráter material ou metodológico, as ações, sejam elas dentro da sala de aula ou em outras esferas. O contexto no qual as práticas estão inseridas é parte fundamental para o desenvolvimento de uma política linguística. Spolsky (2005) aponta que uma

série de fatores sociais que podem contribuir ou interferir durante o processo. Assim, para o autor,

Uma série de fatores não linguísticos (políticos, demográficos, sociais, religiosos, culturais, psicológicos, burocráticos, e assim por diante) são regularmente responsáveis por qualquer tentativa de pessoas ou grupos de intervir nas práticas linguísticas e nas crenças de outras pessoas ou grupos, e para as mudanças subsequentes que ocorrem ou não (Spolsky, 2005, p. 2152, tradução nossa)<sup>20</sup>.

Ainda para o autor, é preciso ver as práticas linguísticas de uma forma “ecológica”<sup>21</sup>, uma metáfora apontada por Haugen (1972), na qual é possível fazer uma analogia com o mundo natural, no qual a língua interage com o seu ambiente, e as práticas linguísticas são adquiridas a partir da constante interação com o ambiente social, seja ele na forma humana, ou na forma natural, corroborando com a premissa de que as políticas linguísticas podem existir mesmo antes de suas formalizações.

Muitos países, instituições e grupos sociais não têm políticas linguísticas formais ou escritas, por isso que a natureza da sua política linguística deve ser derivada de um estudo das suas práticas ou crenças linguísticas. Mesmo onde existe uma política linguística escrita formal, o seu efeito nas práticas linguísticas não é garantido nem consistente (Spolsky, 2005, p. 2152, tradução nossa)<sup>22</sup>.

Logo, torna-se inviável a concepção de políticas linguísticas dissociada das práticas linguísticas, sem que o contexto pelo qual elas perpassam seja englobado. Este fato corrobora com os pressupostos dos estudos da linguística aplicada, já que, segundo Fabrício (2006), a linguagem se configura como uma prática social, e por meio dela conhecemos a sociedade e a cultura. Assim, pensar políticas linguísticas através das suas práticas é possibilitar uma política que resultará satisfatoriamente no estabelecimento de processos sociais que passam a permear todas as ações desenvolvidas, já que as políticas e práticas só têm razão de existir porque existem os contextos sociais nos quais as interações nas línguas, sejam elas materna ou estrangeiras, acontecem.

---

20 A host of non-linguistic factors (political, demographic, social, religious, cultural, psychological, bureaucratic, and so on) regularly account for any attempt of persons or groups to intervene in the language practices and the beliefs of other persons or groups, and for the subsequent changes that do or do not occur.

21 O termo é usado metaforicamente, fazendo alusão ao estudo ser desenvolvido levando em consideração o ambiente.

22 Many countries and institutions and social groups do not have formal or written language policies, so that the nature of their language policy must be derived from a study of their language practice or beliefs. Even where there is a formal written language policy, its effect on language practices is neither guaranteed nor consistent.

### 5.3 PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO

São muitas as variáveis presentes na concepção de uma política linguística e na construção de um planejamento linguístico, desse modo, faz-se necessário que algumas considerações acerca deste último sejam feitas. O termo "planejamento linguístico", em específico (Cooper, 1989, p. 29), surge pela primeira vez nas pesquisas de Haugen (1959, 1966) sobre o processo de desenvolvimento da língua nacional da Noruega. Ele o definia como “a atividade de preparar uma ortografia, gramática e dicionário para orientação de escritores e falantes em uma comunidade de fala não-homogênea”.

O planejamento linguístico é uma das etapas mais importantes para a obtenção do êxito de uma política linguística, isso porque é ele que trata da organização de “ações que realizam a gestão das línguas” (Jesus, 2018, p. 19). Estas ações devem ser devidamente adaptadas ao contexto da comunidade em questão e do que se busca contemplar, fazendo o papel de gestor operacional de uma política linguística. O planejamento linguístico está relacionado a toda a etapa de gestão de uma política linguística, na qual todas fases do seu desenvolvimento precisam ser contempladas.

O Planejamento Linguístico, por outro lado, está relacionado a todos os passos, prazos e métricas necessários para que se possa acompanhar a operacionalização das políticas linguísticas, de modo a ser possível fazer ajustes sempre que necessário. Nesse sentido, a Política Linguística deve ser elaborada de forma estratégica com a participação de profissionais de todas as áreas envolvidas para que possa ser condutora das ações a serem desempenhadas pelas IES (Santos; Gregolin, 2023, p. 34).

Inicialmente, Cooper (1989) enumera doze formas para que o planejamento linguístico seja definido. Estas formas foram estipuladas a partir dos estudos desenvolvidos até aquele momento por Haugen (1959), nos quais ele discorda e faz críticas ao fato de muitas ações voltadas para o desenvolvimento do planejamento linguístico e suas atividades estarem atreladas a autoridades governamentais. Gonçalves (2009, p. 210) reforça essas questões, ao apontar que, inicialmente, “a decisão comumente aceita para política linguística seria qualquer planejamento linguístico feito exclusivamente a nível governamental”. Assim, as instituições ficavam sempre dependentes de uma motivação governamental para que movimentações em prol de políticas e planejamentos linguísticos pudessem ser percebidas.

Nesse sentido, algo que precisa ser levado em consideração é que a língua é um fato social, e tudo ligado a ela, principalmente, no que refere à organização de ações em prol do desenvolvimento linguístico precisa partir dessa perspectiva, de modo que, ao refletir sobre suas atividades, é necessário contemplar ações governamentais, não-governamentais, dentro dos contextos sociais e históricos ao qual são pertencentes.

É, evidentemente, difícil entender políticas e planejamentos linguísticos fora dos contextos sociais e históricos nos quais são produzidos ou pensá-los à parte das condições sócio-históricas e culturais nas quais se inserem as comunidades de falantes, quer essas se refiram a sociedades nacionais ou grupos locais. Assim, quando utilizo o termo política / planejamento linguístico, concordando com Cooper (1989), não estou me referindo exclusivamente a empreendimentos 'oficiais', mas, sim, a um conjunto de intenções e modos de implementação dessas intenções que podem assumir formas localmente, de modo 'caseiro' (Gonçalves, 2009, p. 211).

Este posicionamento, que aborda um planejamento linguístico que, de forma criativa, busca abarcar todos os envolvidos dentro de um determinado contexto, está em consonância com as perspectivas desenvolvidas pela linguística aplicada. Para Pennycook (2006), é necessário a compreensão das inter-relações que envolvem o processo de linguagem, para que os elementos não sejam compreendidos isoladamente.

Compreender as inter-relações entre dominação (compreendendo a linguagem e a reprodução do poder), acesso (a necessidade de ter acesso aos gêneros discursivos, língua de poder etc.), diversidade (a necessidade de reconhecer a diferença) e planejamento (a importância de criatividade e agenciamento (Pennycook, 2006, p.70).

Ao aprofundarmos os estudos na perspectiva do planejamento linguístico, observamos algumas variáveis que são importantes para sua elaboração, bem como, para a relevância dos seus resultados. Partindo dessa premissa, Cooper (1989) aponta três tipos de planejamento, os quais ele identifica como: planejamento de *status*; planejamento de aquisição e planejamento de *corpus*.

O primeiro, que é o planejamento de *status*, está ligado ao crescimento do uso de uma determinada língua no seio de uma comunidade, o(s) projeto(s) desenvolvido(s) para tornar a língua de um grupo como a principal em detrimento a outras também existentes em um mesmo contexto social, ou para ocultá-la diante de usuários que não pertençam ao seu meio, como o que acontece em algumas comunidades indígenas ou ciganas, nas quais existem regras para manutenção e preservação de suas línguas apenas para seus membros.

O segundo, o planejamento de aquisição, trata de todo empenho durante a promoção de atividades que visem a aprendizagem de uma dada língua. Envolve também reestruturação e manutenção das atividades, levando-se em consideração o contexto da sua comunidade. Para Gonçalves (2009, P. 214), “inclui, por exemplo, decisões sobre programas escolares de aprendizagem de línguas para crianças e ou para adultos da comunidade e suas famílias”.

O terceiro, o planejamento de *corpus*, está associado ao próprio materialismo da palavra, ele diz respeito à etapa de criação, elaboração e/ou reformulação de projetos relacionados à língua escrita. Ainda para Gonçalves (2009, p. 214), esse terceiro tipo está diretamente ligado “aos esforços para com a modernização da língua, de modo a atender novas demandas da comunidade, como o desenvolvimento de neologismos ou de gênero da comunicação”, contribuindo para a manutenção e progresso de uma língua dentro de um contexto social.

Além disso, é importante entender que para o desenvolvimento de um bom planejamento linguístico é necessário respeitar e cumprir todas as etapas, começando pelo pré-planejamento, a partir da coleta de todos os dados para o diagnóstico de uma situação. É necessário que sejam analisados e definidos quais os agentes necessários, bem como o envolvimento de recursos, sejam eles humanos, financeiros, institucionais, documentais e/ou culturais, metas e até um cronograma. Gonçalves (2009, p. 216) confirma que “Essa etapa inicial do diagnóstico pode ser uma das mais importantes, pois verifica entre outras coisas, o interesse do grupo”. Logo, é a partir do resultado desta pré-análise que se pode chegar a uma conclusão de que tipo de projeto melhor se enquadrará para que os objetivos sejam alcançados se, a partir daí um planejamento de fato seja traçado.

Ao pensar no ensino superior, Santos e Gregolin (2023) refletem que é imprescindível termos um olhar atento para a elaboração do planejamento linguístico, uma vez que este tende a dar subsídios para as ações em prol da ampliação e do aprimoramento do ensino de línguas, de modo a contribuir diretamente para o processo de internacionalização.

Quando pensamos no contexto do Ensino Superior, a elaboração de um Planejamento Linguístico institucional visa materializar aspectos da Política Linguística da instituição e deve englobar ações voltadas para o fortalecimento das línguas em diferentes âmbitos, sendo um deles os processos de internacionalização (Santos, Gregolin, 2023, p. 32).

Nesse sentido, cabe destacar a relação entre planejamento linguístico e internacionalização, tendo em vista que as atividades que permeiam este ambiente, acordos, convênios, publicações em parceria com pesquisadores de outros países e cotutela, requerem ações que tenham a finalidade de dar melhores condições para que estas possam ser desenvolvidas de forma satisfatória, uma vez que os seus resultados reverberam em diversos cenários, a exemplo da taxa de sucesso de uma instituição de ensino.

Desse modo, ao pensarmos em uma política linguística, fica cada vez mais evidente a importância do desenvolvimento de um bom planejamento, que compreenda as práticas já existentes no meio social ao qual se destina, de modo a contemplar ao que se é proposto e dar suporte para as demais áreas de interesse. Neste caso, ficou evidente que para o sucesso das práticas de internacionalização no/do ensino superior de uma IES, espera-se que se tenha uma política linguística bem planejada, que contemple as práticas já existentes na instituição e na comunidade em que está inserida, dando todo aparato legal para o desenvolvimento de projetos e programas, e fazendo com que o processo se torne mais promissor.

## 6 O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UFS

### 6.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS

Criada em 1967, através do Decreto-Lei nº 269, e efetivada em 15 de maio de 1968, a Universidade Federal de Sergipe - UFS é, até hoje, a única universidade pública do Estado de Sergipe. Atualmente, essa instituição é composta por 6 *campi*, localizados em Aracaju, Itabaiana, Lagarto, Laranjeiras, São Cristóvão e Nossa Senhora da Glória, com oferta de cursos de Graduação e Pós-Graduação, mais a modalidade de Ensino de Graduação a Distância, além do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe - CODAP, com oferta de Ensino Fundamental e Médio.

De acordo com as informações publicadas pelo “UFS em Números 2023”, referente ao primeiro semestre de 2023, o ensino de graduação presencial da UFS encontra-se com 23.093 alunos matriculados, distribuídos em seus 113 cursos. Na modalidade ensino a distância, são 1.386 alunos vinculados em 12 cursos, nos 13 polos, em todo o Estado. A pós-graduação conta 2.892 discentes com matrículas ativas nos 56 cursos de mestrados, sendo 46 mestrados acadêmicos e 10 mestrados profissionais, e 20 cursos de doutorado. Para atender essa demanda de ensino, a instituição conta com 1.566 docentes e 1.367 técnicos efetivos, além de uma grande equipe de prestadores de serviços contratados.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado em 2007 pelo Governo Federal, foi o grande impulsionador para o processo de interiorização das universidades federais brasileiras, conseqüentemente, vindo a refletir em instituição de menor porte como a UFS, possibilitando a criação de novos *campi*. Para Oliveira Junior (2016, p. 14), este programa é considerado um “marco na democratização do ensino superior, pois implementou diversas mudanças tanto no alcance como no perfil dos discentes do sistema educacional brasileiro”.

A partir da implementação dessa grande política pública, a UFS ampliou seu alcance, levando educação superior para diferentes regiões do Estado de Sergipe. Em 2006, foi inaugurado o Campus Itabaiana, e no ano seguinte, em 2007, foi a vez do Campus Laranjeiras. A criação do Campus Lagarto se deu em 2009, enquanto que o Campus do Sertão, em Nossa Senhora da Glória, foi criado em 2015. Essa

expansão eleva, conseqüentemente, o número de pesquisas e pesquisadores que galgam um lugar de destaque para seus trabalhos, tanto no cenário nacional, como no cenário global.

É importante lembrar que, em 2011, o Governo Federal lançou o Programa Ciência sem Fronteiras - CsF, que buscou promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira, por meio do intercâmbio de alunos de graduação e pós-graduação. A ação proporcionou aprimoramento na formação acadêmica no exterior, oferecendo bolsas de estudo e estimulando projetos científicos em universidades bem-conceituadas em outros países. O Programa buscou, também, atrair pesquisadores do exterior que quisessem se fixar no Brasil ou desejassem estabelecer parcerias com pesquisadores brasileiros.

Nesse contexto, a Universidade Federal de Sergipe aderiu ao programa, no qual, em seu primeiro ano, contou com 34 inscritos<sup>23</sup>, número este que foi multiplicado em 2012, seu segundo ano, alcançando um total de 169 participantes. Estes eram oriundos da graduação e pós-graduação. Inicialmente, a Coordenação de Assuntos Internacionais e de Capacitação Docente e Técnica - CICADT, era o setor responsável na UFS pelo programa, mas, em 2014, devido ao aumento da demanda e necessidade de dedicação exclusiva aos assuntos ligados à internacionalização, foi criada a Coordenação de Relações Internacionais – CORI, com o objetivo de promover e facilitar a interação da Universidade Federal de Sergipe com o contexto internacional.

Percebe-se, conforme já destacado, o caráter excludente desempenhado pelo Programa Ciência sem Fronteiras, uma vez que, embora possibilitasse que alunos de todos os cursos pudessem participar, as áreas prioritárias eram determinadas, sendo estas o ramo de ciência e tecnologia. No entanto, este foi o primeiro movimento de grande proporção em prol da Internacionalização dentro da UFS, sendo este também o precursor da principal política de internacionalização na IES: a política linguística institucional dentro desta, como desdobramento do Programa Inglês sem Fronteiras, que, em 2014, foi transformado em Idiomas sem Fronteira.

## 6.2 REDE ISF NA UFS

---

23 Dados divulgados pela UFS, na qual os estudantes compartilham suas experiências. <https://www.ufs.br/conteudo/7178-estudantes-contam-suas-experi->

A adesão da UFS ao Inglês sem Fronteiras (IsF) em 2012, e posteriormente, Idiomas sem Fronteiras (IsF), foi, certamente, um grande marco para um aprofundamento em questões de línguas na IES, considerando a sua relevância para o desenvolvimento linguístico da comunidade acadêmica, indispensável quando pensamos em um processo de internacionalização do Ensino Superior. É a partir desse momento que podemos observar os primeiros passos dados em direção ao caminho da internacionalização pelo viés das línguas estrangeiras, uma vez que esse foi o primeiro grande programa que tratou dessa temática.

O Programa Idiomas sem Fronteiras foi criado em 2012, com portaria do MEC/SESu, inicialmente como Inglês sem Fronteiras (IsF), com o objetivo inicial de auxiliar os alunos das Universidades Federais brasileiras que estavam em processos de mobilidade acadêmica proporcionados pelo programa Ciências sem Fronteiras. A partir de então, as instituições credenciadas atuaram em três ações: um curso online (*My English Online - MEO*) desenvolvido pela *National Geographic*, com cinco níveis linguísticos; aplicação de provas *TOEFL ITP*, de modo que os *scores* obtidos pudessem ser utilizados nas universidades anglófonas nas quais os alunos se inscreveriam; e cursos presenciais gratuitos abertos para a comunidade acadêmica. Por intermédio de Portaria 973/2014 MEC/SESu, o programa foi ampliado para Idiomas sem Fronteiras (IsF), englobando outras línguas estrangeiras. Na UFS, a partir de então, o programa passou a oferecer ações em Espanhol, Francês e Português para Estrangeiros, além do Inglês. Em 2019, o MEC tornou-se parceiro do Programa, que passou a ser ligado à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e a ser chamado de Rede Andifes IsF – Idiomas sem Fronteiras (Sergipe, 2023a).

Com a adesão ao IsF, a UFS começou a percorrer, de fato, o caminho em direção à internacionalização do ensino superior pelo viés linguístico, uma vez que a instituição não possui um Centro de Línguas, espaço dedicado para a aprendizagem de línguas estrangeira, incluindo o português como língua estrangeira/adicional (PLE/PLA). A partir de então, regularmente, discentes, docentes e demais servidores puderam ter acesso ao ensino de línguas no contexto da internacionalização e a participar de todas as ações propostas pelo programa. É necessário um maior aprofundamento sobre a constituição da Rede Andifes IsF, no que se refere aos seus objetivos, ações e resultados, relacionando os números da UFS aos obtidos no contexto nacional. Ao discorrer sobre as ações desenvolvidas, atenção especial precisa ser dada ao incentivo à parceria com a Coordenação de Relações Internacionais, ao foco na internacionalização e ao projeto de especialização de línguas estrangeiras para a internacionalização, que será responsável pela formação

de um maior número de profissionais para o mercado voltado para a internacionalização.

Presente na UFS desde seu início, em 2012, mais precisamente no campus São Cristóvão, apontamos como ações do IsF a oferta de cursos nas modalidades presencial e remoto, aplicação da certificação nacional de português para Estrangeiros (Celpe-bras)<sup>24</sup>, a aplicação de testes *TOEFL ITP*, atividade encerrada em 2019, devido ao término do acordo com a empresa contratada pela execução do teste e o MEC (*Mastertest*), apoio à recepção de estrangeiros e refugiados, atividades em prol do desenvolvimento linguístico da comunidade acadêmica e auxílio às ações de internacionalização da UFS, junto à CORI.

Cabe ressaltar que “as ações do Idiomas sem Fronteiras [foram] inicialmente todas em inglês” (Santos, Gomes e Silva, 2021, p.67), devido às ações iniciais do CsF serem voltadas para países anglófonos. Outro ponto de destaque é o Núcleo de Línguas - NuLi, que para Nascimento e Mello (2020, p. 3) tem como objetivo “a oferta de cursos presenciais para a comunidade universitária visando incrementar o conhecimento de língua inglesa dos estudantes localmente, de forma que eles pudessem concorrer a editais de mobilidade acadêmica”. Os idiomas ofertados na UFS são o francês, espanhol, português como língua estrangeira e o inglês, mas, dentro da Rede IsF, o alemão, italiano e japonês também são ofertados. Aos cursos ofertados na modalidade remota, destacamos, inicialmente, o curso *My English* (MEO), produzido para o ensino de língua inglesa pela *National Geographic*, cursos online que podem ser ofertados, utilizando-se o *Google Meet* ou *Microsoft Teams*, e os cursos da oferta coletiva da Rede, que são disponibilizados duas vezes ao ano. Trata-se de uma modalidade de curso na qual a instituição ofertante seleciona 10 vagas para sua comunidade acadêmica, e oferta as 15 vagas restantes do curso para os alunos das IES credenciadas à rede.

A comunidade acadêmica da UFS é também contemplada com atividades de desenvolvimento linguístico promovidas pelo contato com estadunidenses, através do programa *English Teaching Assistants* (ETA), em parceria com a Comissão Fulbright Brasil. Os assistentes selecionados pela *Fulbright* passam 9 meses na UFS, oferecendo atividades de desenvolvimento linguístico focado em questões

---

24 Trata-se de um exame brasileiro de caráter oficial para certificar proficiência em português como língua estrangeira. Este é aplicado todo semestre, tanto no Brasil, quanto no exterior, através do Inep, órgão ligado ao MEC em parceria com Ministério das Relações Exteriores.

interculturais. Para Souza e Santos (2019, p 460), por intermédio destas parcerias, a comunidade acadêmica é contemplada com atividades variadas, tais como aulas de conversação, palestras e *wokshops*, elevando a troca de experiências a perspectivas interculturais.

Os professores do programa apontam a percepção da contribuição das próprias ações para a comunidade acadêmica. Seja ministrando as aulas de inglês ou produzindo academicamente, o compartilhamento daquilo que aprende ao participar do programa é repercutido e compartilhado com a universidade, de modo que outros possam usar esse conhecimento como ponto de partida para diversos estudos realizados dentro ou fora da universidade (Souza; Santos 2019, p 465).

Além das atividades mencionadas, com o recredenciamento feito em 2017, as IES que conseguiram permanecer no programa passaram a poder se cadastrar como posto de aplicação do exame oficial para certificar proficiência em português como língua estrangeira Celpe-Bras, promovido pelo Inep, e teve sua primeira edição, na UFS, em 2019. Cabe destacar que, atualmente, a coordenação nacional da Rede IsF – Inglês está sob a responsabilidade da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elaine Maria Santos, docente da Universidade Federal de Sergipe.

Ainda em 2019, a então gestão do MEC fez duras críticas ao programa e encerrou o investimento de recursos destinados ao IsF. No entanto, a Andifes tomou para si a responsabilidade com o programa e, através da Resolução 01/2019 do Conselho Pleno da Andifes, lançou o Rede Andifes IsF, buscando, junto às IFES, dar continuidade às ações desenvolvidas pelo programa. Somado a isto, cabe destacar o papel particular dos membros da coordenação do Idiomas sem fronteiras na UFS para sua manutenção.

7. a Andifes responsabiliza-se-á pelas ações do Programa Andifes IsF a serem realizadas no âmbito da Rede Andifes IsF, nas IFES que aderirem às suas ações, com o objetivo de fortalecer o processo de internacionalização das IFES, passando o programa a se chamar Rede Andifes de Idiomas sem Fronteiras (Rede Andifes IsF) (Andifes, 2019, p. 2)

Cabe destacar que, nesse contexto, as ações desenvolvidas no âmbito da UFS são trabalhadas em uma perspectiva que valoriza e prioriza os processos de internacionalização e o resultado dessas ações começam a surtir efeito quando analisarmos o aumento de pesquisa e publicações em língua estrangeira e o número de pesquisas a respeito da temática internacionalização do ensino superior, que vem sendo desenvolvida em maior proporção nos últimos anos.

### 6.3 A COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - CORI

Além das atividades desenvolvidas por meio da Rede IsF, é necessário destacar as ações administradas pela Coordenação de Relações Internacionais – CORI da UFS, uma vez que essa coordenação é responsável por “elaborar, propor e coordenar a execução de políticas de cooperação internacional” e “Incentivar a formação de redes internacionais de pesquisa” (SERGIPE, 2023). Esta unidade é composta por uma Coordenação Geral, uma Divisão de Cooperação Internacional e Mobilidade Estudantil (DCM); uma Divisão de Assessoria Linguística (DAL); e uma Secretaria da Coordenação de Relações Internacionais.

O trabalho dessa Coordenação vem buscando consolidar e ampliar as iniciativas de internacionalização da instituição. Nesse sentido, observamos a criação da COMPIN (Comissão Permanente de Internacionalização), através da Portaria GR 665/2020, que tem, entre seus objetivos, a promoção de ações de cooperação internacional e a promoção de debates do Plano Estratégico de Internacionalização da UFS. Essas ações precisam ser detalhadas e os quadros disponibilizados a seguir podem ser utilizados como guia para que esses detalhamentos possam ser aprofundados em pesquisas futuras, já que algumas das últimas iniciativas da CORI já foram identificadas.

PROGRAMAS ATIVOS		
BRAMEX	Programa de Mobilidade Brasil-México	Através do Edital 18/2022/CORI/POSGRAP, foram abertas as inscrições para o processo seletivo de alunos de graduação e de pós-graduação que desejem se candidatar ao Programa de Mobilidade Brasil/México (BRAMEX) para estudar durante um semestre, de forma virtual, em universidades mexicanas.
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação	Atualmente, sob a responsabilidade da PROGRAD, o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais.

PROGRAMAS ATIVOS		
PDMI	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Multilinguístico para a Internacionalização	De iniciativa da CORI junto ao Idiomas sem Fronteiras (IsF), o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Multilinguístico para a Internacionalização (PDMI) foi criado pela Portaria 520 GR/UFS, de 03 de junho de 2022. Surgiu a partir da necessidade de promover a democratização da comunicação multilinguística no âmbito da UFS, principalmente no âmbito da Pró-reitoria de Pós-graduação (POSGRAP). Pelo PDMI, bolsas são destinadas aos alunos da graduação, vinculados ao IsF, para que possam ofertar cursos de línguas para fins acadêmicos para alunos e servidores da POSGRAP.
PIMAE	Programa Institucional de Mentoria Acadêmica Estrangeiro	De iniciativa da CORI, junto à POSGRAP, o Programa Institucional de Mentoria Acadêmica ao Estudante Estrangeiro (PIMAE) foi institucionalizado através da Portaria 413 <i>internationalization of the curriculum</i> , de maio de 2022. O programa tem como objetivo possibilitar que estudantes veteranos auxiliem estudantes internacionais no processo de adaptação nas universidades de modo a possibilitar as trocas de experiências, o trabalho é desenvolvido em modelo de mentoria, sob a supervisão de um (a) professor (a) da UFS.

PROGRAMAS ENCERRADOS		
CsF	Ciências sem Fronteiras	Programa com iniciativa do Governo Federal, através do Ministério da Educação - MEC, que buscou promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional.

PROGRAMAS ENCERRADOS		
BRACOL	PROGRAMA DE INTERCÂMBIO DE ESTUDANTES BRASIL – COLÔMBIA	Programa apresentado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa e a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Sergipe, através da Coordenação de Relações Internacionais, com a finalidade de promover intercâmbio em Universidades Colombianas pelo Programa de Intercâmbio de Estudantes Brasil-Colômbia (BRACOL), do Grupo Coimbra.
BRAFITEC	Brasil/França <i>Ingénieur Technologie</i>	Programa de iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPEF, do Ministério da Educação do Brasil, e da Conferência de Diretores das Escolas Francesas de Engenharias ( <i>Conférence des Directeurs des Écoles Françaises d'Ingénieurs</i> - CDEFI), com o apoio do Ministério de Assuntos Internacionais ( <i>Ministère des Affaires Étrangères</i> - MAE) e do Ministério do Ensino Superior e da Pesquisa ( <i>Ministère de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche</i> -MESR) da França, para fomentar parcerias institucionais nas especialidades de engenharia, estimulando o intercâmbio de estudantes de graduação.
ERASMUS	Erasmus Mundus	Programa de mobilidade criado e financiado pela União Europeia. Criado para promover a excelência da educação superior e pesquisa dos países europeus e ao mesmo tempo reforçar os laços acadêmicos com países de todo o mundo.
PAEC OEA-GCUB	Programa de Alianças para a Educação e Capacitação	Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (PAEC OEA-GCUB) é uma iniciativa conjunta da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), com o apoio da Divisão de Temas Educacionais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (DCE/MRE) e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS).

**Quadro 3.** Programas encerrados na UFS

**Fonte:** Produção própria

Além dos programas citados acima, a UFS possui 42 (quarenta e dois) convênios ativos (dados de dezembro de 2023), com instituições de ensino superior estrangeiras, conforme anexo I. Essas parcerias estão relacionadas a Convênios de Cooperação, Protocolos de Cooperação, Memorandos de Entendimento, Acordos de Intercâmbio de Estudantes, Contratos de Uso de Propriedade Intelectual, Convênios Marco<sup>25</sup>, Acordos de Cooperação Científica, Acadêmica e Cultural, estabelecidos com instituições do sul e do norte global, dentro de um contexto epistemológico. É importante relacionar todos os convênios estabelecidos pela UFS, mas é vital destacar que, após a identificação, é necessário que eles sejam analisados e discutidos em pesquisas futuras.

O que pode ser observado é que a maior quantidade de iniciativas voltadas para internacionalização coincide com o momento de adesão ao programa CsF, em 2012, como já mencionado anteriormente, uma vez que, entre 2012 e 2015, o foco foi voltado para atividades de mobilidade estudantil internacional. Com o encerramento do programa, em 2017, alguns outros acordos foram celebrados, como o BRACOL, o BRAFITEC, o ERASMUS e o PAEC OEA-GCUB, com o intuito não só de dar continuidade aos projetos que vinham sendo desenvolvido, mas também de ampliar as atividades e discussões.

No entanto, o contexto pandêmico ocasionado pelo vírus SARS-CoV-2, popularmente conhecido como COVID-19, pegou toda população mundial de surpresa, nos primeiros meses de 2020, especialmente as instituições de ensino superior. Esses estabelecimentos tiveram que se reinventar, e a internacionalização foi atingida diretamente, uma vez que boa parte do que era desenvolvido até aquele momento era voltado para internacionalização *Crossborder* ou Transfronteiriça, na qual o foco estava na mobilidade acadêmica estudantil. Logo, com essa realidade inesperada, as IES se viram obrigadas a se adaptar a essa nova situação, e a Coordenação de Relações Internacionais assumiu um papel importante na organização das discussões e sistematização de ações voltadas para o fortalecimento dos processos de internacionalização da Universidade Federal de Sergipe.

---

25 Tipo de Convênio utilizado para o Impulso da Circulação do Talento no Espaço Ibero-Americano, em cujo processo de negociação o Brasil teve um papel particularmente ativo, visa promover, dentro do espaço ibero-americano, estágios acadêmicos em empresas para ampliar oportunidades de formação profissional.

A CORI é a unidade responsável pela coordenação de mobilidade acadêmica internacional, tanto de estudantes da UFS, quanto dos estudantes estrangeiros. Junto à Central de Estágio - CENEUFS, ela realiza as orientações acerca da realização de estágio internacional pelos discentes da IES. Além disso, a Divisão de Assessoria Linguística, subdivisão da CORI é responsável pela intermediação de contatos, elaboração e tradução de textos e/ou documentos institucionais em outras línguas, tomando para si a responsabilidade de: a) recepção e apoio linguístico a representantes de Instituições Internacionais com interesse em conhecer a Universidade, em firmar acordos de cooperação ou elaborar planos de trabalho a partir dos acordos já existentes; b) elaboração e tradução de documentos; c) internacionalização das páginas da UFS no sítio da Instituição; d) confecção, em diferentes idiomas, de materiais de divulgação sobre a UFS.

Apontamos a CORI como um dos principais agentes propulsores da internacionalização da UFS, desempenhando o papel ao qual foi destinada. No entanto, apesar de todas as ações aqui citadas, cabe destacar a necessidade de mais recursos, não só financeiro, mas também humano, visto que esta coordenação conta com 6 (seis) servidores, que são distribuídos nas 4 (quatro) divisões supracitadas. Este baixo número pode levar a uma dificuldade para o desenvolvimento das ações em execução e pode, inclusive, dificultar que novos projetos sejam criados. Cabe destacar, que esta circunstância já é de conhecimento da esfera administrativa da instituição, conforme sinalização feita no PDI 2021-2023.

Outrossim, registra-se insuficiente número de servidores bilíngues: o próprio corpo técnico-administrativo da CORI não é fluente na língua inglesa. A capacidade de traduções para tramitação de convênios internacionais é limitada pela exiguidade do quadro de recursos humanos. Seriam bem-vindos maiores investimentos no plurilinguismo de docentes e servidores técnicos. Além disso, é indispensável salientar que a CORI não conta com corpo de assessores nas línguas francês e alemão, enquadradas entre as cinco mais importantes no processo de internacionalização, sendo a primeira o inglês, a segunda o espanhol, a terceira o Português como Língua Estrangeira (UFS, 2023 p.169).

Destacamos mais uma iniciativa da CORI em prol da internacionalização, que é o InfoCORI (Boletim Informativo da Coordenação de Relações Internacionais). Este boletim busca, de forma resumida, apresentar a atuação da CORI em prol da internacionalização na/da UFS, e a sua pretensão inicial era de fornecer uma publicação com periodicidade bimestral. No entanto, contamos com apenas duas edições no ano de 2022, e nestes números tivemos uma apresentação, junto à

comunidade acadêmica, de informações de grande relevância para a universidade, a exemplo da atualização de novos acordos e convênios firmados pela UFS, destaque para os professores e projetos que desenvolvem ações internacionais, oferta de novos cursos e minicursos, eventos ligados a área de internacionalização, agenda com eventos futuros, bem como indicações de oportunidades de bolsas em instituições nacionais e internacionais. No entanto, apesar da grande relevância desse instrumento, percebemos que o formato de divulgação ainda está em fase de processo decisório, uma vez que os dois números do InfoCORI estão na aba “Boletim Informativo”, da página da CORI (UFS), enquanto que, em 2013, tivemos, no segundo semestre, o envio de boletins semanais, por e-mail, com o envio do “InfoCORI Boletim Retrospectiva 2023”, também por e-mail, no final de dezembro.

Por fim, observamos que, apesar das dificuldades, a UFS traçou novos caminhos indo em direção à internacionalização em casa, conseguido, assim, driblar alguns obstáculos e ampliar os horizontes, já que o número de produção de novas pesquisas com potencial internacional pôde ser aumentado, isso pode ser visto através das colocações nos *rankings*, uma vez que essa é uma das métricas utilizada para classificar as instituições. Além disso, observamos o desenvolvimento de ferramentas e viabilização do acesso a participação em eventos de alta relevância de forma virtual, o que levou a um reflexo positivo para a internacionalização da UFS, já que a universidade, além de atuar como participante, também foi ofertante de cursos internacionais de grande impacto, como Destino Brasil, promovido em 2022 pela Andifes.

A UFS participou como ofertante da plataforma de cursos internacionais, ministrados em língua estrangeira, do programa Destino Brasil, concebido no âmbito do Colégio de Gestores de Relações Internacionais (CGrifés) da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Quatro (4) cursos da UFS foram aprovados pela comissão do programa e foram ministrados em inglês, espanhol e em português. Ao todo, a plataforma criada pelo Destino Brasil, ofertou 3000 vagas, distribuídas em 103 cursos (Sergipe, 2023, p. 164).

Outro ponto que precisa ser apontado por esta pesquisa, é a escassez de recursos humanos que possam dar suporte ao processos de tradução dos documentos recebidos para admissão dos alunos não pertencentes as línguas francas<sup>26</sup>, tanto de convênio, quanto de mobilidade, uma vez que nem a CORI, nem a

---

26 Na UFS essas línguas são: Espanhol, Francês e Inglês.

DICAC possuem, em seus quadros de profissionais, a função de tradutor, algo que vem dificultando a recepção dos estudantes, gerando atraso no processo de cadastro, e acesso a alguns ambientes da instituição, a exemplo da Biblioteca - BICEN e do Restaurante Universitário - RESUN, já que é necessária uma carteirinha de estudante para que os serviços prestados possam ser usufruídos pelos estudantes e/ou pesquisadores em processos de mobilidade acadêmica na UFS.

#### 6.4 RESOLUÇÃO Nº 35/2018/CONEPE, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA LINGUÍSTICA DA UFS

Nas seções anteriores, conceituamos o que é Política Linguística e relacionados a promulgação da política linguística institucional da UFS ao papel do IsF como propulsor do movimento em prol da elaboração de PL nas IES brasileiras. Na Universidade Federal de Sergipe, a Política Linguística foi tramitada pelo Processo nº 23113.24252/2018-90, criado em 06 de junho de 2018, pelo Departamento de Letras Estrangeiras – DLES, da UFS. Nesse projeto, tem-se toda a tramitação referente à proposta de política linguística/política de línguas. É possível que essa política linguística já tenha estado em pauta de discussão em diversos setores da universidade, mesmo antes da abertura desse processo, considerando a relevância que sua implementação possui, em especial para os setores que abordam a área de conhecimento da linguagem, não se limitando ao que trabalham com o ensino de línguas estrangeiras. No entanto, a necessidade apresentada pelo DLES em ter uma PL aprovada, para que o credenciamento da UFS junto ao IsF fosse aprovado e mantido fez com que os processos de discussão nesse departamento fossem acelerados e, dessa forma, é provável que esse tenha sido o motivo para que o Departamento de Letras Estrangeiras tenha iniciado o processo.

A análise do referido processo é importante para entendermos o movimento interno em prol do plurilinguismo e do fortalecimento das línguas estrangeiras, em uma Política Linguística, já que, com o status de política institucional, as línguas estrangeiras têm mais chances de conquistar espaços na instituição.

Para que a política linguística da UFS fosse aprovada, foi necessário mais de um ano de encontros, rascunhos, redesenhos, debates, aprovações, reescritas, recomeços, discussões, acréscimos e retiradas. O processo foi iniciado a partir do estabelecimento de uma comissão inicial entre representantes das línguas estrangeiras da UFS, liderada pela Coordenadora

Geral do Programa Idiomas sem Fronteiras. Após a elaboração do texto inicial, este foi apresentado nas reuniões de colegiado de cada língua estrangeira mencionada, e, logo depois, submetido à aprovação do Conselho do Departamento de Letras Estrangeiras. A primeira versão foi enviada à Pró-reitoria de Graduação, e, após ajustes solicitados, encaminhada aos demais departamentos relacionados e mencionados pelo documento em elaboração. Só então, o texto, após novos ajustes, foi encaminhado ao Conepe (Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão) da UFS. Foram necessárias mais reuniões de ajustes e redefinição do texto, para que o relator, finalmente, pudesse apresentar seu parecer favorável e a política fosse aprovada por unanimidade de votos (Santos; Gomes; Silva, 2021, p. 65-66).

Ao analisar o processo, é possível verificar quais caminhos percorridos, de modo a ser possível observar que, do seu início até a aprovação e publicação da Resolução nº 35/2018/CONEPE, pelo Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão – CONEPE, órgão normativo, deliberativo e consultivo superior da Universidade em matéria de ensino, pesquisa e extensão, um espaço temporal de 2 (dois) meses e 12 (doze) dias foi observado. Esse prazo é considerado relativamente curto para análise de todos os interessados na implementação de um documento de tamanha importância, o que pode também ser constatado no teor da documentação tramitada, e pode ser justificado pelo fato de que era interesse da instituição a sua manutenção no então Programa Idiomas sem Fronteiras, uma vez que, de acordo com o Edital de Recredenciamento ao programa, de 2017, somente as IES com políticas linguísticas em andamento poderiam ser recredenciadas ao programa (BRASIL, 2017). A velocidade com que o processo foi tramitado representa, dessa forma, o interesse institucional em ter um programa parceiro nos processos de internacionalização da educação superior. É importante destacar, no entanto, que em um processo de formulação de uma política linguística, alguns conflitos departamentais são esperados, uma vez que concepções teóricas diferentes acabam entrando em contato.

Destaco, novamente, que a universidade estava, naquele momento, participando de um processo para permanecer em um programa do Ministério da Educação – MEC e, um dos pré-requisitos para as instituições participarem era ter uma política linguística implementada, ou que apresentasse a minuta desta, com prazo máximo de um ano para sua implementação, para que pudessem ser recredenciadas no Programa Idiomas sem Fronteira.

III.5.1. As universidades federais recredenciadas por intermédio da Chamada Pública para recredenciamento de universidades federais 2017-2020 devem:  
III.5.1.2. Demonstrar, por meio de documentos oficiais, a existência de política de ensino de idiomas (política linguística) no âmbito da universidade,

indicando como as ações do Programa IsF, bem como do Centro de Línguas (se houver) da universidade, são reconhecidas como instrumento de internacionalização no âmbito das atividades institucionais, da promoção da carreira dos servidores (docentes e técnicos-administrativos) e da formação dos alunos.

III.5.1.2.1. A política linguística da universidade deve ser apresentada como documento oficial aprovado nas instâncias superiores da universidade ou como minuta, a ser encaminhada como anexo da proposta de credenciamento.

III.5.1.2.2. A universidade que apresentar uma minuta, por estar o documento em elaboração ou discussão, deve enviar o documento aprovado ao Núcleo Gestor do Programa IsF até um ano após a data do credenciamento da universidade (BRASIL, 2017, p. 30).

Esse fato, certamente foi o principal motivo para que política fosse aprovada em um curto espaço de tempo, o que pode ser observado nos despachos encaminhados durante a tramitação do processo:

Pedimos urgência na análise e retorno do processo, uma vez que a aprovação da política de idiomas da UFS é mandatória para que o Programa Idiomas sem Fronteiras continue a desempenhar suas funções na UFS. Tendo-nos sido dado o prazo até final de agosto de 2018, para que a Resolução aprovada seja enviada ao Núcleo Gestor do Programa, ligado ao SESu / MEC (Sergipe, 2018, p. 20).

Observamos que a proposta inicial apresentada pelo Departamento de Letras Estrangeiras - DLES, a princípio levava o nome de Política de Idiomas da UFS, composta, nesta fase inicial, por 5 (cinco) capítulos. O primeiro trazia as considerações iniciais; o segundo apontava os valores da Política de Idiomas da UFS em 5 (cinco) incisos; o terceiro versava sobre os objetivos com 7 (sete) inciso; o quarto sobre o desenvolvimento com 4 (quatro incisos); e o quinto e último sobre as competências com um parágrafo único.

Percebemos que, para a aprovação, foram necessários alguns ajustes na minuta inicial, entre eles os sugeridos pelo Departamento de Apoio Pedagógico - DEAPE. Em meio às recomendações, destacamos a adaptação do texto à linguagem de resolução, adequação do capítulo V, uma vez que este estabelecia, com riqueza de detalhes, as competências, especificando a quem e o que são as responsabilidades de cada um que integra a política e consulta a cada um destes.

[...] é preciso atentar, principalmente, para o texto do Art. 2º, colocando-se, apenas, o principal conceito norteador. Por sua vez, todo o texto do Capítulo V precisa ser separado por artigos, inclusive o parágrafo único" (Sergipe, 2018, p. 17).

Nosso parecer é favorável à aprovação da Minuta desde que haja a adequação do texto à linguagem de resolução, bem como o pronunciamento das unidades administrativas acadêmicas citadas e posterior encaminhamento ao CONEPE (Sergipe, 2018, p. 18)

Observamos que a adaptação do Art. 2º foi a mais perceptível, tendo em vista que ela trazia detalhes que enriquecia o instrumento, já que discriminava os valores atribuídos a então Política de Idiomas, os quais eram: Concepção de Linguagem; Cooperação Norte-Sul e Sul-Sul; Diversidade cultural e linguística; e Inclusão. Estes princípios são fundamentais para o processo de internacionalização de uma IES, uma vez que uma das principais intenções do Programa Idiomas sem Fronteiras ao tornar requisito obrigatório a construção de uma política linguística, era a de dar suporte ao processo de internacionalização.

Como ponto positivo, entre a minuta inicial e a instituída pela UFS, destacamos a inclusão dos incisos VIII e IX, no artigo sobre os objetivos, tornando a atual política mais social e inclusiva. Estes incisos dispõem sobre o incentivo à inserção da comunidade de surdos à UFS, com o intuito de promover a LIBRAS, e viabilização de ações por meio da PROEST em prol do ensino de língua estrangeira, com foco nos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica.

Ao discorrer sobre a Política Linguística da UFS é necessário destacar que, no teor do documento que a rege (Resolução No 35/2018/CONPE), está nominada a quem compete a coordenação da PL, bem como a composição da comissão, conforme detalhado a seguir:

A coordenação da política linguística da UFS ficará a cargo de uma Comissão, designada por portaria do Reitor, composta por docentes do Departamento de Letras Estrangeiras (DLES), de modo que cada língua estrangeira tenha um representante; por um docente do Departamento de Letras Libras (DELI), um docente Departamento de Letras Vernáculas (DLEV), um docente do Departamento de Letras do Campus de Itabaiana (DLI), o Coordenador de Relações Internacionais (CORI), o Coordenador Geral do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), um representante da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), um representante da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (POSGRAP), um representante da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e um representante do Colégio de Aplicação (CODAP), ficando a Comissão de Línguas vinculada à POSGRAP (Sergipe, 2018, p. 44).

A Política Linguística da UFS, seguindo as recomendações do DEAPE, é sucinta e é apresentada em apenas duas páginas. Foram estabelecidos nove objetivos a serem cumpridos, voltados para a necessidade de: estabelecer definições sobre as ações de ensino e aprendizagem de línguas da instituição; possibilitar experiências focadas nas diversidades tanto linguística quanto cultural; promover a democratização de acesso a cursos de línguas estrangeiras e vernaculares; promover pesquisas voltadas para a área das línguas, gerando interações entre a comunidade

interna e externa à universidade; priorizar pessoas com vulnerabilidade socioeconômica; fomentar acordos de cooperação entre instituições estrangeiras e a UFS; promover espaços de formação de professores de línguas; incentivar a participação da comunidade de surdos e promover a LIBRAS; e articular-se com as ações da PROEST (Sergipe, 2018).

Na Resolução que instituiu a PL da UFS, foram delineadas algumas possibilidades de desenvolvimento da política, colocando-se a necessidade de proposição de ações de ensino, pesquisa e extensão, tanto internas quanto externas. Assim, as atividades poderiam ser colocadas em prática a partir de: projetos de pesquisa que relacionem ensino, aprendizagem e formação de professores; projetos de extensão, associados a ações de formação de professores, voltados para as comunidades interna e externa à UFS; ações de ensino promovidas pelos cursos de graduação, e/ou pós-graduação; atividades do Programa Idiomas sem Fronteiras, voltadas para o desenvolvimento linguístico de alunos e servidores da UFS; aplicação de testes de proficiência; e mobilidade acadêmica entre docentes, pesquisadores e alunos (graduação e pós-graduação) (Sergipe, 2018).

Entendemos que, naquele momento no qual a Política Linguística da UFS foi instituída, a sua aprovação requeria urgência, devido aos curtos prazos estabelecido pelo Edital de credenciamento do IsF. No entanto, toda política, após um determinado tempo, carece de uma revisão e atualização, visando observar se os objetivos estabelecidos foram alcançados, e se o documento ainda atende às novas demandas que surgem com o decorrer do tempo. Posto isso, observamos que a Política Linguística da UFS, implantada pela Resolução 35/2018/CONEPE, já completou 5 (cinco) anos e a atualização deste documento é crucial para que ele possa contribuir para o alcance das metas propostas pelo PDI 2021-2025, que têm, entre seus objetivos, a internacionalização da UFS. A PL também precisa ser revista, de modo que promova o detalhamento de metas e prazos, abra espaço para a preparação de planejamentos linguísticos e possa contribuir para a manutenção das posições de destaque alcançadas pela UFS nos rankings internacionais.

Desse modo, uma contribuição desta pesquisa seria a sugestão da atualização da Política Linguística da UFS, que poderia ser feita observando-se as atuais necessidades da instituição, viabilizando a implantação de um Centro de Línguas, oportunizando ações para o acolhimento dos alunos oriundos de ações de internacionalização, e buscando tornar a UFS um ambiente mais atrativo, tanto para

seus alunos, quanto para os que buscam campo para desenvolver suas pesquisas. Com as mudanças propostas, será possível propor ações em curto, médio e longo prazo, com o estabelecimento de metas que estejam em consonância com os propósitos de ensino, pesquisa, extensão e, agora, internacionalização da IES.

### 6.5 PDI 2021-2025

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI é um instrumento pelo qual são traçados os objetivos da instituição, a serem desenvolvidos dentro de uma faixa temporal de 5 (cinco) anos. Esse documento é o meio pelo qual o MEC faz as avaliações necessárias para o credenciamento e credenciamento das Instituições de Ensino Superior. A UFS está executando seu quinto PDI, que tem a vigência de 2021-2025. Os anteriores foram: 2001-2004, 2005-2009, 2010-2014 e 2016-2020.

O PDI 2021-2025 da UFS apresenta como tema central a “Inovação e Inserção Social com Qualidade Acadêmica”. Esse documento é fruto da comunhão de diversos setores da instituição, e foram ouvidas as áreas administrativas e acadêmicas, representações dos conselhos superiores, diretores e a comunidade universitária, de modo que, como resultado, originou-se um instrumento que visa representar o anseio de todos, de forma sistemática e contínua. Ao analisarmos esse documento, podemos observar que ele faz um levantamento da situação atual, apontando as fragilidades em prol de que sejam traçados caminhos em direção aos objetivos e metas desejadas.

Ao analisarmos os Planos de Desenvolvimento Institucional executados pela UFS, podemos observar que a primeira vez que a palavra “internacionalização” apareceu foi na quarta edição (2016 – 2020). O vocábulo aparece 1 (uma) vez no item 5.1.1, que dispõe sobre a qualidade e desempenho acadêmico e elenca, entre suas pretensões, “Incentivar o aprendizado de língua estrangeira com vistas à internacionalização dos alunos e docentes”. Na edição atual, PDI (2021- 2025), foi possível observar uma mudança significativa, na qual o termo aparece 32 (trinta e duas) vezes.

Na seção 5 – Diagnóstico Situacional dos Macroprocessos Finalísticos, a subseção “Internacionalização da UFS” dedica um espaço nas páginas 161 a 169 para o detalhamento das ações e dos processos de internacionalização desenvolvidos ou em desenvolvimento na instituição. Entre as informações apresentadas, destacamos o quadro de convênios firmados; os números sobre os programas de mobilidade

internacional; os dados da mobilidade internacional depois do Ciência Sem Fronteiras; as ações do IsF, com o destaque de que “o programa inglês sem fronteira foi um importante aliado à internacionalização” (Sergipe, 2023, p.166). Entre as ações relacionadas ao IsF destacadas no documento, citam-se a participação no *Fulbright English Teaching Assistant* (ETA), as provas *TOEFL ITP* aplicadas na UFS, a oferta de cursos do Inglês sem Fronteiras e inscritos, a oferta de cursos de Espanhol do Inglês sem Fronteiras e inscritos, a aplicação de testes de proficiência em Português para estrangeiros (CELPEBRAS) e o desenvolvimento da Política Linguística.

Diante do levantamento feito pelo PDI 2021-2025, apontamos o reconhecimento do investimento tardio em práticas de internacionalização, e a constatação da importância da agenda 2030 da ONU para promoção desta dentro da IES no âmbito nacional:

O investimento tardio dos governos brasileiros na educação superior do Nordeste é pano de fundo das condicionantes da internacionalização da região. Por este motivo, as universidades regionais vêm constituindo fóruns de diálogo e concertação política, a exemplo da formação da RENE-UTEC-SOCIAL, no âmbito da ANDIFES, à qual a UFS aderiu em 2020, sob o mote da promoção da agenda 2030 da ONU e da inovação social (Sergipe, 2023, p. 161).

No documento, percebe-se a importância dada à Internacionalização em Casa, com o apontamento da Pandemia da COVID-19 como o principal agente para a prática desse tipo de internacionalização na UFS e a menção a algumas importantes ações:

A Pandemia da COVID-19, ao passo que obstaculizou as mobilidades físicas, ampliou os horizontes da chamada internacionalização em casa. A UFS participou como ofertante da plataforma de cursos internacionais, ministrados em língua estrangeira, do programa Destino Brasil, concebido no âmbito do Colégio de Gestores de Relações Internacionais (Cgrifes) da Associação nacional dos dirigentes de instituições federais de ensino superior (ANDIFES) (Sergipe, 2023, p. 164).

Outro ponto de destaque está nas iniciativas de práticas transdisciplinares, com atenção ao desenvolvimento sustentável, visto que essa é uma das pautas da agenda 2030, além do fato de que os resultados obtidos podem contribuir para a melhor classificação da UFS em alguns *rankings*.

Assim como iniciaram diálogo para constituição de uma rede Brasil-Alemanha de pesquisa transdisciplinar, em desenvolvimento sustentável. Além da solidariedade regional ali explícita, o arranjo se ampara no entendimento de que as tradicionais métricas, que hoje atraem parceiros internacionais de alta reputação, estão sendo substituídas pela criação de comunidades epistêmicas internacionais, comprometidas com os 17 ODS. Naquela direção, o ranking internacional britânico *Times Higher Education* (THE) incluiu a “métrica verde” na classificação das universidades avaliadas,

o que fará surtir, nos próximos anos, mobilizações importantes, na sociedade internacional do conhecimento (Sergipe, 2023, p. 161).

Com a análise do PDI atual fica ainda mais evidente que para o desenvolvimento satisfatório da internacionalização, faz-se necessária uma Política Linguística estruturada e bem desenvolvida, de modo que ela se torne condicionante para ações bem-sucedidas no cenário internacional. A PL da UFS, que nasceu de uma exigência regulamentada em edital, para o recredenciamento no IsF passou a ser vista, três anos depois, como necessária para que as metas de internacionalização possam ser atingidas e a universidade possa melhorar seus indicadores nos rankings internacionais,

Entende-se, por outro lado, que sem uma política linguística consistente, não é possível manter um ambiente de ensino internacional, tampouco se projetar em cenários internacionais de pesquisas de alto fator de impacto (Sergipe, 2023, p. 164).

A partir dessas análises, é possível observar que antes do ingresso no Programa Ciência sem Fronteiras, as ações voltadas para a internacionalização, dentro da Universidade Federal de Sergipe, eram bem pontuais. Com a adesão ao Inglês sem Fronteiras, posteriormente Idiomas sem Fronteiras, podemos perceber que as iniciativas foram intensificadas e diversificadas, possibilitando o desenvolvimento de novos meios pelos quais a internacionalização passou a acontecer, o que veio a consolidar o IsF como um grande parceiro da CORI para que as políticas de internacionalização possam ser acompanhadas e ampliadas.

O item 6.2.3 do PDI 2021-2025 “Caminhos da Internacionalização da UFS” aponta que a Universidade Federal de Sergipe está atenta aos ideais da internacionalização, prezando para que esta possa ser desenvolvida a partir de uma perspectiva que valoriza a diversidade linguística e cultural, oportunizando inter/pluri/transdisciplinaridade.

A UFS, entre 2021 e 2025, deve manter a estratégia de firmar parcerias internacionais visando sempre a qualidade e os interesses institucionais. A dupla-titulação é uma delas: Celebrar convênio com instituições estrangeiras para internacionalização do currículo, colocar o aluno em contato com a pesquisa informada em âmbito internacional, passando pela experiência da diversidade linguística, cultural e organizacional; e chegando à internacionalização e à interculturalidade na formação profissional e na oferta de cidadãos planetários (Sergipe, 2023, p. 214).

Como objetivos e metas estratégicas para o macroprocesso, podemos observar que 6 (seis) deles envolvem ações ligadas à internacionalização, sendo estes:

- Ampliar articulação de cursos e vivências internacionais;
- Aumentar número de convênios internacionais, com países em desenvolvimento;
- Promover ações de ensino de línguas aos servidores da CORI;
- Ampliar número de parcerias externas (nacionais e internacionais);
- Promover a internacionalização;
- Ampliar articulação de cursos e vivências internacionais.

Desse modo, apesar do desenvolvimento tardio das práticas e ações em prol da internacionalização, podemos perceber a intensificação dessas nos últimos anos, mais especificamente, a partir de 2013. Além desta constatação, observamos que essa temática passou a ser compreendida não apenas como as ações de mobilidade acadêmica internacional, de modo a passar a figurar entre as metas do PDI 2021-2025, contribuindo para consolidação da internacionalização como uma quarta missão do ensino superior.

Nesse sentido, entendemos que a internacionalização da Universidade Federal de Sergipe está em ascensão, mas precisa de um acompanhamento intenso, de modo a se pensar em novas estratégias, metas e métricas de acompanhamento. Através da análise do PDI, constatamos que as ações para o futuro estão sendo pensadas de forma a contemplar a sua promoção. No entanto, é necessária uma atenção especial para que estes objetivos sejam concretizados, e as línguas estrangeiras precisam ser vistas como parceiras, para que sejam desenvolvidos planejamentos linguísticos concomitantes, visando à obtenção de resultados satisfatórios.

## 6.6 UFS e *Rankings*

Atualmente, vários são os motivos que levam as instituições de ensino superior a querer obter sucesso em rankings nacionais e internacionais, e cada vez mais esse assunto é discutido em eventos acadêmicos, demonstrando o quanto é importante uma boa colocação nacional para a transformação e valorização da IES no cenário educacional.

Os rankings são importantes porque eles permitem às universidades aparecerem em um cenário internacional de referência, não estou me dispersando deles, mas não adianta uma universidade estar só nos rankings e representar nas suas práticas locais uma realidade social paradoxal aos números que ela espelha. Estar entre as melhores instituições do mundo não é ser a melhor instituição do mundo, nem ter os melhores do mundo; significa apenas aparecer e se posicionar nas redes internacionais universitárias (Chagas, 2021, p.142).

Desse modo, é essencial que possamos refletir sobre os resultados obtidos pela UFS e sobre de que forma estão sendo conduzidas as políticas que buscam desenvolver e ampliar o nível de internacionalização dentro da instituição, uma vez que nos três últimos anos muito se tem falado sobre as altas posições alcançadas pela instituição em alguns *rankings*, a exemplo do britânico *Times Higher Education* (THE), já que a UFS chegou a ocupar a oitava posição, em 2020; quinta, em 2021; terceira em 2022, passando a figurar entre as três melhores universidades federais do país e entre as cinco nacionais, no mesmo ano.

Isso posto, algumas indagações são necessárias sobre o alcance dessas altas colocações, uma vez que o aumento do número de produções científicas coincide com o período em que a população mundial enfrentava grandes desafios oriundos da pandemia Covid-19 e o cenário era propício para o desenvolvimento da internacionalização em casa. Logo, passado esse período, cabe observar se o aumento dessas produções, que contribuíram para a elevação desses índices, foi devido a uma área de conhecimento específica, ou se foi toda comunidade acadêmica da UFS que fez com que esses números fossem elevados.

É necessário que as ações em desenvolvimento busquem contemplar todas as áreas de conhecimento da instituição e todas as esferas institucionais, graduação, pós-graduação, extensão e administração, para que esse crescimento não fique vinculado apenas à pesquisa. Para Chagas (2021, p. 161), participar dos rankings “é uma possibilidade para a UF pesquisada porque pode aumentar sua potencialidade de conseguir recursos”. Além disso, o aumento da visibilidade de forma positiva é fundamental para a atração de novos programas e pesquisas importantes.

Diante do exposto, fica evidente a necessidade de uma análise mais profunda que possa identificar não apenas o tipo de internacionalização e o que está sendo feito para o seu aprofundamento, mas sim identificar quais ações de fato estão sendo eficazes para o alcance dos objetivos propostos pelo PDI, e para a manutenção das posições já alcançadas, uma vez que tão difícil quanto alcançar uma determinada posição é se manter nela. Segundo dados do ranking britânico THE de 2023, houve

uma significativa queda na posição da UFS, fato este que nos leva a diversos questionamentos.

As figuras 4, 5, 6 e 7 apresentam as postagens oficiais da UFS, no *Instagram*, em julho de 2022 e junho de 2023, e devem ser utilizadas em estudos futuros, como forma de comparar as expectativas e explicações da instituição diante dos resultados alcançados com os dados disponibilizados pelo THE e as ações desempenhadas pela UFS, restringindo-se não somente aos anos 2022 e 2023, mas ampliando esse escopo temporal para os próximos anos também.

## Cenário em julho de 2022

11:28

Publicações

ufsocial

2. RESULTADO

2.1 Classificação das universidades do Brasil de acordo com World University Rankings 2022

Posição	Posição	Instituição	Índice de Alfabetização	Índice de Alfabetização por Região	Excedente Internacional	Propriedade Universitária
1ª	51.4 - 52.5	Universidade de São Paulo (USP)	82.523	28,3	2%	47 - 52
2ª	48.9 - 49.0	Universidade de Campinas (UNICAMP)	29.456	18,5	3%	40 - 54
3ª	32.9 - 37.9	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	43.886	22,9	2%	53 - 47
4ª	32.0 - 37.9	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	41.073	24,7	2%	51 - 49
5ª	32.9 - 37.9	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	26.079	25,2	0%	52 - 46

2.2 Classificação das universidades do Nordeste de acordo com World University Rankings 2022

Posição	Posição	Instituição	Índice de Alfabetização	Índice de Alfabetização por Região	Excedente Internacional	Propriedade Universitária
1ª	32.0 - 37.9	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	26.079	25,2	0%	52 - 46
2ª	27.2 - 31.9	Universidade do Nordeste (UNORNE)	26.775	17,5	0%	54 - 46
3ª	30.8 - 32.3	Universidade Estadual do Ceará (UECE)	19.718	13,2	0%	40 - 52
4ª	30.8 - 32.3	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	44.829	17,9	0%	41 - 50
5ª	30.8 - 32.3	Universidade Federal do Ceará (UFCE)	36.551	25,8	2%	41 - 50

Curtido por liliane\_costaandrade e outras 20.353 pessoas

ufsocial Para ter #OrgulhodeSerUFS 🏆 A UFS subiu duas posições no World University Ranking 2022 da Times Higher Education, e passou a figurar entre as três melhores universidades do país 🏆 Pelo segundo ano consecutivo, a UFS foi também a universidade mais bem ranqueada da região Nordeste no levantamento da revista britânica.

Avaliando indicadores de ensino, pesquisa e citações, transferência de conhecimento, e perspectiva internacional, o ranking contou este ano com 1.662 instituições de ensino superior de todo o mundo. O quesito citações foi o de maior destaque na UFS, recebendo 87 pontos numa escala de 0 a 100. É para ter muito orgulho mesmo, né? 😊

Veja em: [www.ufs.br/conteudo/69920](http://www.ufs.br/conteudo/69920)

#SouUFS #WorldUniversityRanking #TimesHigherEducation

27 de julho de 2022 · Ver tradução

11:27

Publicações

ufsocial

1ª do Nordeste e 3ª melhor do Brasil

World University Rankings 2022 - Times Higher Education

Curtido por liliane\_costaandrade e outras 20.353 pessoas

ufsocial Para ter #OrgulhodeSerUFS 🏆 A UFS subiu duas posições no World University Ranking 2022 da Times Higher Education, e passou a figurar entre as três melhores universidades do país 🏆 Pelo segundo ano consecutivo, a UFS foi também a universidade mais bem ranqueada da região Nordeste no levantamento da revista britânica.

Avaliando indicadores de ensino, pesquisa e citações, transferência de conhecimento, e perspectiva internacional, o ranking contou este ano com 1.662 instituições de ensino superior de todo o mundo. O quesito citações foi o de maior destaque na UFS, recebendo 87 pontos numa escala de 0 a 100. É para ter muito orgulho mesmo, né? 😊

Veja em: [www.ufs.br/conteudo/69920](http://www.ufs.br/conteudo/69920)

#SouUFS #WorldUniversityRanking #TimesHigherEducation

27 de julho de 2022 · Ver tradução

Figura 4 e 5: Publicações nas redes sociais da UFS  
Fonte: [www.instagram.com/ufsocial](http://www.instagram.com/ufsocial)

### Cenários em maio e junho de 2023 (respectivamente)



**Figura 6 e 7: Publicações nas redes sociais da UFS**

Fonte: [www.instagram.com/ufsoficial](https://www.instagram.com/ufsoficial)

Esse afastamento das primeiras colocações, como pôde ser observado nas publicações feitas pelo perfil oficial da UFS na rede social *Instagram*, pode advir do fato de termos saído do período pandêmico, no qual os outros tipos de internacionalização, que não seja a internacionalização em casa, voltaram a ter um espaço maior.

Diante desses resultados, ainda positivos, mas em queda, algumas perguntas podem ser lançadas: A política linguística, instituída pela UFS, através da Resolução 35/2018/CONEPE, foi acompanhada de um planejamento linguístico, de modo a serem elencados passos a serem seguidos para o suporte necessário para as medidas voltadas para a internacionalização? Apesar de um ponto de grande relevância para o PDI 2021-2025, as ações em desenvolvimento estão de acordo com os ideais proposto por este? Esses são alguns questionamentos que surgiram a partir das informações levantadas e que precisam ser analisados, visto que requerem um pouco mais de tempo, já que o espaço temporal dedicado a um mestrado é insuficiente para que outras perguntas, que surgem no decorrer da pesquisa, possam ser também respondidas.

No entanto, o que podemos observar é que apesar da escassez de recursos humanos e das iniciativas positivas em prol da internacionalização, a UFS não tem instituído um plano estratégico de internacionalização, muito embora este já esteja sendo debatido, uma vez a COMPIN já foi criada. Sugerimos que sejam observados alguns planos já instituídos por IES que já estejam mais avançadas no processo de internacionalização, a exemplo do da Universidade de Brasília – UnB, que já tem um documento bem desenvolvido e estruturado, de modo a contribuir para a transformação do contexto nacional e internacional da UFS.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Pouco antes de chegar a este momento do trabalho, a vontade de ampliá-lo e aperfeiçoá-lo tomou parte de mim, de modo a esboçar um novo projeto de pesquisa e pleitear ingresso no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe – PPGL, fato este que está bem próximo, considerando a aprovação do referido projeto e das etapas subsequentes.

Parto da perspectiva de que a UFS vem crescendo muito, desde os anos 2000. Trata-se de uma instituição multicampi e única universidade pública do estado de Sergipe, e, que durante muitos anos se buscou expandir a Universidade com a criação de novos *campi*, com o aumento dos cursos de graduação e criação dos cursos de pós-graduação, aumentando conseqüentemente a capacitação docente e do quadro técnico, alcançando conceito 4 (quatro) do Índice Geral de Cursos (IGC) do MEC. O excelente desempenho em pesquisa desenvolvida por docentes da UFS pode ser atestado com as altas posições obtidas em ranking internacionais, destacando-se, também, a integração da UFS à sociedade, por meio das ações de extensão.

Levando em consideração meu papel enquanto servidora dessa instituição, da qual faço parte do corpo efetivo de técnicos administrativos desde 2014, e o incentivo da UFS em qualificar seu quadro profissional, encontro, no Programa de Pós-Graduação em Letras, a oportunidade de retribuir esse incentivo, por meio de uma pesquisa que busca contribuir para a construção de uma universidade inovadora e inclusiva, inter/pluri/multicultural. Trata-se de uma instituição comprometida com as finalidades essenciais de ensino, pesquisa e extensão e, diante do meu olhar, para as práticas de internacionalização, o que faz com que a IES esteja aberta para a consolidação desta última como a quarta missão da universidade.

Nesse sentido, busco, nesse espaço, fazer um breve apanhado do que foi abordado nesta dissertação, na introdução apresentei a temática, evidenciando de onde veio a motivação para a pesquisa, o porquê da escolha desse título, os objetivos que busquei responder e uma síntese do aporte teórico que foi utilizado para fundamentação das ideias apresentadas.

Na sequência, abordo de forma bem sucinta o aparato metodológico escolhido para subsidiar esta pesquisa, com base nas pesquisas de autores como Carvalho *et al.* (2019), Lakatos (2003) e Paiva (2019). Dessa forma, demonstrei a natureza e

contextualização da pesquisa e a composição do *corpus*, de modo a se caracterizar como uma pesquisa científica.

No capítulo 3, busquei abordar a temática central, Internacionalização do Ensino Superior. Desse modo, considerando sua relevância para o desenvolvimento dessa pesquisa, houve a necessidade de uma abordagem mais profunda e detalhada, uma vez que muitos dos seus conceitos ainda são relativamente novos, demandando uma contextualização maior. Entre os principais pontos, destacamos um pouco do seu conceito, o modo como ela vem sendo concebida no Brasil, e os principais formatos em que ela é desenvolvida atualmente. Nesse ponto, é importante destacar algo crucial para o entendimento do posicionamento das IES brasileiras nos rankings internacionais. Os conceitos de internacionalização nasceram em discussões iniciadas nos Estados Unidos e na Europa, envoltas em um contexto de neoliberalismo e de associação do ensino a questões comerciais. No Brasil, as instituições federais de ensino são públicas e têm uma natureza solidária, voltada para o retorno de práticas para a sociedade e não no desenvolvimento de estratégias focadas na captação de novos alunos e recursos. Assim sendo, tendo naturezas diversas, não é justo analisar as instituições pelos mesmos critérios.

No capítulo 4, discorro a respeito dos tipos de internacionalização da educação superior e a internacionalização no Brasil, e ficou evidente a importância das adaptações que se fizeram sentir nas universidades, em decorrência da pandemia do COVID-19. Instituições pequenas, como a UFS, têm maiores dificuldades em arrecadar recursos a partir de editais nacionais, a exemplo do CAPES-PrInt, em decorrência de concorrências desleais com IES que já estão em processos mais adiantados de internacionalização. A pandemia que se iniciou no final de 2019, fez-nos perceber que, quando as condições são iguais, os talentos individuais conseguem ter espaços iguais e o retorno é mais perceptível.

Com a impossibilidade de se promover a mobilidade acadêmica transfronteiriça, os pesquisadores da UFS puderam investir em processos colaborativos de pesquisa, na modalidade de internacionalização em casa, o que fez com que os números de publicações de pesquisadores da UFS tivessem aumentos significativos, de modo a ajudar a IES a conquistar bons resultados em ranqueamentos internacionais.

Conforme discutido anteriormente, é importante que a instituição de ensino superior conheça as suas potencialidades e invista no estabelecimento de um espaço

que privilegie a internacionalização abrangente ou integral, levando oportunidades para que todos os atores da IES conheçam sobre a internacionalização e possam participar de práticas focadas na dimensão internacional, intercultural e global, que tenham o ensino na centralidade. Assim, a instituição não ficaria dependente de mobilidades acadêmicas internacionais para um incremento no número de pesquisas qualificáveis pelos sistemas de ranqueamento.

Nas seções 5 e 6, busco entrar em contato com conceitos relacionados a Políticas, Práticas e Planejamentos Linguísticos, uma vez que estes são fundamentais para a concepção da internacionalização do ensino superior, bem como com o processo de internacionalização da UFS. Para que a internacionalização ocorra de forma satisfatória, torna-se condicionante o entendimento e o desenvolvimento de uma Política Linguística que esteja coerente com as necessidades da instituição. Quando em contato com os documentos que são entendidos como políticas da instituição no caso da UFS, a Política Linguística e o Plano de Desenvolvimento Institucional, no qual constam os planos estratégicos de internacionalização. É importante destacar que o primeiro PDI da UFS é datado de 2001, mas as primeiras discussões sobre Política Linguística só aconteceram em 2017, motivadas pela necessidade de atendimento a um edital de credenciamento do IsF.

A motivação para a criação da PL na UFS não foi baseada na necessidade identificada de uma orientação linguística para que as ações voltadas para o desenvolvimento linguístico da comunidade acadêmica pudessem ser melhor estruturadas e estar em consonância com os princípios estabelecidos pela UFS como primordiais para que níveis de internacionalização pudessem ser atingidos. Mesmo não percorrendo o caminho esperado, é fato que a presença de uma política linguística precisa ser exaltada, pois a sua menção nos PDIs atuais, bem como a menção aos dados relacionados à formação da comunidade acadêmica nas línguas estrangeiras para a internacionalização comprovam que, atualmente, a instituição, a partir das ações comandadas pela CORI, inserem as línguas estrangeiras nas discussões e decisões que envolvem as práticas de internacionalização baseadas no desenvolvimento linguístico, o que se constitui em um avanço para o papel que as línguas estrangeiras vêm ocupando na IES.

Ao apresentar a Universidade Federal de Sergipe, meu *lócus* de pesquisa, retratei um pouco de sua realidade no cenário atual, destacando as suas práticas de internacionalização, os principais agentes para o seu desenvolvimento, bem como as

perspectivas futuras. Dei um enfoque na Política Linguística instituída pela UFS, uma vez que se trata de documento importante de suporte para a internacionalização. Além disso, observei o cenário atual, no qual a UFS é apontada como uma das melhores instituições de ensino superior do país, já que, de acordo com o THE, a UFS, em 2022, foi classificada como a terceira melhor universidade do Brasil e primeira do Nordeste, enquanto que, em 2023, a universidade já havia perdido algumas posições e agora já era a segunda melhor do Nordeste.

Essa queda de performance, ainda que pequena, precisa ser investigada. É importante que tenhamos estudos que se debrucem sobre os principais itens em que a UFS vem recebendo maiores pontuações, de modo a identificar nichos de investimentos contínuos tanto nos indicadores em que a universidade vai bem quanto naqueles em que os números não são favoráveis. Se as publicações em línguas estrangeiras ajudam a IES a ter seus resultados não só divulgados, como compartilhados por meio de periódicos bem qualificados, até que ponto maiores investimentos em programas como o PDMI podem alavancar números ainda mais positivos para a UFS.

Se o PDMI foi criado em 2023 e seus primeiros resultados são percebidos ainda em 2024, é de se esperar que o aumento de cursos destinados a ajudar os pesquisadores da universidade a divulgar seus trabalhos possa melhorar ainda mais os números de publicações. Da mesma forma, a universidade precisa pensar em novas formas de investimento no capital humano interno, de modo que programas como esse sejam criados e multiplicados, em curto, médio e longo prazo.

Ademais, destaquei a presença da pauta “Internacionalização da UFS” no PDI 2021- 2023 da UFS, uma vez que este é um dos mais importantes instrumentos pelo qual as metas e objetivos a curto prazo são traçados, e mesmo que de forma pouco tardia, foi observado um avanço, considerando que em um passado bem recente a temática não era abordada, e as ações aconteciam pontualmente, apenas ligadas à mobilidade e quase que em sua totalidade na pós-graduação.

Atualmente, é possível observar que as ações acontecem como iniciativas de setores diversos, o que traz um ganho incalculável para toda a comunidade acadêmica. Da mesma forma, é importante destacar que essas ações estão em consonância com o desenvolvimento da agenda 2030, da ONU, e com os 17 ODS, que buscam a promoção dos países em desenvolvimento através da educação superior, primando pela incorporação da dimensão intercultural. As ações divulgadas

pela CORI estão, a todo momento, situando a universidade junto aos ODS e associando as ações de internacionalização a esses objetivos, para que a universidade tenha um desenvolvimento sustentável, o que está de acordo com a ideia de promoção de uma internacionalização solidária. Neste contexto, a interação com outras culturas é incentivada como forma de auxiliar a comunidade acadêmica a desenvolver competências interculturais e a investir no desenvolvimento linguístico como forma de se buscar um posicionamento crítico e de investir em processos de construção e ressignificação identitária.

O posicionamento da CORI nos processos de internacionalização é ainda mais evidente quando analisamos duas ações desenvolvidas nos dois últimos anos: 1) a criação da Comissão Permanente de Internacionalização (COMPIN), com reuniões a serem agendadas para discussões de questões relacionadas à internacionalização do ensino superior, levando em consideração que esse processo deve ser colaborativo e envolver integrantes de diversas áreas do saber; e 2) a criação do InfoCORI, de modo que um canal direto de comunicação pode ser aberto, para que a internacionalização abrangente, ou integral, seja acompanhada por toda a comunidade acadêmica. Neste quesito, é importante que a CORI mantenha a mesma uniformidade e o mesmo veículo de comunicação das informações, já que quem acompanhar as publicações na página da Coordenação de Relações Internacionais entrará em contato com os dados de 2022, sem nenhuma referência às informações de 2023. Da mesma forma, as pessoas acostumadas a receber os informativos sobre os dados de 2023, por e-mail, ficam à espera de uma estruturação das informações em um veículo mais perene, que poderia ser o próprio site institucional da CORI.

No que se refere à COMPIN, é importante situá-la como ponte importante para o estabelecimento de um processo de renovação da Política Linguística institucional da UFS, uma vez que, pela análise aqui feita, percebemos que a PL ainda é simplista, apresentando, tão somente, além da constituição dos membros responsáveis pelo seu acompanhamento, dos objetivos da política e possibilidades de desenvolvimento da mesma. Não há, no entanto, o delineamento de ações a curto, médio e longo prazo, e nem menções a indicadores de acompanhamento. Da mesma forma, não há uma regulamentação e orientação referente à elaboração de planejamentos linguísticos, que podem ajudar no processo de implementação de ações mais efetivas no que se refere ao desenvolvimento linguístico da comunidade acadêmica e demais ações relacionadas à promoção da diversidade linguística e cultural na IES.

É necessário um maior aprofundamento na análise dos resultados institucionais publicados nos relatórios semestrais intitulados de “UFS em números”, que estão sob a responsabilidade da Superintendência de Indicadores de Desempenho Institucional. Esses relatórios podem ser acessados facilmente a partir da página institucional da universidade, e se propõem a funcionar como uma cartilha informativa, para consulta rápida. Nessa publicação, de interesse para as análises referentes ao processo de internacionalização, encontramos dados relacionados à Produção Científica e Ativos de Propriedade Intelectual da UFS. Seria interessante, no entanto, que esse informativo trouxesse, também, informações relacionadas à números de alunos e docentes em processo de mobilidade, bem como de convênios ativos com universidades estrangeiras, para que a universidade conseguisse ter um melhor entendimento dos espaços propícios para que a internacionalização se desenvolva na IES.

Por fim, acredito que os apontamentos levantados por esta pesquisa tendem a contribuir para o desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento das ações em prol da internacionalização do ensino superior da Universidade Federal de Sergipe, de modo a fazer cumprir o meu papel social como servidora desta renomada instituição de ensino. As informações aqui compartilhadas e as discussões propostas estão alinhadas às perspectivas dos estudos linguísticos, compreendo-os de forma inter/pluri/multi/transdisciplinar, de modo a auxiliar a universidade a entender o seu processo de internacionalização, o que, em última análise, poderá colaborar para construção e solidificação da quarta missão da universidade, a internacionalização do/no ensino superior, de forma responsável e solidária.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Ricardo Nascimento. Estatutos jurídicos e processos de nacionalização de línguas no Brasil: considerações à luz de uma emergente teoria dos direitos linguísticos. **Revista da Abralín**, [s. l.], v. 2, n. 17, p. 46-76, jul. 2019.

ABREU, Ricardo Nascimento. Prolegômenos para a compreensão dos direitos linguísticos: uma leitura a partir da constituição da república federativa do Brasil. **Sociolinguística e Política Linguística: Olhares Contemporâneos**, [S.L.], p. 161-188, 4 ago. 2016. Editora Blucher. <http://dx.doi.org/10.5151/9788580391466-08>.

ABREU-E-LIMA, Denise; RIOS-REGISTRO, Eliane Segati; DELGADO, Heloisa; MORAIS, Katia; FINARDI, Kyria; TRAVERSO, Pilar; ARCHANJO, Renata; SARMENTO, Simone; BIERBRAUER, Sonia; GIMENEZ, Telma. **Política linguística para internacionalização do ensino superior**. [S. L.]: Faubai, 2017. 19 p. GT de Políticas Linguísticas para Internacionalização. Disponível em: <https://faubai.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Documento-do-GT-de-Políticas-Linguísticas-da-FAUBAI.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES. **RESOLUÇÃO N. 01**: Resolução 01. Brasília: Andifes, 2019.

BARRETO, Arnaldo Lyrio; FILGUEIRAS, Carlos A. L. Origens da Universidade Brasileira. **Química Nova**, [S.L.], v. 30, n. 7, p. 1780-1790, 2007. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-40422007000700050>.

BAUMGRATZ, Deise. Internacionalização da Educação Superior Brasileira: panorama das universidades de fronteira. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 54, n. 1, p. 139-156, mar. 2023. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/68061/229200>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BHAMBRA, G.; GEBRIAL, D.; NIŞANCIOĞLU, K. Decolonising the university. 1. ed. London: Pluto Press, 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Ciências sem Fronteiras**. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/ciencia-sem-fronteiras#:~:text=O%20Ci%C3%AAncia%20sem%20>. Acesso em: 21 jun. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Idiomas sem Fronteiras**. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/225-sistemas-1375504326/17508-acordo-preve-intercambio-edu>. Acesso em: 27 maio 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Edital de Recredenciamento nº 29**. Disponível em: [http://isf.mec.gov.br/images/2017/Edital\\_29\\_2017.pdf](http://isf.mec.gov.br/images/2017/Edital_29_2017.pdf). Acesso em: 01 jul. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **RELATÓRIO DE EXECUÇÃO**: programa institucional de internacionalização (capes-print). Brasil: Capes, 2020. 98 p. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/diretoria-de-relacoes-internacionais/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO MEC. **Programa Institucional de Internacionalização – CAPES - PrInt**. 2022. CAPES. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/informacoes-internacionais/programa-institucional-de-internacionalizacao-capes-print>. Acesso em: 21 jun. 2023.

CALVET, Louis-Jean. **As Políticas LingüísticasLinguísticas**. São Paulo: Ipol/Parábola, 2007.

CHAGAS, Lucas Araujo. **PERSPECTIVAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO E CENÁRIOS POLÍTICOS DE PROFESSORES DE IDIOMAS NO CONTEXTO DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL BRASILEIRA**. 2021. 189 f. Tese (Doutorado) - Curso de Estudos Linguísticos do Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/31306/4/PerspectivasInternacionalizaoCenarios.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

COOPER, Robert L. **Language Planning and Social Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

DINIZ, Janguê. **Braindrain no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.janguediniz.com.br/blog-ler/brain-drain-no-brasil-1143.html>. Acesso em: 29 abr. 2023.

FABRÍCIO, Branca Falabella. Linguística Aplicada como Espaço de Desaprendizagem: recriações em curso. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Por Uma Linguística Indisciplinar**. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2006. Cap. 1. p. 45-63

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009

GIMENEZ, Telma; PASSONI, Taisa Pinetti. Políticas linguísticas e suas consequências não planejadas: o programa .: inglês sem fronteiras.: e suas repercussões nos cursos de letras. **Calidoscópico**, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 115-126, 1 mar. 2016. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos.  
<http://dx.doi.org/10.4013/cld.2016.141.10>.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Metodologia Da Pesquisa Científica**. 2. ed. São Paulo: Avercamp, 2005. 168 f.

GONÇALVES, Susana. Internacionalização em casa: a experiência da esec. **Exedra**, Coimbra, v. 1, n. 1, p. 139-166, jul. 2009.

GOROVITZ, Sabine; UNTERNBÄUMEN, Enrique Huelva (org.). **DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**. Brasília: EditoraUnb, 2021. 284 p.

HODGES, Charles B.; MOORE, Stephanie; LOCKEE, Barbara B.; TRUST, Torrey. The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning. **Educause Review**, Boulder Co, v. 0, n. 0, p. 1-21, mar. 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning>. Acesso em: 21 abr. 2023.

HUDZIK, John K. **Comprehensive internationalization**: from concept to action. Washington: Nafsa, 2012. 42 p.

HUDZIK, John K. **Comprehensive Internationalization**: institutional pathways to success. Nova York: Routledge, 2015. 280 p.

HUDZIK, John K.; MCCARTHY, Joann S. **Leading Comprehensive Internationalization**: strategy and tactics for action. Washington: Nafsa, 2012. 32 p.

IPEA. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS**. 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods4.html>. Acesso em: 12 mar. 2023.

IPOL (Florianópolis). **Sobre IPOL**. [Http://ipol.org.br/sobre-o-ipol/](http://ipol.org.br/sobre-o-ipol/). Disponível em: <http://ipol.org.br/sobre-o-ipol/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

JESUS, Paula Clarice Santos Grazziotin de. **POLÍTICA E PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO PARA CIÊNCIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR**: possibilidades do multilinguismo para a produção e a difusão de conhecimento. 2018. 220 f. Tese (Doutorado) - Curso de Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/205985/PLLG0757-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 nov. 2023.

JORDÃO, Clarissa Menezes (org.). **A Linguística Aplicada no Brasil**: rumos e passagem. Campinas: Pontes Editores, 2016. 527 p.

JORDÃO, Clarissa Menezes; SILVA, Jhuliane Evelyn da; JORDÃO, Clarissa Menezes. EPISTEMOFAGIA TRANSFORMADORA: saberes locais e inclusão no ensino superior brasileiro. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 02, p. 249-276, ago. 2011. [Http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/v27n02/v27n02a12.pdf](http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/v27n02/v27n02a12.pdf).

KNIGHT, Jane. Concepts, Rationales, and Interpretive Frameworks in the Internationalization of Higher Education. **The Sage Handbook Of International Higher Education**, [S.L.], p. 27-42, 2012. SAGE Publications, Inc.. <http://dx.doi.org/10.4135/9781452218397.n2>.

KNIGHT, Jane. **KNIGHT, Jane. Internacionalização do Ensino Superior: conceitos, tendências e desafios**: Knight, Jane. internacionalização do ensino superior: conceitos, tendências e desafios. São Leopoldo: Oikos, 2020. 221 p.

KUMARAVADIVELU, B. A linguística aplicada na era da globalização. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Por Uma Linguística Indisciplinar**. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2006. Cap. 5. p. 129-147.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEAL, Fernanda Geremias; MORAES, Mário Cesar Barreto. **Decolonialidade como epistemologia para o campo teórico da internacionalização da educação superior**. Archivos Analíticos de Políticas Educativas= Education Policy Analysis Archives, v. 26, n. 1, p. 97, 2018.

LEASK, Betty. Using Formal and Informal Curricula to Improve Interactions Between Home and International Students. **Journal Of Studies In International Education**, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 205-221, 26 jan. 2009. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1028315308329786>.

Lima, M. C.; Maranhão, C. M. S.de A. (2009) **O SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR MUNDIAL**: entre a internacionalização ativa e passiva. *Avaliação*, Campinas, v. 14, n.3, p. 583-610

LIMA, Manolita Correia; CONTEL, Fábio Betioli. **Internacionalização da Educação Superior**: Nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento. Editora: Alameda, São Paulo, SP. 2011.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. (Org.) **Linguística Aplicada na Modernidade Recente**: Festschrift para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola, 2013.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o como linguista aplicado. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Por Uma Linguística Indisciplinar**. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2006. p. 13-42.

LUCE, Maria Beatriz; FAGUNDES, Caterine Vila; MEDIEL, Olga González. Internacionalização da educação superior: a dimensão intercultural e o suporte institucional na avaliação da mobilidade acadêmica. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), [S.L.], v. 21, n. 2, p. 317-340, jul. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772016000200002>.

MARCELINO, Jocélia Martins; LAUXEN, Sirlei de Lourdes. O PAPEL DA IoC NA INTERNACIONALIZAÇÃO EM CASA. **Conferencia EnCidu**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 1-7, nov. 2018. Disponível em: <https://www.aidu-asociacion.org/wp-content/uploads/2019/09/24-O-PAPEL-DA-IOC-NA-INTERNACIONALIZAC%CC%A7A%CC%83O-EM-CASA.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MARQUEZAN, Reinoldo. A constituição do corpus de pesquisa. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 33, p. 97-110, abr. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3131/313128951008.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2023.

MOROSINI, Marília (comp.). **Fórum latino-americano de educação superior**. São Carlos: Pixel, 2015. 358 p.

MOROSINI, Marília (org.). **GUIA PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA**. Porto Alegre: Edipucrs, 2015. 270 p.

MOROSINI, Marilia Costa. Internacionalização do currículo: produção em organismos multilaterais. **Roteiro**, [S.L.], v. 43, n. 1, p. 115-132, 11 abr. 2018. Universidade do Oeste de Santa Catarina. <http://dx.doi.org/10.18593/r.v43i1.13090>.

MOROSINI, Marilia; CASSOL, Carla Camargo; FARIA, Cristina Elsner de; WHITSED, Craig (org.). **INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: práticas e reflexões do brasil e da austrália**. Porto Alegre: Edipucrs, 2021. 417 p.

NAFSA (Washington) (ed.). **About International Education**. Disponível em: <https://www.nafsa.org/about/about-international-education>. Acesso em: 15 abr. 2023.

NASCIMENTO, Ana Karina. NEOLIBERALISMO E LÍNGUA INGLESA: um estudo de caso por meio do PIBID. **Ilha do Desterro** v. 71, nº 3, p. 039-058, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/2175-8026.2018v71n3p39/37251> Acesso em: 25 mai. 2024

OLIVEIRA JUNIOR, Vanyldo Bernardino de. **POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: o caso da Uuniversidade Ffederal de sSergipe**. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração Pública, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016. Disponível em: [https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/12336/2/VANYLDO\\_BERNARDINO\\_OLIVEIRA\\_JUNIOR.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/12336/2/VANYLDO_BERNARDINO_OLIVEIRA_JUNIOR.pdf). Acesso em: 10 jul. 2023.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. **Manual de pesquisa em Estudos Linguísticos**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019. 160 p.

PENNYCOOK, Alastrair. Uma Linguística Aplicada Transgressiva. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Por Uma Linguística Indisciplinar**. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2006. Cap. 3. p. 67-83.

PPGEL. **GPLIES - Grupo de Pesquisa sobre Políticas Linguísticas e de internacionalização da Educação Superior**. 2022. Disponível em: <http://www.ppgel.ileel.ufu.br/grupos-de-pesquisa/gplies-grupo-de-pesquisa-sobre-politicas-linguisticas-e-de-internacionalizacao-da>. Acesso em: 12 dez. 2023.

PROLO, Ivor; VIEIRA, Rosilene Carla; LIMA, Manolita Correia; LEAL, Fernanda Geremias. Internacionalização das Universidades Brasileiras - Contribuições do Programa Ciência sem Fronteiras. **Administração: Ensino e Pesquisa**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 319-361, 2 maio 2019. ANGRAD. <http://dx.doi.org/10.13058/raep.2019.v20n2.1330>.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SOUSA SANTOS, B. de; MENESES, M. P. (Eds.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Consejo Latino americano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Repensar o papel da linguística aplicada. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Por Uma Linguística Indisciplinar**. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2006. Cap. 6. p. 149-166.

RAMALHO, Betania Leite; SANTOS, Guilherme Mendes Tomaz dos; CAMPOS, Jefferson Gustavo dos Santos. INTERNACIONALIZAÇÃO: reflexões sobre o contexto da educação superior no século xxi. **Boca**, Boa Vista, v. 12, n. 14, p. 1-11, 5 out. 2022. Zenodo. <http://dx.doi.org/10.5281/ZENODO.7145582>.

RIBEIRO, Patrícia Dias. Relação entre internacionalização e inovação nas empresas: um estudo de caso. **Revista do Bndes**, Rio de Janeiro, n. 46, p. 263-309, dez. 2016.

ROCHA, Décio; DAHER, Del Carmen. **Afinal, como funciona a Linguística Aplicada e o que pode ela se tornar?**. D.E.L.T.A[online], 2015, vol. 31, n.1, p.105-141

ROSA FILHO, Jeová Araújo; VOLPATO, Mayara; GIL, Gloria. Inglês como língua franca: representações e práticas de alunos e professores de língua inglesa no brasil. **Sociolinguística e Política Linguística: Olhares Contemporâneos**, [S.L.], p. 225-244, 4 ago. 2016. Editora Blucher. <http://dx.doi.org/10.5151/9788580391466-11>.

ROSA, Guilherme Suzin Pereira da. **PARADIPLOMACIA EDUCACIONAL TRANSFRONTEIRIÇA**: o acordo sobre localidades fronteiriças vinculadas entre o brasil e a argentina. 2023. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), Foz do Iguaçu, 2023. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/7235/Paradiplomacia%20Educacional%20Transfron>. Acesso em: 15 mar. 2023

SANTOS, Elaine Maria; GREGOLIN, Isadora Valencise. PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO:: um processo coletivo voltado para a materialização da política linguística da instituição. In: CHAGAS, Lucas Araujo; COELHO, João Paulo Pereira (org.). **Estudos Linguísticos e Internacionalização na Educação Superior::**

transdisciplinaridades, inovações e práxis. Cassilândia-Ms: Cleuems|Uuc, 2023. p. 32-46. Disponível em: <file:///C:/Users/lucorreia/Downloads/EstudosLinguisticoseInternacionalizaonaEducaoSuperiortransdisciplinaridadesinovaeseprxis-VersoFinal.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

SANTOS, Fernando Seabra; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A quarta missão da universidade**: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

SARMENTO, Simone; DA LUZ FONTES, Ana Beatriz Arêas. O legado linguístico do Ciência Sem Fronteiras. In: FREIRE Jr, José Celso; PANICO, Vanessa França Bonini. (org). **Programa Ciência sem Fronteiras**: idealização, desenvolvimento e resultados. São Paulo :Cultura Acadêmica Editora, 2021. p. 147 – 163.

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; LAGARES, Xoán Carlos. Política e planificação linguística:: conceitos, terminologias e intervenções no brasil. **Gragoatá**, Niterói, v. 32, n. 1, p. 11-27, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/lucorreia/Downloads/33029-Texto%20do%20Artigo-111274-1-10-20190823.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.

SERGIPE. Universidade Federal de Sergipe. Coordenação de Relações Internacionais - Cori. **CORI**. 2023a. Disponível em: <https://internacional.ufs.br/pagina/7074>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SERGIPE. Universidade Federal de Sergipe. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. **PDI 2022-2023**. 2023b. Disponível em: <https://pdi.ufs.br/pagina/24132-plano-de-desenvolvimento-institucional-2021-2025>. Acesso em: 21 jul. 2023.

SERGIPE. Universidade Federal de Sergipe. Superintendência de Indicadores de Desempenho Institucional da Universidade Federal de Sergipe. **UFS em Números**. 2023c. Disponível em: <https://indicadores.ufs.br/pagina/20165-ufs-em-numeros>. Acesso em: 11 jul. 2013.

SEVERO, Cristine Gorski. Política(s) linguística(s) e questões de poder. **Alfa: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 451-473, ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/5132/4670>. Acesso em: 12 abr. 2022.

SILVA, Willian Cleyton da. **A INTERNACIONALIZAÇÃO EM CASA COMO FERRAMENTA PARA PROMOÇÃO DE UMA INTERNACIONALIZAÇÃO**

**INCLUSIVA**: : o caso da universidade federal de santa catarina. 2021. 112 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/222909/Willian%20-%20TCC%20-%20Versao%20Final%20%28entrega%20assinado%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 jan. 2023.

SOUZA, Sanmires Santos; SANTOS, Elaine Maria. A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA IDIOMAS SEM FRONTEIRAS NO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES: o exemplo do isf-ufs. **Linc/Ufs**, São Cristóvão, v. 5, p. 458-470, ago. 2019.

SPOLSKY, Bernard. **Language Policy**. Somerville, MA. Cascadilla Press. 2005. p. 2157 - 2164

SPOLSKY, Bernard. Para uma Teoria de Políticas Linguísticas. **Revel**, [s. l], v. 14, n. 16, p. 32-44, mar. 2016a. Tradução de Paloma Petry. Revisão técnica de Pedro M. Garcez.

SPOLSKY, Bernard. POLÍTICAS LINGUÍSTICAS: uma entrevista com Bernard Spolsky. **Revel**, [s. l], v. 14, n. 26, p. 372-376, dez. 2016b. Tradução de: Ana Carolina Spinelli e Gabriel de Ávila Othero.

STALLIVIERI, Luciane. Compreendendo a internacionalização da educação superior. **Revista de Educação do Cogeime**, [s. l], v. 26, n. 50, p. 15-36, jun. 2017.

STALLIVIERI, Luciane. INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM CONTEXTOS (DES)FAVORÁVEIS. **Rivera**, Uruguay, p. 21-44, set. 2019.

STURZA, Eliana Rosa. Políticas Linguísticas e Políticas Universitárias: pesquisa, ensino e extensão. **Coloquios Celu**, [s. l], p. 1-5, 2009.

SZUNDY, Paula Tatianne Carréra; BARBARA, Leila (org). Maria Antonieta Celani e a Linguística Aplicada: pesquisadores multiplicadores em (inter)ações. Campina, SP. Mercado de Letras, 2013. Disponível em: <https://www.mercado-de-letras.com.br/resumos/pdf-17-02-14-8-40-38.pdf>. Acesso em 25 jun 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Processo nº 23113.024252/2018-90**. São Cristóvão, SE, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução n. 35** CONEPE, de 16 de agosto de 2018. Aprova a Política Linguística da UFS, São Cristóvão, SE, 2018.

WIKIPEDIA. **NAFSA: Association of International Educators**. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/NAFSA:\\_Association\\_of\\_International\\_Educators](https://en.wikipedia.org/wiki/NAFSA:_Association_of_International_Educators). Acesso em: 27 maio 2023.

WIT, Hans de. **Repensando o Conceito da Internacionalização**. 2013. UNICAMP. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/repensando-o-conceito>. Acesso em: 15 abr. 2023.

WIT, Hans de. The future of internationalization of higher education in challenging global contexts. **Etd - Educação Temática Digital**, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 538-545, 13 ago. 2020. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/etd.v22i3.8659471>.

WIT, Hans de; HUNTER, Fiona; HOWARD, Laura; EGRON-POLAK, Eva. **INTERNATIONALISATION OF HIGHER EDUCATION**: study. Brussels: European Parliament, 2015. 326 p. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2015/540370/IPOL\\_STU\(2015\)540370\\_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2015/540370/IPOL_STU(2015)540370_EN.pdf). Acesso em: 10 abr. 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookmand, 2001. 207 p

## ANEXOS

## RELAÇÃO DE CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR ESTRANGEIRAS

	PAÍS	INSTITUIÇÃO	TIPO DE CONVÊNIO	INÍCIO	TÉRMINO
1	<b>Alemanha</b>	Padagogische Hochschule Freiburg	Convênio de Cooperação	30/04/2019	29/04/2024
2	<b>Alemanha</b>	Karls Institute of Technology - KIT	Convênio de Cooperação	12/05/2020	11/05/2025
3	<b>Angola</b>	Universidade Rainha Njinga a Mbande	Convênio de Cooperação	10/07/2023	10/07/2028
4	<b>Argentina</b>	Universidade Nacional de Rosario	Convênio Marco	02/11/2021	02/11/2026
5	<b>Cabo Verde</b>	Universidade Jean Piaget de Cabo Verde	Convênio de Cooperação*	06/10/22	06/10/2026
6	<b>Canadá</b>	Toronto Metropolitan University	Memorando de Entendimento	22/04/2021	21/04/2026
7	<b>Canadá</b>	Memorial University of Newfoundland and Labrador	Acordo de Intercâmbio de Estudantes	14/11/2019	14/11/2024
8	<b>Canadá</b>	Queen's University	MoU - Memorando de Entendimento	17/05/2023	17/05/2028
9	<b>Chile</b>	Universidade de La Frontera	Convênio de Cooperação	18/01/2019	17/01/2024
10	<b>Chile</b>	Universidade de Santiago de Chile	Convênio de Cooperação	17/08/2021	17/08/2026
11	<b>Colômbia</b>	Universidade Nacional da Colômbia		09/07/2019	08/07/2024
12	<b>Espanha</b>	Universidade de Sevilla*	Convênio de Colaboração	03/08/2022	03/08/2027

			Acadêmica, Científica e Cultural		
13	<b>Espanha</b>	Universidade de Extremadura*	Acordo de Cooperação	03/01/2023	03/01/2028
14	<b>Estados Unidos</b>	Pennsylvania State University ("Penn State")- Faculdade de Artes e Letras*	Memorando de entendimento	20/05/2019	19/05/2024
15	<b>Estados Unidos</b>	Universidade de Novo México	Contrato de Uso de Propriedade Intelectual		
16	<b>Estados Unidos</b>	Universidade de Iowa	MoU - Memorando de entendimento	13/07/2021	13/07/2024
17	<b>França</b>	Clermont Auvergne Institut National Polytechnique (INP)		18/04/2023	17/04/2028
18	<b>França</b>	Université Paris Nanterre*	Acordo-quadro de cooperação	21/02/2019	20/02/2024
19	<b>França</b>	Universidade Paul Sabatier - Toulouse III*	Acordo Específico de Intercâmbio de Estudantes	11/06/2019	10/06/2024
20	<b>França</b>	Université de Tours*	Acordo Específico de Intercâmbio de Estudantes de Engenharia	09/03/2020	08/03/2025
21	<b>França</b>	Universidade de Poitiers	Memorando de Entendimento	02/08/2023	02/08/2028
22	<b>Peru</b>	Universidade Católica de Trujillo "Benedicto XVI" *	Convênio de Cooperação	19/05/2022	19/05/2027
23	<b>Portugal</b>	Universidade Fernando Pessoa		28/01/2019	27/01/2024
24	<b>Portugal</b>	Universidade de Coimbra	Convênio Acadêmico Internacional para Co-orientação de Tese	17/04/2020	16/04/2025

de doutorado					
25	<b>Portugal</b>	Universidade da Beira Interior	Convênio Acadêmico Internacional para Co-orientação de Tese de doutorado	05/06/2020	04/06/2025
26	<b>Portugal</b>	Universidade do Açores	MoU - Memorando de entendimento	22/12/2023	22/12/2025
27	<b>Portugal</b>	Instituto Politécnico de Bragança	Convênio Marco	10/09/2020	09/09/2025
28	<b>Portugal</b>	Universidade do Algarve	Protocolo de cooperação	09/09/2021	08/09/2026
29	<b>Portugal</b>	Universidade de Évora*	Protocolo Acadêmico Internacional	22/10/2021	22/10/2026
30	<b>Portugal</b>	Instituto Politécnico de Castelo Branco - IPCB	Convênio de cooperação	05/07/2021	05/06/2026
31	<b>Portugal</b>	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	Protocolo de Cooperação	17/05/2022	17/05/2027
32	<b>Portugal</b>	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV)	Acordo específico de execução de programa de estágio curricular obrigatório.		
33	<b>Portugal</b>	Universidade Aberta	Acordo de Cooperação Científica, Acadêmica e Cultural	20/10/2022	20/10/2027
34	<b>Senegal</b>	Universidade Assane Seck de Ziguinchor	Acordo de Cooperação Científica, Acadêmica e Cultural	21/09/2023	21/09/2028
35	<b>Suécia</b>	Universidade de Lund, Malmo	Convênio de Cooperação	06/02/2020	05/02/2025

Academy Of Music (SWEDEN)					
36	Uruguai	Universidad de La República (UDELAR)	Convênio de Cooperação	23/04/2021	22/04/2026
<b>Atualizado em: 09/01/2024</b>					

Para informações sobre formalização de parcerias internacionais ou mobilidade estudantil internacional (MEI), entre em contato: [dcm.cori@academico.ufs.br](mailto:dcm.cori@academico.ufs.br) ou (79) 3194 6788.

*Universidade Federal de Sergipe – Coordenação de Relações Internacionais  
 Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos  
 Av. Marechal Rondon, s/n. Jardim Rosa Elze – CEP 49100-000  
 São Cristóvão/SE - Brasil*



Serviço Público Federal



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS



## PROCESSO 23113.024252/2018-90

Cadastrado em 06/06/2018



Processo disponível para recebimento com  
código de barras/QR Code

<b>Nome(s) do Interessado(s):</b> ELAINE MARIA SANTOS LUIZ EDUARDO MENESES DE OLIVEIRA	<b>E-mail:</b> santoselaine@yahoo.com.br luizeduardo@ufs.br	<b>Identificador:</b> 2522010 1088492
<b>Tipo do Processo:</b> OUTROS		
<b>Assunto do Processo:</b> 000 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
<b>Assunto Detalhado:</b> SOLICITAÇÃO DE DELIBERAÇÃO E APROVAÇÃO DA POLÍTICA DE IDIOMAS PREPARADA PELO DLES		
<b>Unidade de Origem:</b> DEPARTAMENTO DE LETRAS ESTRANGEIRAS (11.24.07)		
<b>Criado Por:</b> LUIZ EDUARDO MENESES DE OLIVEIRA		
<b>Observação:</b> ---		

### MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino	Data	Destino
06/06/2018	DEPARTAMENTO DE LETRAS ESTRANGEIRAS (11.24.07)	18/07/2018	DEPARTAMENTO DE LETRAS ESTRANGEIRAS (11.24.07)
06/06/2018	CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS (11.24.00)	18/07/2018	CONSELHOS SUPERIORES (11.02)
15/06/2018	DEPARTAMENTO DE LETRAS ESTRANGEIRAS (11.24.07)	31/07/2018	GABINETE DO REITOR (11.03.00)
19/06/2018	PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (11.09.00)	31/07/2018	PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (11.08.00)
19/06/2018	DEPARTAMENTO DE APOIO DIDÁTICO E PEDAGÓGICO (11.09.03.00)	01/08/2018	GABINETE DO REITOR (11.03.00)
05/07/2018	DEPARTAMENTO DE LETRAS ESTRANGEIRAS (11.24.07)	01/08/2018	CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE (11.22.00)
11/07/2018	DEPARTAMENTO DE APOIO DIDÁTICO E PEDAGÓGICO (11.09.03.00)	21/11/2018	CONSELHOS SUPERIORES (11.02)
12/07/2018	DEPARTAMENTO DE LETRAS ESTRANGEIRAS (11.24.07)	26/11/2018	CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS (11.24.00)
12/07/2018	COORDENAÇÃO DO CURSO LICENCIATURA LETRAS INGLÊS E PORTUGUÊS INGLÊS (11.24.07.02)	26/11/2018	CONSELHOS SUPERIORES (11.02)
16/07/2018	COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (11.11.01)	26/11/2018	SETOR DE MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS (11.07.02)
16/07/2018	COORDENAÇÃO DO CURSO LICENCIATURA LETRAS INGLÊS E PORTUGUÊS INGLÊS (11.24.07.02)		
17/07/2018	PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (11.10.00)		
17/07/2018	COORDENAÇÃO DO CURSO LICENCIATURA LETRAS INGLÊS E PORTUGUÊS INGLÊS (11.24.07.02)		

ESQUELETO DE POLÍTICA DE IDIOMAS DA UFS

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO  
RESOLUÇÃO XXXXX/2018/CONEPE**

**Aprova a Política de Idiomas da UFS.**

**O CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO da Universidade Federal de Sergipe**, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer diretrizes para uma política de idiomas da UFS;

**CONSIDERANDO** o parecer da Relatora, **Cons<sup>a</sup> XXXXXXXXXXXX**, ao analisar o processo n<sup>o</sup> **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**;

**CONSIDERANDO** ainda, a decisão deste Conselho, em sua Reunião hoje realizada,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Aprovar a Política de Idiomas da Universidade Federal de Sergipe, de acordo com o Anexo que integra a presente Resolução.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor nesta data e revoga as disposições em contrário.

Sala das Sessões, XX de XXXXXX de 2018

**REITOR Prof. Dr. Angelo Roberto Antonioli  
PRESIDENTE**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO  
RESOLUÇÃO XXXXXXX/CONEPE**

**ANEXO I  
POLÍTICA DE IDIOMAS DA UFS**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** A Política de Idiomas da Universidade Federal de Sergipe estabelece valores, objetivos e competências que venham a nortear iniciativas, no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, voltadas às línguas estrangeiras na instituição.

**CAPÍTULO II  
Dos Valores da Política de Idiomas da UFS**

**Art. 2º** Ficam estabelecidos os seguintes valores:

I - Concepção de linguagem;

No que se refere ao conceito de linguagem, há duas correntes principais e contraditórias que dominam as discussões: uma que considera a linguagem como algo dado e pronto; outra que a considera como sempre em construção e cujo funcionamento estará sempre condicionado aos contextos de uso e circulação. Essa dualidade se aplica ainda a outros conceitos e que de alguma maneira estão conectados com o conceito de linguagem, tais como conhecimento, realidade, sociedade, cultura, educação, comunicação, sujeito e identidade. Para os fins deste documento, discorreremos abaixo sobre os conceitos de conhecimento, realidade, sociedade e língua, ressaltando-se, primeiramente, que este documento tem como objeto as línguas estrangeiras, incluído aí também o Português como Língua Estrangeira (PLE).

Um dos conceitos de conhecimento mais difundidos considera que ele é adquirido por meio de experiência sensorial e do raciocínio, de modo que é preciso fazer experiências e analisá-las para se aprender sobre algo. Sendo assim, tal conhecimento é resultado de fatos, que são objetivos, por estarem relacionados à realidade; e não de inferências ou julgamentos do sujeito, por serem subjetivos. Por outro lado, em uma perspectiva crítica, o conhecimento não é natural ou neutro, já que ele se baseia em regras discursivas de cada comunidade, sendo, portanto, ideológico. Dessa forma, acredita-se que o conhecimento é construído a partir das crenças e dos pressupostos dos membros de uma comunidade.

No que diz respeito à realidade, há aqueles que acreditam ser possível acessá-la, conhecê-la objetivamente, sem que haja nenhum tipo de interferência de valores ou crenças. É essa realidade objetiva que serve como referência para a interpretação de tudo que nos cerca. No entanto, por outro lado, assim como o conhecimento é construído socialmente, a realidade também o é e, por isso, não é possível apreendê-la de forma objetiva e definitiva a partir da linguagem. Ao descrever a realidade, seja por texto verbal ou não verbal, o sujeito o faz a partir de suas experiências adquiridas nas relações com os

membros do grupo a que pertence. Assim, ele só consegue usar os signos que estão de acordo com as crenças do grupo a que ele pertence. Por esse motivo, não se trata de afirmar que um fato é uma verdade por ser correspondente à realidade, mas é verdade por estar vinculado a um determinado contexto. Essa visão de realidade pressupõe um sujeito que nela intervém: um sujeito, portanto, dinâmico, contraditório e também permeado pelas tensões existentes entre as diversas forças que operam na interação social, em oposição a um sujeito visto como pronto e imutável, portador de uma identidade essencial com a qual já teria nascido.

A relação entre linguagem e sociedade é mutuamente determinante, pois não é apenas a interação social – as instâncias de uso na sociedade – que define a linguagem, mas é a linguagem que também ajuda a dar forma a subjetividades individuais e coletivas. A linguagem, assim, tanto reflete quanto ajuda a definir as relações sociais. Esse é um aspecto de suma importância, pois cria as condições para um trabalho contextualizado do uso da linguagem, evitando uma visão iluminista de linguagem que a considere como algo separado da realidade: uma entidade autônoma que não tem efeito real sobre o mundo.

Visões economicistas de linguagem e sociedade também dão conta dessa separação por considerar que a linguagem não pode ser responsabilizada nem por causar nem por evitar os efeitos das desigualdades sociais. Há, pois, quem acredite que a linguagem é algo totalmente diferente de coisas reais e concretas e defende que a linguagem e o discurso são fatores secundários e não têm poder para definir o real e o social. Assim, a linguagem, empiricamente falando, não teria poder sobre as desigualdades sociais, tanto para causá-las quanto para evitá-las. Acreditamos, no entanto, que o acesso a outras línguas, ou a diferentes variedades de uma mesma língua, tem efeitos marcantes sobre a identidade de um falante, influenciando fortemente a maneira como ele enxerga a realidade ou se relaciona com ela e com a sociedade como um todo. São justamente essas relações complexas entre linguagem, sociedade e realidade que dão grande peso aos contextos de uso. Portanto, é redutivo pensar que a linguagem seja apenas um produto da realidade e não um construto capaz de moldá-la.

Língua, por fim, pode ser entendida como algo fixo, estável, que são aquelas normas apresentadas na gramática e no dicionário, privilegiando geralmente um único tipo de usuário e de contexto. Por outro lado, quando se considera as variações contextuais, reconhece-se que, mais do que um instrumento de comunicação, a língua *constrói* a comunicação. Portanto, os significados não são dados, não estão com o autor do texto; pelo contrário, os significados são construídos durante o processo de interação (seja em um texto escrito, seja em um texto oral ou multimodal) e refletem, conseqüentemente, os valores, pressupostos, saberes e representações do grupo a que pertencemos.

Essa relação dinâmica entre realidade, linguagem, conhecimento e meio social é importante na medida em que reforça a ideia de que as configurações de linguagem e demais conceitos são sensíveis aos contextos, estão constantemente envoltas em relações de poder e são passíveis de transformação. Há, portanto, uma inter-relação entre esses elementos que cria condições para uma contínua e mútua redefinição. Essa dinamicidade é fundamental, também, para se pensar uma política de idiomas que norteie as ações, interações e intercâmbios realizados no interior da academia e entre seus sujeitos e os sujeitos externos a ela.

## II - Cooperação Norte-Sul e Sul-Sul;

A relação do Brasil com países do Hemisfério Norte depende largamente do uso da língua inglesa. Sendo o idioma preponderante nas relações internacionais, é fundamental sua inclusão numa política de idiomas desta natureza. No entanto, há que se pensar ainda nas

relações Sul-Sul, fundamentais também para a política de cooperação internacional do país. Assim, outros idiomas ocupam também papel de destaque. Um deles é o espanhol, devido à sua presença e importância regional como idioma dos países vizinhos. O Português como Língua Estrangeira (PLE) também deve ser destacado, já que pode incentivar o intercâmbio com professores, estudantes e pesquisadores envolvendo outros países tanto do Hemisfério Norte quanto do Hemisfério Sul, o mesmo acontecendo com o Francês e as notórias relações que podem ser feitas tanto com o hemisfério norte, quanto com o sul. É, portanto, uma forma de valorizar, fortalecer e disseminar nosso idioma oficial.

### III - Diversidade cultural e linguística;

Diante de uma concepção de linguagem que privilegia a diversidade e a pluralidade, é importante ressaltar a dimensão não apenas linguística mas também cultural que essa concepção pressupõe. Essa política de idiomas leva em consideração a inter-relação entre os diversos idiomas em contato em determinados contextos sem pressupor uma hierarquização entre si. O mesmo se aplica às diversas variedades linguísticas e expressões culturais nas comunidades em que um determinado idioma é falado. Dessa forma, a interação, o compartilhamento e o intercâmbio entre pessoas de diferentes países e comunidades é uma ótima oportunidade de enriquecimento linguístico e cultural para todos os envolvidos, bem como em seus processos de transformação identitária.

### IV - Inclusão

Diante do exposto acima, a política de idiomas aqui apresentada tem como um de seus pressupostos básicos a ideia de que o acesso a diferentes línguas e culturas é fundamental para a inclusão tanto social quanto intelectual, levando-se em consideração que a diversidade linguística dá acesso a variados discursos e permite uma maior gama de construção de conhecimentos em circulação no meio acadêmico e fora dele.

## **CAPÍTULO III**

### **Dos objetivos da Política de Idiomas da UFS**

Art. 3º Ficam estabelecidos os seguintes objetivos:

I - Definir os valores, objetivos, formas de desenvolvimento e competências relativos às ações de ensino e aprendizagem de idiomas no âmbito da UFS, considerando as políticas públicas vigentes;

II – Possibilitar experiências de diversidade linguística e cultural nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFS, favorecendo ações de internacionalização;

III – Trabalhar o ensino de idiomas, objetivando promover a democratização do acesso a variados discursos possibilitados pelas línguas estrangeiras, visando à inclusão social e ao desenvolvimento de práticas que incentivem os processos de internacionalização da UFS;

IV - Favorecer a sistematização de ações de ensino e aprendizagem de idiomas, bem como de pesquisas voltadas para essa área, capazes de promover a interação entre a comunidade interna e externa à universidade;

V – Fomentar acordos de cooperação entre instituições estrangeiras e a UFS com vistas à diversidade linguística e cultural e em consonância com as práticas voltadas ao processo de internacionalização da universidade;

VI – Contribuir para o desenvolvimento linguístico e a ampliação do repertório cultural local;

VII – Ampliar os espaços formativos de professores de línguas.

## **CAPÍTULO IV**

### **Do Desenvolvimento da Política de Idiomas da UFS**

Art. 4º Ficam estabelecidas as seguintes possibilidades de desenvolvimento da política de idiomas:

Parágrafo Único. A política de idiomas deve ser fomentada por meio de ações internas e externas, de ensino, pesquisa e extensão.

I – Por intermédio de projetos de pesquisa que objetivem investigar ações relacionadas ao ensino, aprendizagem e formação de professores de idiomas.

II – Por meio de projetos de extensão os quais fomentem o ensino e a aprendizagem de idiomas da comunidade interna e/ou externa à UFS, a discussão sobre formação de professores de línguas (ações de formação inicial ou continuada).

III – Pela via do ensino no âmbito da universidade nos cursos de graduação e/ou pós-graduação.

IV – Pelo intercâmbio de professores, pesquisadores e estudantes, tanto da graduação quanto da pós-graduação, falantes de outros idiomas, além do português, estrangeiros ou não, contribuindo para o processo de internacionalização.

## **CAPÍTULO V**

### **Das competências**

**Parágrafo Único.** A implantação, administração e manutenção da política de idiomas da UFS ficará a cargo do Departamento de Letras Estrangeiras, com o apoio de parceiros institucionais.

Art. 5º Ficam estabelecidas as seguintes competências:

**Ao DLES compete:**

- Promover, acompanhar, avaliar o desenvolvimento dessa política de idiomas, por meio de diversas ações-programas-parcerias voltadas para o desenvolvimento das Línguas Estrangeiras na UFS;
- Fomentar e/ou auxiliar, em parceria com a POSGRAP-CORI, ações de internacionalização;
- Incentivar ações que fomentem a pluralidade e a diversidade, sejam elas linguísticas ou culturais, pensando em sujeitos híbridos, em constante processo de reconstrução identitária, e em envoltos em um ambiente que privilegia práticas multiculturais e transculturais.

**À POSGRAP/CORI compete:**

- Fomentar a cooperação para pesquisas bilaterais e multilaterais, tendo como base a língua estrangeira;
- Apoiar atividades e/ou ações que incentivem práticas plurilíngues de alunos, professores, e servidores da UFS, tanto no país quanto no exterior;
- Apoiar iniciativas que promovam o estabelecimento de um ambiente multicultural e transcultural no âmbito da Pós-Graduação.
- acompanhar e apoiar Programas/Projetos de ensino de línguas vinculados a convênios e termos de cooperação com instituições ou agências de fomento;
- promover a cooperação interinstitucional e a mobilidade acadêmica;
- realizar prospecção de parceiros nacionais e internacionais para convênios e termos de cooperação, visando o ensino de línguas e a internacionalização;
- promover e acompanhar ações de acolhimento ao estudante estrangeiro na UFS.

**Ao DLEV e DELI compete:**

- apoiar ações voltadas ao fortalecimento do PLE na instituição, a partir de atividades focadas no tripé ensino, pesquisa e extensão;
- participar de ações conjuntas com o DLES, visando ao desenvolvimento do PLE na instituição.

**À PROEX compete:**

- elaborar, lançar e monitorar a execução de editais de projetos de extensão associados ao desenvolvimento das línguas estrangeiras;
- fomentar atividades artísticas e culturais relacionadas às línguas estrangeiras e suas literaturas.

**À PROGRAD compete:**

- incentivar atividades destinadas à valorização das línguas estrangeiras nos currículos de Graduação;
- incentivar e apoiar as atividades culturais e ações destinadas ao ensino das línguas estrangeiras entre os alunos da Graduação;
- apoiar, incentivar e proporcionar a valorização de práticas focadas na vivência em língua estrangeira ao aluno de Graduação.

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 6.** Quaisquer solicitações de alterações ou revisões desta resolução devem ser encaminhadas para o DLES.

**Art. 7.** Os casos omissos nessa portaria serão resolvidos por comissão estabelecida pelo Departamento de Letras Estrangeiras da Universidade Federal de Sergipe.

Sala das Sessões, XXXXXX de 2018

**REITOR Prof. Dr. Angelo Roberto Antonioli  
PRESIDENTE**



1 Dario Pagel para participar, como convidado, das Reuniões do Conselho da FIPF, do dia 27  
 2 de maio a 1.º de junho, em Paris, França, e do 17.º Congresso latino-americano de Professores  
 3 de Francês (SEDIFRALE), do dia 2 a 10 de junho, em Bogotá, na Colômbia; 5) Homologação  
 4 do afastamento do Prof. Renilson Santos Oliveira para participar do 17.º Congresso latino-  
 5 americano de Professores de Francês (SEDIFRALE), do dia 2 a 10 de junho, em Bogotá, na  
 6 Colômbia; 6) Homologação do afastamento do Prof. Wellington Júnio Costa para participar  
 7 do 17.º Congresso latino-americano de Professores de Francês (SEDIFRALE), do dia 2 a 10  
 8 de junho, em Bogotá, na Colômbia; 7) Homologação da validação dos diplomas da nova  
 9 professora de Língua Espanhola, Roana Rodrigues, *ad referendum*; 8) Deliberação sobre o  
 10 Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor(a) Substituto(a) de Língua e  
 11 Literatura Espanhola, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas; 9) Designação de tutor  
 12 do estágio probatório da professora Roana Rodrigues; 10) Homologação dos Planos de  
 13 Atividade Docente (PAD) dos professores do DLES; 11) Apreciação da política de idiomas da  
 14 UFS; 12) Apreciação do grupo de pesquisa da professora Raquel La Corte; 13) O que ocorrer.

15 XXX  
 16 XXX

17 PONTO 11: Apreciação da política de idiomas da UFS. Foi passada a palavra à professora  
 18 Elaine Maria Santos, coordenadora do Inglês sem fronteiras – Isf, que explicou sobre a  
 19 necessidade de se regulamentar diretrizes para uma Política de Idiomas da Universidade  
 20 Federal de Sergipe, estabelecendo valores, objetivos e competências que venham a nortear  
 21 iniciativas, no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, voltadas às línguas estrangeiras na  
 22 instituição. Explicou ainda que o documento, elaborado pelos professores Vanderlei José  
 23 Zacchi, Elaine Maria Santos e Ana Karina de Oliveira Nascimento, já havia sido encaminhado  
 24 para os professores dario Pagel, de francês, e Doris Matos, de espanhol, e que era de  
 25 fundamental importância que o DLES se responsabilizasse por tal iniciativa. **Decisão:**  
 26 aprovada a minuta de Resolução que regulamenta a política de idiomas da UFS.

27 XXX  
 28 XXX

29 Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho declarou encerrada a reunião, lavrando  
 30 a presente Ata, que, se aprovada, será assinada pelos presentes.

31 01- \_\_\_\_\_

Luiz Eduardo Meneses de Oliveira  
 Presidente do Conselho Departamental  
 SIAPE: 1088492

*Luiz Eduardo Meneses de Oliveira*  
 Chefe do Departamento de Letras - Ciências  
 Matr. SIAPE 1088492

1 Santos, Elisama Ferreira de Souza, Gabriela Rodrigues Botelho, Vanessa Machado de  
2 Almeida Ferreira. XXX

3 XXX

4 Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho declarou encerrada a reunião, lavrando  
5 a presente Ata, que, se aprovada, será assinada pelos presentes.

6 01- \_\_\_\_\_

**LUIZ EDUARDO MENESSES DE OLIVEIRA**  
Chefe de Departamento de Letras Estrangeiras  
Matr. Siape 1088492

Luiz Eduardo Meneses de Oliveira  
Presidente do Conselho Departamental  
SIAPE: 1088492



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Interlocutório Nº ---/2018 - DLES (11.24.07)

São Cristóvão-SE, 06 de Junho de 2018

Prezados, Solicito deliberação e aprovação da política de idiomas preparada pelo DLES para que seja encaminhada para as instâncias superiores, até a sua aprovação como resolução. É importante destacar no documento que a aprovação da política de idiomas é condição exigida pelo Núcleo Gestor do Programa Idiomas sem Fronteiras para que a UFS continue recredenciada no programa Idiomas sem Fronteiras, junto ao MEC, devendo a resolução ser aprovada até agosto, e a UFS continue com o Programa Idiomas sem Fronteiras.

*(Assinado eletronicamente em 2018-06-06 16:11:05.036)*

LUIZ EDUARDO MENESES DE OLIVEIRA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

Matrícula: LUIZ EDUARDO MENESES DE OLIVEIRA (1088492)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

**Interlocutório N° ---/2018 - CECH (11.24.00)**

**São Cristóvão-SE, 15 de Junho de 2018**

À Chefia do DLES,

Para as seguintes providências.

Att.

*(Assinado eletronicamente em 2018-06-15 15:46:53.619)*

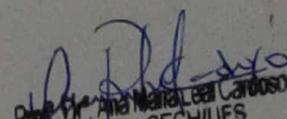
ANA MARIA LEAL CARDOSO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: ANA MARIA LEAL CARDOSO (1039769)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
CONSELHO DE CENTRO

Extrato de ata da reunião ordinária de Conselho do Centro de Educação e Ciências Humanas realizada em 15 de junho de 2018.

1 Aos quinze (15) dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta minutos, no  
2 Auditório do CECH, localizado na Didática III, na Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos",  
3 realizou-se uma reunião ordinária do Conselho e da Coordenação de Cursos do Centro Educação e  
4 Ciências Humanas, convocada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Leal Cardoso, para análise dos seguintes  
5 pontos em pauta: 1) Informes; 2) Memorando 68/2018 – Eleições do DPS; Relatora: Alzenira Aquino  
6 de Oliveira (DELI); 3) Proc. 23113.020411/2018-87 – Afastamento para fora do país da Prof.<sup>a</sup> Elaine  
7 Maria Santos (DLES/Inglês); Relatora: Profa. Laura Camila Braz de Almeida (DLES); 4) Proc.  
8 23113.024252/2018-90 – Política de idiomas do DLES; Relator: Genésio José dos Santos (CECH  
9 /DGE); 5) Proc. 23113.007926/2018-91 – Concurso Público para Contratação Efetiva (DTE); Relator:  
10 Marcos Fonseca Ribeiro Balieiro (DFL); 6) O que ocorrer. A reunião foi presidida pela Prof.<sup>a</sup> Ana Maria  
11 Leal Cardoso, Diretora do CECH. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Genésio José dos  
12 Santos/CECH, Silvana Aparecida Bretas/DED, Marcos Fonseca Ribeiro Balieiro/DFL, Ricardo  
13 Nascimento Abreu/DLEV, Hector Julian Tejada Herrera/DPS, Gerson Praxedes Silva/DTE, Eduardo  
14 Antônio Conde Garcia Júnior/DMU, Alzenira Aquino de Oliveira/DELI, Hélio Mário de Araújo/DGE,  
15 Carlos Franco Liberato de Sousa/DHI, Luiz Eduardo Meneses de Oliveira/DLES, Carlos César  
16 Mascarenhas de Souza – DTE (representante docente), Vanderlei José Zacchi– DLES (representante  
17 docente), Matheus Coutinho Pacheco (representante discente), Fábio da Rocha – representante dos  
18 Técnicos Administrativos (CECH) e Luiz Henrique P. Quintela - representante dos Técnicos  
19 Administrativos (CECH). A Profa. Laura Camila Braz de Almeida/DLEV justificou sua falta; .....  
20 .....  
21 4) Proc. 23113.024252/2018-90 – Política de idiomas do DLES; Relator: Genésio José dos Santos  
22 (CECH /DGE). Foi passada a palavra ao Conselheiro Prof. Genésio José dos Santos para leitura de  
23 seu parecer: "Sou de parecer favorável ao pleito, com a certeza de que, os cursos de Línguas  
24 Estrangeiras, O Centro de Ciências Humanas e a Universidade Federal de Sergipe, só terão a ganhar  
25 com o projeto em pauta. Posto em votação, o Conselho aprovou o parecer do relator. ....  
26 .....  
27 Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Fábio da Rocha, secretariei e lavrei a  
28 presente ata que, se aprovada, será assinada por todos os presentes.

  
Prof. Dr. Ana Maria Leal Cardoso  
Diretora do CECH/UFSE  
Port. nº 1218/11 SIAPE 1039769

PARECER SOBRE SOLICITAÇÃO DE DELIBERAÇÃO E APROVAÇÃO DA POLÍTICA  
DE IDIOMAS PREPARADA PELO DLES.  
(PROCESSO 23113.024252/2018-90)

**CONSIDERANDO:**

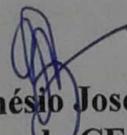
1. O aporte legal componente do processo em pauta com suas respectivas peças (SUGESTÃO DE RESOLUÇÃO, DIRETRIZES DA POLÍTICA DE IDIOMAS, ATA DO DLES (com aprovação), INTERLOCUTÓRIO);
2. A importância não somente para o Departamento de Línguas Estrangeiras, mas principalmente para a Universidade Federal de Sergipe;
3. O empenho dos professores componentes da Comissão Elaboradora do Projeto em pauta e seus respectivos departamentos;
4. A institucionalização do projeto em pauta e sua respectiva internacionalização,

**PARECER:**

Sou de parecer favorável ao pleito, com a certeza de que, os cursos de Línguas Estrangeiras, o Centro de Ciências Humanas e a Universidade Federal de Sergipe, só terão a ganhar com o projeto em pauta.

“ \_\_\_\_\_ ”

São Cristóvão, 14 de junho de 2018.



Prof. Dr. Genésio José dos Santos  
Conselheiro de CECH/DGE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Interlocutório N° ---/2018 - DLES (11.24.07)

São Cristóvão-SE, 19 de Junho de 2018

Prezados, para análises e providências.

*(Assinado eletronicamente em 2018-06-19 10:09:09.639)*  
LUIZ EDUARDO MENESES DE OLIVEIRA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: LUIZ EDUARDO MENESES DE OLIVEIRA (1088492)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

**Interlocutório N° ---/2018 - PROGRAD (11.09.00)**

**São Cristóvão-SE, 19 de Junho de 2018**

Ao DEAPE,

Para análise e pronunciamento.

Atenciosamente,

*(Assinado eletronicamente em 2018-06-19 11:09:40.457)*

DILTON CANDIDO SANTOS MAYNARD

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

Matrícula: DILTON CANDIDO SANTOS MAYNARD (2332689)



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO**

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos

São Cristóvão (SE) CEP 49.100-000 Tel. (079) 3194-6457 e-mail: [deape@ufs.br](mailto:deape@ufs.br)

**PARECER n°8/2018/DEAPE/PROGRAD/UFS**

**ASSUNTO:** Solicitação de deliberação e aprovação da política de idiomas preparada pelo DLES

**PROCEDÊNCIA:** Departamento de Letras Estrangeiras

**PROCESSO:** 23113.024252/2018-90

**I – PEÇAS DO PROCESSO**

1. Minuta de Resolução que aprova a Política de Línguas da UFS;
2. Ata da Reunião Ordinária do Conselho Departamental de Letras Estrangeiras da Universidade Federal de Sergipe, do dia 21 de maio de 2018;
3. Ata da Reunião Ordinária do Conselho do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe, do dia 14 de junho de 2018;

**II – DOS REFERENCIAIS NORTEADORES**

1. **Resolução n° 16/98/CONSU**, que Aprova adequação do Regimento Geral da Universidade Federal de Sergipe;
2. **Resolução n° 21/99/CONSU**, que Homologa alterações no Estatuto da Universidade Federal de Sergipe propostas pelo SESu/MEC.
3. **Resolução n° 014/2015/CONEPE**, que Aprova alterações nas Normas do Sistema Acadêmico de Graduação da Universidade Federal de Sergipe;
4. O Plano de Desenvolvimento Institucional (**PDI**) **2016-2020** da Universidade Federal de Sergipe.

**III - HISTÓRICO**

Em 06 de junho de 2018, foi aberto processo pelo Departamento de Letras Estrangeiras, que trata da elaboração de Minuta de Resolução da Política de Idiomas da Universidade Federal de Sergipe. Tal proposta de Resolução obteve aprovação do Conselho Departamental de Letras Estrangeiras em 21 de maio de 2018, o qual ressaltou a importância de que o DLES se responsabilizasse por tal iniciativa.

Em 15 de junho de 2018, o Conselheiro Prof. Dr. Genésio José dos Santos emitiu parecer favorável ao pleito, destacando os possíveis ganhos para os cursos de Línguas do CECH, o qual foi aprovado pelo Conselho do Centro de Educação de Ciências Humanas (CECH/UFS).

Em 19 de junho de 2018, a direção do CECH anexou Ata e o processo foi encaminhado à PROGRAD, com imediato envio de pedido de análise e manifestação ao Departamento de Apoio Didático Pedagógico (DEAPE/PROGRAD).

### **III - DA ANÁLISE**

O Departamento de Letras Estrangeiras é a unidade de administração acadêmica responsável pelos cursos de Letras Inglês, Letras Português/Inglês, Letras Espanhol, Letras Português/Espanhol, Letras Francês e Letras Português/Francês, em diferentes turnos. Além disso, tem concentrado um número significativo de projetos de pesquisa e de extensão na área de linguagem no âmbito da Universidade Federal de Sergipe.

A Minuta de Resolução apresentada estabelece valores, objetivos e competências a serem desenvolvidos como Política de Línguas da instituição. Nela, estão descritos conceitos norteadores e ações de ensino, de pesquisa e de extensão. Além disso, prevê a criação de comissão para acompanhamento de casos não contemplados pela resolução em questão.

Vale destacar, porém, que o texto da Minuta apresenta problemas de adequação à linguagem de resolução, de modo a torná-la mais clara e objetiva. Nesse sentido, é preciso atentar, principalmente, para o texto do Art. 2º, colocando-se, apenas, o principal conceito norteador. Por sua vez, todo o texto do Capítulo V precisa ser separado por artigos, inclusive o parágrafo único.

Apesar de a proposta ter sido aprovada em reunião de Conselho do DLES e do CECH, há a necessidade de se consultar as unidades citadas na resolução – a saber: Coordenação de Relações Internacionais (CORI/POSGRAP), Departamento de Letras Vernáculas, Departamento de Libras e PROEX –, uma vez que a resolução traz demandas institucionais a cada uma delas. Isso não significa que haja inadequações quanto às Normas Acadêmicas (Resolução nº 014/2015/CONEPE) ou às competências dessas unidades descritas no Regimento Interno (Resolução nº 16/98/CONSU) e no Estatuto da UFS (Resolução nº 21/99/CONSU). Há uma especificação das ações e, por isso, a necessidade de pronunciamento.

Ao que compete à PROGRAD, foi citado o incentivo às atividades de línguas estrangeiras nos currículos de Graduação. Como a interlocução com os Departamentos para alterações nos PPC se dá pelo Departamento de Apoio Didático Pedagógico (DEAPE/PROGRAD), reitero que essa ação já vem sendo executada por esta unidade, mas que, por vezes, esbarra na negativa do DLES em aprovar componentes obrigatórios para esta finalidade.

Destaco, por fim, a importância da elaboração dessa Resolução para instituir a política de Línguas da UFS. Afinal, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (2016-2020), as pró-reitorias devem “incentivar o aprendizado de língua estrangeira com vistas à internacionalização dos alunos e docentes”.

### **IV – DO PARECER**

Diante do exposto e considerando:

- A solicitação do Departamento de Letras Estrangeiras;
- A institucionalização da Política de Línguas da UFS;
- A necessidade de pronunciamento das unidades envolvidas;

Nosso parecer é favorável à aprovação da Minuta desde que haja a adequação do texto à linguagem de resolução, bem como o pronunciamento das unidades administrativas acadêmicas citadas e posterior encaminhamento ao CONEPE.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Livia de Rezende Cardoso  
**DEAPE/PROGRAD/UFS**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Interlocutório Nº ---/2018 - DLES (11.24.07)

São Cristóvão-SE, 12 de Julho de 2018

Para providências.

*(Assinado eletronicamente em 2018-07-12 12:34:00.052)*  
LUIZ EDUARDO MENESES DE OLIVEIRA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: LUIZ EDUARDO MENESES DE OLIVEIRA (1088492)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Interlocutório Nº ---/2018 - LLIPI (11.24.07.02)

São Cristóvão-SE, 16 de Julho de 2018

Diante do parecer favorável do DEAPE e da solicitação de alguns ajustes, encaminho a Política de Idiomas da UFS para apreciação da Coordenação de Relações Internacionais, para que a referida coordenação assinale ter ciência do teor da política de idiomas, retornando, logo após, à Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras Inglês e Português-Inglês (LLIPI).

Pedimos urgência na análise e retorno do processo, uma vez que a aprovação da política de idiomas da UFS é mandatória para que o Programa Idiomas sem Fronteiras continue a desempenhar suas funções na UFS. Tendo-nos sido dado o prazo até final de agosto de 2018, para que a Resolução aprovada seja enviada ao Núcleo Gestor do Programa, ligado ao SESu / MEC.

Segue a Política com os ajustes solicitados pelo DEAPE. Para facilitar a análise da CORI, copio, abaixo, trecho do Capítulo V, art. 5º., § 2º, em que a CORI é referenciada:

§ 2º À POSGRAP/CORI compete:

- I - Fomentar a cooperação para pesquisas bilaterais e multilaterais, tendo como base a língua estrangeira;
- II - Apoiar atividades e/ou ações que incentivem práticas plurilíngues de alunos, professores, e servidores da UFS, tanto no país quanto no exterior;
- III - Apoiar iniciativas que promovam o estabelecimento de um ambiente multicultural e transcultural no âmbito da Pós-Graduação.
- IV - acompanhar e apoiar Programas/Projetos de ensino de línguas vinculados a convênios e termos de cooperação com instituições ou agências de fomento;
- V - promover a cooperação interinstitucional e a mobilidade acadêmica;
- VI - realizar prospecção de parceiros nacionais e internacionais para convênios e termos de cooperação, visando o ensino de línguas e a internacionalização;
- VII - promover e acompanhar ações de acolhimento ao estudante estrangeiro na UFS.

*(Assinado eletronicamente em 2018-07-16 00:55:51.084)*

ELAINE MARIA SANTOS  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: ELAINE MARIA SANTOS (2522010)

ESQUELETO DE POLÍTICA DE IDIOMAS DA UFS

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO  
RESOLUÇÃO XXXXX/2018/CONEPE**

**Aprova a Política de Idiomas da UFS.**

**O CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO da Universidade Federal de Sergipe**, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer diretrizes para uma política de idiomas da UFS;

**CONSIDERANDO** o parecer da Relatora, **Cons<sup>a</sup> XXXXXXXXXXXX**, ao analisar o processo n<sup>o</sup> **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**;

**CONSIDERANDO** ainda, a decisão deste Conselho, em sua Reunião hoje realizada,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Aprovar a Política de Idiomas da Universidade Federal de Sergipe, de acordo com o Anexo que integra a presente Resolução.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor nesta data e revoga as disposições em contrário.

Sala das Sessões, XX de XXXXXX de 2018

**REITOR Prof. Dr. Angelo Roberto Antonioli  
PRESIDENTE**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO  
RESOLUÇÃO XXXXXXX/CONEPE**

**ANEXO I  
POLÍTICA DE IDIOMAS DA UFS**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** A Política de Idiomas da Universidade Federal de Sergipe estabelece valores, objetivos e competências que venham a nortear iniciativas, no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, voltadas às línguas estrangeiras na instituição.

**CAPÍTULO II  
Dos Valores da Política de Idiomas da UFS**

**Art. 2º** Ficam estabelecidos os seguintes valores:

I - Concepção de linguagem – a linguagem é vista como sempre em construção e cujo funcionamento estará sempre condicionado aos contextos de uso e circulação, por intermédio de uma perspectiva crítica, em que o conhecimento não é visto como natural ou neutro, sendo, portanto, ideológico.

II - Relação entre linguagem e sociedade – a linguagem tanto reflete quanto ajuda a definir as relações sociais, criando as condições para um trabalho contextualizado do uso da linguagem, evitando-se uma visão iluminista de linguagem que a considere como algo separado da realidade.

III – Concepção de língua – mais do que um instrumento de comunicação, a língua *constrói* a comunicação. Portanto, os significados são construídos durante o processo de interação (seja em um texto escrito, seja em um texto oral ou multimodal) e refletem os valores, pressupostos, saberes e representações do grupo a que pertencemos.

IV - Cooperação Norte-Sul – a relação do Brasil com países do Hemisfério Norte depende largamente do uso da língua inglesa. Sendo o idioma preponderante nas relações internacionais, é fundamental sua inclusão numa política de idiomas desta natureza. Devem, também, ser destacados os papéis do Francês, Espanhol e Português como Língua Estrangeira (PLE)

V - Cooperação Sul-Sul – as relações Sul-Sul são fundamentais também para a política de cooperação internacional do país. Assim, os papéis do inglês, espanhol, Português como Língua Estrangeira (PLE) e francês devem ser destacados

VI - Diversidade cultural e linguística – essa política de idiomas leva em consideração a inter-relação entre os diversos idiomas em contato em determinados contextos sem

pressupor uma hierarquização entre si. O mesmo se aplica às diversas variedades linguísticas e expressões culturais nas comunidades em que um determinado idioma é falado.

VII - Inclusão – a política de idiomas aqui apresentada tem como um de seus pressupostos básicos a ideia de que o acesso a diferentes línguas e culturas é fundamental para a inclusão tanto social quanto intelectual.

### **CAPÍTULO III**

#### **Dos objetivos da Política de Idiomas da UFS**

Art. 3º Ficam estabelecidos os seguintes objetivos:

I - Definir os valores, objetivos, formas de desenvolvimento e competências relativos às ações de ensino e aprendizagem de idiomas no âmbito da UFS, considerando as políticas públicas vigentes;

II – Possibilitar experiências de diversidade linguística e cultural nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFS, favorecendo ações de internacionalização;

III – Trabalhar o ensino de idiomas, objetivando promover a democratização do acesso a variados discursos possibilitados pelas línguas estrangeiras, visando à inclusão social e ao desenvolvimento de práticas que incentivem os processos de internacionalização da UFS;

IV - Favorecer a sistematização de ações de ensino e aprendizagem de idiomas, bem como de pesquisas voltadas para essa área, capazes de promover a interação entre a comunidade interna e externa à universidade;

V – Fomentar acordos de cooperação entre instituições estrangeiras e a UFS com vistas à diversidade linguística e cultural e em consonância com as práticas voltadas ao processo de internacionalização da universidade;

VI – Contribuir para o desenvolvimento linguístico e a ampliação do repertório cultural local;

VII – Ampliar os espaços formativos de professores de línguas.

### **CAPÍTULO IV**

#### **Do Desenvolvimento da Política de Idiomas da UFS**

Art. 4º Ficam estabelecidas as seguintes possibilidades de desenvolvimento da política de idiomas:

Parágrafo Único. A política de idiomas deve ser fomentada por meio de ações internas e externas, de ensino, pesquisa e extensão.

I – Por intermédio de projetos de pesquisa que objetivem investigar ações relacionadas ao ensino, aprendizagem e formação de professores de idiomas.

II – Por meio de projetos de extensão os quais fomentem o ensino e a aprendizagem de idiomas da comunidade interna e/ou externa à UFS, a discussão sobre formação de professores de línguas (ações de formação inicial ou continuada).

III – Pela via do ensino no âmbito da universidade nos cursos de graduação e/ou pós-graduação.

IV – Pelo intercâmbio de professores, pesquisadores e estudantes, tanto da graduação quanto da pós-graduação, falantes de outros idiomas, além do português, estrangeiros ou não, contribuindo para o processo de internacionalização.

### **CAPÍTULO V**

### **Das competências**

Art. 5º A implantação, administração e manutenção da política de idiomas da UFS ficará a cargo do Departamento de Letras Estrangeiras, com o apoio de parceiros institucionais, com o estabelecimento das seguintes competências:

#### **§ 1º Ao DLES compete:**

- I - Promover, acompanhar, avaliar o desenvolvimento dessa política de idiomas, por meio de diversas ações-programas-parcerias voltadas para o desenvolvimento das Línguas Estrangeiras na UFS, com o apoio do Programa Idiomas sem Fronteiras;
- II - Fomentar e/ou auxiliar, em parceria com a POSGRAP-CORI, ações de internacionalização;
- III - Incentivar ações que fomentem a pluralidade e a diversidade, sejam elas linguísticas ou culturais, pensando em sujeitos híbridos, em constante processo de reconstrução identitária, e em envoltos em um ambiente que privilegia práticas multiculturais e transculturais, com o apoio do Programa Idiomas sem Fronteiras.

#### **§ 2º À POSGRAP/CORI compete:**

- I - Fomentar a cooperação para pesquisas bilaterais e multilaterais, tendo como base a língua estrangeira;
- II - Apoiar atividades e/ou ações que incentivem práticas plurilíngues de alunos, professores, e servidores da UFS, tanto no país quanto no exterior;
- III - Apoiar iniciativas que promovam o estabelecimento de um ambiente multicultural e transcultural no âmbito da Pós-Graduação.
- IV - acompanhar e apoiar Programas/Projetos de ensino de línguas vinculados a convênios e termos de cooperação com instituições ou agências de fomento;
- V - promover a cooperação interinstitucional e a mobilidade acadêmica;
- VI - realizar prospecção de parceiros nacionais e internacionais para convênios e termos de cooperação, visando o ensino de línguas e a internacionalização;
- VII - promover e acompanhar ações de acolhimento ao estudante estrangeiro na UFS.

#### **§ 3º À PROEX compete:**

- I - elaborar, divulgar e monitorar a execução de editais de projetos de extensão associados ao desenvolvimento das línguas estrangeiras, e que envolvam atividades relacionadas a projetos, cursos e eventos de extensão, uma vez que a extensão universitária privilegia ações de educação focadas, entre outras ações, nas relacionadas a educação e cidadania, e educação continuada;
- II - fomentar atividades artísticas e culturais relacionadas às línguas estrangeiras e suas literaturas.

#### **§ 4º À PROGRAD compete:**

- I - incentivar atividades destinadas à valorização das línguas estrangeiras nos currículos de Graduação;
- II - incentivar e apoiar as atividades culturais e ações destinadas ao ensino das línguas estrangeiras entre os alunos da Graduação;
- III - apoiar, incentivar e proporcionar a valorização de práticas focadas na vivência em língua estrangeira ao aluno de Graduação.

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 6.** Quaisquer solicitações de alterações ou revisões desta resolução devem ser encaminhadas para o DLES.

**Art. 7.** Os casos omissos nessa portaria serão resolvidos por comissão estabelecida pelo Departamento de Letras Estrangeiras da Universidade Federal de Sergipe.

Sala das Sessões, XXXXXX de 2018

**REITOR Prof. Dr. Angelo Roberto Antonioli**  
**PRESIDENTE**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

**Interlocutório N° ---/2018 - CORI (11.11.01)**

**São Cristóvão-SE, 16 de Julho de 2018**

Após leitura da Política de Idiomas anexada, atesto ter ciência da participação do CORI, entando de acordo com os termos apresentados.

*(Assinado eletronicamente em 2018-07-16 11:31:23.714)*  
CHARLES DOS SANTOS ESTEVAM  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: CHARLES DOS SANTOS ESTEVAM (2335200)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Interlocutório Nº ---/2018 - LLIPI (11.24.07.02)

São Cristóvão-SE, 17 de Julho de 2018

Diante do parecer favorável do DEAPE e da solicitação de alguns ajustes, encaminho a Política de Idiomas da UFS para apreciação da PROEX, para que a referida Pró-reitoria assinala ter ciência do teor da política de idiomas, retornando, logo após, à Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras Inglês e Português-Inglês (LLIPI).

A ciência já foi dada pela CORI, restando, então, a ciência dada pela PROEX. Pedimos urgência na análise e retorno do processo, uma vez que a aprovação da política de idiomas da UFS é mandatória para que o Programa Idiomas sem Fronteiras continue a desempenhar suas funções na UFS. Tendo-nos sido dado o prazo até final de agosto de 2018, para que a Resolução aprovada seja enviada ao Núcleo Gestor do Programa, ligado ao SESu / MEC.

Segue a Política com os ajustes solicitados pelo DEAPE. Para facilitar a análise da PROEX, copio, abaixo, trecho do Capítulo V, art. 5º., § 3º (pág. 24), em que a PROEX é referenciada:

§ 3º **À PROEX compete:**

- I - elaborar, divulgar e monitorar a execução de editais de projetos de extensão associados ao desenvolvimento das línguas estrangeiras, e que envolvam atividades relacionadas a projetos, cursos e eventos de extensão, uma vez que a extensão universitária privilegia ações de educação focadas, entre outras ações, nas relacionadas a educação e cidadania, e educação continuada;
- II - fomentar atividades artísticas e culturais relacionadas às línguas estrangeiras e suas literaturas.

A Política de Idiomas atualizada pode ser verificada nas páginas 21-25.

*(Assinado eletronicamente em 2018-07-17 01:33:27.911)*

ELAINE MARIA SANTOS  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: ELAINE MARIA SANTOS (2522010)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

**Interlocutório N° ---/--- - PROEX (11.10.00)**

**São Cristóvão-SE, 17 de Julho de 2018**

Ao Coordenador do LLIPI,

Após a análise da minuta de Resolução que trata da Política de Idiomas da UFS (p. 21-25), com destaque ao artigo 4º, parágrafo único, inciso II (p. 23) e, o que compete à PROEX, art. 5º § 3º (p. 24), e;

Considerando que o texto proposto está em consonância com as diretrizes da extensão universitária;

Considerando que o desenvolvimento da Política de Idiomas da UFS, possibilita ações de extensão articuladas ao ensino e a pesquisa;

Considerando que a proposta atende o Plano de Desenvolvimento institucional/2016-2020 no que tange a dimensão Qualidade e Desempenho Acadêmico, como incentivar o aprendizado de língua estrangeira e, a dimensão Relação e Comunicação com a Sociedade mensurada pelo impacto social dos projetos de extensão;

A Pró-reitoria de Extensão manifesta-se favorável a minuta de Resolução em tela.

*(Assinado eletronicamente em 2018-07-17 19:00:14.362)*

ROSA MARIA VIANA DE BRAGANCA GARCEZ

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

Matrícula: ROSA MARIA VIANA DE BRAGANCA GARCEZ (426368)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

**Interlocutório N° ---/2018 - LLIPI (11.24.07.02)**

**São Cristóvão-SE, 18 de Julho de 2018**

Solicito que a Política de Idiomas da UFS seja enviada ao CONEPE para apreciação e aprovação.

*(Assinado eletronicamente em 2018-07-18 10:46:08.781)*

ELAINE MARIA SANTOS  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: ELAINE MARIA SANTOS (2522010)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

**Interlocutório N° ---/2018 - LLIPI (11.24.07.02)**

**São Cristóvão-SE, 18 de Julho de 2018**

Solicito que a Política de Idiomas da UFS seja encaminhada para o CONEPE, para apreciação e aprovação, tendo sido anexados dois documentos que auxiliarão nesse processo: a PORTARIA N° 30, DE 26 DE JANEIRO DE 2016, publicada no DOU, e documento comprobatório do curto prazo que temos para que a política de idiomas possa ser aprovada.

*(Assinado eletronicamente em 2018-07-18 10:50:58.545)*

ELAINE MARIA SANTOS  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: ELAINE MARIA SANTOS (2522010)

Código de Vaga: 1002759 26448 UNIFESSPA Cargo: Estatístico Código SIAPE: 701033 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 1002795; 0863896	Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 1002817 26448 UNIFESSPA Cargo: Técnico em Agropecuária Código SIAPE: 701214 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 1003193; 0298030
26448 UNIFESSPA Cargo: Fisioterapeuta Código SIAPE: 701038 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 1002802	26448 UNIFESSPA Cargo: Técnico em Contabilidade Código SIAPE: 701224 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 1003199
26448 UNIFESSPA Cargo: Jornalista Código SIAPE: 701045 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0814864	26448 UNIFESSPA Cargo: Técnico de Laboratório/Área Código SIAPE: 701244 Nº de vagas: 5 Código de Vaga: 1003135; 1003136; 1003137; 1003138; 1003139
26448 UNIFESSPA Cargo: Médico/área Código SIAPE: 701047 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 1002805	26448 UNIFESSPA Cargo: Tradutor e Intérprete de Linguagem Sinais Código SIAPE: 701266 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 1003238
26448 UNIFESSPA Cargo: Nutricionista/Habilitação Código SIAPE: 701055	

**PORTARIA Nº 30, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

Amplia o Programa Idiomas sem Fronteiras.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e IV, da Constituição, e considerando o Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011, que instituiu o Programa Ciência sem Fronteiras - CsF, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Programa Idiomas sem Fronteiras - IsF, com a finalidade de propiciar a formação inicial e continuada e a capacitação em idiomas de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo das Instituições de Educação Superior - IES Públicas e Privadas e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - RFEPT, de professores de idiomas da rede pública de Educação Básica, bem como a formação e a capacitação de estrangeiros em língua portuguesa, contribuindo para o desenvolvimento de uma política linguística para o país.

§ 1º As ações empreendidas no âmbito do Programa IsF serão complementares às atividades do Programa CsF e de outras políticas públicas de internacionalização da Educação Superior.

§ 2º O Programa IsF fará a seleção dos participantes por meio de editais específicos.

Art. 2º São objetivos do Programa IsF:

I - promover, por meio da capacitação em diferentes idiomas, a formação presencial e virtual de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo das IES e da RFEPT, e de professores de idiomas da rede pública de Educação Básica, bem como a formação e a capacitação de estrangeiros em língua portuguesa, conferindo-lhes a oportunidade de novas experiências educacionais e profissionais voltadas para a qualidade, o empreendedorismo, a competitividade e a inovação;

II - promover e contribuir com a formação inicial dos estudantes de licenciatura em língua estrangeira e formação continuada de professores de língua estrangeira, para fins específicos de internacionalização nas IES e nas escolas brasileiras;

III - ampliar a participação e a mobilidade internacional, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, estudos, treinamentos e capacitação em instituições de excelência no exterior;

IV - contribuir para o processo de internacionalização das IES, da RFEPT e dos centros de pesquisa;

V - contribuir para o aperfeiçoamento linguístico da comunidade acadêmica das IES e da RFEPT;

VI - contribuir para a criação, o desenvolvimento e a institucionalização dos Núcleos de Línguas- NuLi IsF e articulação desses com os Centros de Idiomas já existentes nas IES e na RFEPT, ampliando a oferta de vagas; e

VII - fortalecer o ensino de idiomas no país, bem como o de língua portuguesa do Brasil e cultura brasileira no exterior.

Art. 3º O Programa contará com um Núcleo Gestor, o qual terá as seguintes atribuições:

I - representar o Programa junto às diferentes instâncias e instituições;

II - propor plano de ação visando ao desenvolvimento do Programa;

III - buscar novas parcerias para o Programa;

IV - elaborar relatórios de desenvolvimento do Programa;

V - conduzir reuniões sobre o Programa;

VI - coordenar o trabalho em rede com as instituições envolvidas no Programa, respeitando a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das IES e da RFEPT;

VII - articular as relações interinstitucionais e demais ações visando ao cumprimento do Programa;

VIII - acompanhar e supervisionar o desenvolvimento do Programa; e

IX - elaborar e propor à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação - SESu-MEC minuta/portaria regulamentando o funcionamento do Programa e do Núcleo Gestor.

Art. 4º O Núcleo Gestor do Programa será composto pelos seguintes membros, designados por ato do Secretário de Educação Superior:

I - um presidente;

II - um vice-presidente com especialidade em uso de tecnologias para educação e ensino de idiomas;

III - um vice-presidente para cada um dos idiomas contemplados no âmbito do Programa; e

IV - um representante de cada um dos seguintes órgãos e por eles indicados:

a) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes;

b) Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SE-TEC;

c) Secretaria de Educação Básica - SEB; e

d) Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI.

§ 1º Caberá à SESu disponibilizar a estrutura física necessária ao funcionamento do Núcleo Gestor do Programa IsF, bem como proporcionar corpo técnico para a execução das atividades e dos procedimentos do Programa no âmbito do MEC.

§ 2º As atividades exercidas no âmbito do Núcleo Gestor do Programa IsF são de interesse público e a participação no mesmo será considerada prestação de serviço relevante e não remunerada.

Art. 5º Para a execução do Programa IsF, poderão ser firmados convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e com entidades privadas; do mesmo modo, poderão ser utilizadas parcerias já firmadas no âmbito do Programa CsF e de outras políticas públicas de internacionalização da Educação Superior, para realização das ações previstas no âmbito do Programa.

Parágrafo único. As parcerias mencionadas neste artigo serão firmadas pelo MEC e pela Capes, e terão como objetivo atender às necessidades da comunidade acadêmica do ensino superior e técnico e, igualmente, dos professores de idiomas da rede pública de Educação Básica.

Art. 6º Os convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres deverão, necessariamente:

I - incluir especialistas dos departamentos dos idiomas das IES e da RFEPT nos processos de planejamento e implementação propostos;

II - fortalecer o investimento na área, especialmente nas IES e na RFEPT que não possuem corpo docente especializado no ensino de idiomas; e

III - fortalecer as licenciaturas e a formação de professores de idiomas nas IES e na RFEPT credenciadas ao Programa.

§ 1º As parcerias entre instituições de ensino superior estrangeiras e brasileiras deverão ser estimuladas, permitindo o intercâmbio de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo, com foco no ensino de idiomas no Brasil e de língua portuguesa do Brasil no exterior.

§ 2º As parcerias referidas no § 1º serão formalizadas por meio de instrumento específico, que explicitará as responsabilidades de cada uma das partes.

Art. 7º A participação das IES e da RFEPT no Programa é facultativa e o seu credenciamento será realizado por intermédio de edital ou de carta-convite, a serem publicados pelo MEC, por meio da SESu e da SETEC ou da Capes.

Art. 8º Ato do Ministro da Educação disporá sobre a forma de operacionalização do Programa.

Art. 9º Compete à SESu:

I - promover e incentivar a participação das IES e da RFEPT no Programa;

II - auxiliar as IES e a RFEPT na institucionalização de seus NuLi e na articulação desses com os Centros de Idiomas já existentes nas IES e na RFEPT;

III - estabelecer, em parceria com a Capes, por meio do Núcleo Gestor do Programa, os perfis de bolsistas que poderão fazer parte do Programa IsF;

IV - promover o ensino e o aprendizado de idiomas, por meio das IES e da RFEPT participantes do Programa;

V - auxiliar nos acordos estabelecidos com parceiros para a implementação de cursos on-line;

VI - organizar, em articulação com as IES, a RFEPT e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, a aplicação de testes de nivelamento ou de proficiência em idiomas;

VII - acompanhar e avaliar a implementação do Programa e divulgar, periodicamente, os seus resultados;

VIII - gerenciar e acompanhar as ações do Programa, com a colaboração da Capes; e

IX - articular iniciativas que fortaleçam as ações do Programa IsF com a SEB, a SETEC, a SECADI e a Capes.

Art. 10. Compete à Capes:

I - colaborar com a SESu no acompanhamento e na avaliação do Programa;

II - estabelecer, em parceria com a SESu e com o Núcleo Gestor do Programa, a regulamentação necessária para a execução do Programa pela Capes;

III - implementar a concessão de bolsas e auxílios referentes ao Programa; e

IV - auxiliar no fortalecimento de programas que valorizem a formação de professores de diferentes idiomas.

Art. 11. Compete às IES e à RFEPT participantes do Programa:

I - promover e incentivar a participação de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo no Programa;

II - disponibilizar à SESu os dados necessários à implementação, ao acompanhamento e à supervisão do Programa;

III - selecionar os bolsistas que participarão do Programa para atender aos critérios estabelecidos pela Capes ou pela SESu;

IV - aplicar testes de nivelamento ou de proficiência ao público-alvo do Programa, em articulação com a SESu;

V - ofertar formação presencial em diferentes idiomas, por meio de NuLi;

VI - divulgar e dar suporte à formação virtual de estudantes oferecida pelo Programa;

VII - disponibilizar sua infraestrutura às ações do Programa;

VIII - implementar uma política de ensino de idiomas no âmbito de sua instituição, valorizando as ações do Programa; e

IX - garantir condições de acessibilidade, visando à plena participação dos estudantes com deficiência.

Parágrafo único. A seleção dos bolsistas que participarão do Programa se dará por meio de indicações da Reitoria das IES e da RFEPT, no caso dos coordenadores, e via edital de seleção, no caso dos professores.

Art. 12. O Programa IsF será custeado por dotações orçamentárias da União consignadas anualmente aos órgãos e às entidades envolvidas no Programa, observados os limites de movimentação, de empenho e de pagamento fixados anualmente.

Art. 13. As bolsas concedidas pela Capes aos participantes do Programa IsF, de acordo com o que estabelece o art. 2º, § 1º, da Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007, serão regulamentadas por instrumento próprio elaborado pela Capes, em conjunto com a SESu. As bolsas serão concedidas de acordo com as seguintes categorias:



I - Coordenador IsF: professor de IES e da RFEPCCT, docente da área de língua inglesa, responsável pela emissão dos relatórios dos trabalhos desenvolvidos no NuLi, articulação institucional, supervisão administrativo-pedagógica dos cursos ofertados, podendo ser o mesmo coordenador já indicado para as atividades de Centro Aplicador. Nesse caso, o coordenador responderá cumulativamente pelas atribuições do Centro Aplicador e do NuLi. O valor das bolsas a serem concedidas enquanto exercer a função corresponde aos valores das bolsas de doutorado pagas no país;

II - Coordenador Pedagógico: professor de IES e da RFEPCCT, docente da área de língua inglesa, indicado pelo Coordenador IsF, com experiência comprovada no Currículo Lattes de atuação na área de ensino-aprendizagem de língua inglesa e/ou formação de professores em língua inglesa, responsável pelo planejamento pedagógico, acompanhamento dos professores, assessoria à Coordenação IsF e acompanhamento acadêmico-administrativo dos alunos, por intermédio da plataforma de gestão do IsF. O valor das bolsas a serem concedidas enquanto exercer a função corresponde aos valores das bolsas de doutorado pagas no país;

III - Professor de Inglês: licenciando ou licenciado em língua inglesa vinculado à própria instituição ou a outras instituições de ensino, que seja: aluno de graduação ou de pós-graduação, professor ativo, professor visitante, professor aposentado, professor voluntário vinculado a IES e à RFEPCCT, ou, ainda, servidor técnico da própria instituição. O valor das bolsas a serem concedidas enquanto exercer a função corresponde aos valores das bolsas de mestrado pagas no país.

Parágrafo único. Tendo em vista que o Programa tem como objetivo a formação e preparação de professores de idiomas em formação inicial e continuada para a internacionalização, a carga horária de dedicação ao Programa será de vinte horas semanais, distribuídas da seguinte forma:

a) Cinco horas de formação pedagógica para a internacionalização, a ser conduzida pela equipe local e em parceria com o Núcleo Gestor do Programa;

b) Doze horas de experiência profissional para internacionalização, divididas em três turmas de dez a vinte alunos cada, com atendimento de quatro horas semanais cada;

c) Três horas de atividades de acompanhamento e suporte (coaching) a alunos de cursos on-line ou outras atividades indicadas pela Coordenação local, conforme orientação do Núcleo Gestor do Programa.

Art. 14. É vedado ao beneficiário o acúmulo do auxílio concedido pela Capes com as bolsas oferecidas por outras Agências de Fomento Públicas Nacionais, ou com quaisquer outros recursos provenientes do Tesouro Nacional.

Art. 15. Os casos omissos nesta Portaria serão analisados pela Coordenação responsável pelo Programa.

Art. 16. Fica revogada a Portaria nº 973, de 14 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 222, de 17 de novembro de 2014, Seção 1, páginas 11 e 12.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

#### PORTARIA Nº 31, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

Reconhece os cursos de pós-graduação, stricto sensu, recomendados pelo Conselho Técnico-Científico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, em observância ao contido no art. 4º do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e tendo em vista o disposto na Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001, bem como no Parecer nº 344/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, proferido nos autos do Processo nº 23001.000097/2015-31, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos de pós-graduação, stricto sensu, relacionados no anexo, com prazo de validade determinado pela sistemática avaliativa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

Ministério da Educação - MEC  
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes  
Diretoria de Avaliação - DAV  
Coordenação Geral de Avaliação e Acompanhamento - CGAA

Propostas de Cursos Novos  
155ª Reunião CTC-ES  
3 a 7 de novembro de 2014  
PROPOSTAS PROFISSIONAIS

Seq	Área	Nome do Curso	Nível	Nota CTC-ES	SIGLA	Nome IES	UF	Região
1	Administração, Ciências Contábeis e Turismo	Comportamento do Consumidor	MP	3	ESPM	Escola Superior de Propaganda e Marketing	SP	Sudeste
2	Administração, Ciências Contábeis e Turismo	Ciências Contábeis	MP	3	FUCAPE-RJ	Fucape Pesquisa Ensino e Participações Limitada	RJ	Sudeste
3	Administração, Ciências Contábeis e Turismo	Administração	MP	3	UNESP/JAB	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Jaboticabal	SP	Sudeste
4	Administração, Ciências Contábeis e Turismo	Administração - Gestão, Internacionalização e Logística	MP	3	UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí	SC	Sul
5	Ciências Agrárias I	Produção Vegetal no Semiárido	MP	3	IFBAIANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	BA	Nordeste
6	Ciências Agrárias I	Irrigação no Cerrado	MP	3	IFGOIANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	GO	Centro-Oeste
7	Ciências Agrárias I	Proteção de Plantas	MP	3	IFGOIANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	GO	Centro-Oeste
8	Ciências Ambientais	Uso Sustentável de Recursos Naturais	MP	3	IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	RN	Nordeste
9	Ciências Ambientais	Ciência e Tecnologia Ambiental	MP	3	UEZO	Centro Universitário Estadual da Zona Oeste	RJ	Sudeste
10	Ciências Ambientais	Gestão de Riscos e Desastres Naturais na Amazônia	MP	3	UFPA	Universidade Federal do Pará	PA	Norte
11	Ciências Ambientais	Gestão de Riscos e Desastres Naturais	MP	4	UFPE	Universidade Federal de Pernambuco	PE	Nordeste
12	Ciências Ambientais	Desastres Naturais	MP	3	UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	SC	Sul
13	Ciências Biológicas I	Aconselhamento Genético e Genômica Humana	MP	4	USP	Universidade de São Paulo	SP	Sudeste
14	Enfermagem	Saúde da Família	MP	3	FACENE	Faculdade de Enfermagem Nova Esperança	PB	Nordeste
15	Engenharias II	Tecnologia e Engenharia de Materiais	MP	3	IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	RS	Sul
16	Engenharias IV	Engenharia de Controle e Automação	MP	3	IFES	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	ES	Sudeste
17	Engenharias IV	Sistemas de Energia	MP	3	UTPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	PR	Sul
18	Ensino	Educação em Ciências e Matemática	MP	3	UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	RJ	Sudeste
19	Filosofia	Filosofia e Ensino	MP	3	CEFET/RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	RJ	Sudeste
20	Geografia	Geografia	MP	4	UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	RN	Nordeste
21	Medicina I	Medicina	MP	4	UNESP/BOT	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Botucatu	SP	Sudeste
22	Medicina II	Saúde Perinatal	MP	3	UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	RJ	Sudeste
23	Medicina II	Pesquisa Clínica	MP	3	UNESP/BOT	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Botucatu	SP	Sudeste
24	Medicina III	Saúde da mulher	MP	3	FUFPI	Fundação Universidade Federal do Piauí	PI	Nordeste
25	Medicina III	Tecnologia Minimamente Invasiva e Simulação na Área de Saúde	MP	3	UNICHISTUS	Centro Universitário Christus	CE	Nordeste
26	Medicina III	Ciências, Tecnologia e Gestão Aplicadas à Regeneração Tecidual	MP	3	UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo	SP	Sudeste
27	Medicina Veterinária	Ciência em Animais de Laboratório	MP	3	FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz	RJ	Sudeste
28	Medicina Veterinária	Alimentos de Origem Animal	MP	3	UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS	Sul
29	Saúde Coletiva	Avaliação e Produção de Tecnologias para o SUS	MP	3	GHC	Hospital Nossa Senhora da Conceição	RS	Sul
30	Saúde Coletiva	Políticas Públicas em Saúde	MP	3	EGS/FIOCRUZ Brasília	Escola de Governo em Saúde/Diretoria Regional de Brasília Fiocruz	DF	Centro-Oeste
31	Saúde Coletiva	Atenção Primária à Saúde	MP	3	UFRRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	RJ	Sudeste
32	Saúde Coletiva	Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador	MP	3	UFU	Universidade Federal de Uberlândia	MG	Sudeste
33	Saúde Coletiva	Saúde Coletiva	MP	3	UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense	SC	Sul
34	Saúde Coletiva	Entomologia em Saúde Pública	MP	4	USP	Universidade de São Paulo	SP	Sudeste

#### PROPOSTAS ACADÊMICAS

Seq	Área	Nome Programa	Nível	Nota CTC-ES	SIGLA	Nome IES	UF	Região
1	Ciências Biológicas I	Ciências Biológicas	DO	4	UNIPAMPA	Fundação Universidade Federal do Pampa	RS	Sul
2	Educação Física	Ciências do Exercício e do Esporte	ME/DO	4/4	UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	RJ	Sudeste

#### Legenda

MP - Mestrado Profissional  
ME - Mestrado Acadêmico  
DO - Doutorado

#### DESPACHOS DO MINISTRO Em 26 de janeiro de 2016

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CEB nº 13/2015, da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, que propõe a aprovação das Diretrizes Operacionais Nacionais para o credenciamento institucional e a oferta de cursos e programas de Ensino Médio, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, nos termos do Projeto de Resolução anexo ao aludido Parecer, conforme consta do Processo nº 23000.013521/2015-17.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 344/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao reconhecimento, com prazo de validade determinado pela sistemática avaliativa, dos programas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), aprovados pelo Conselho Técnico e Científico - CTC da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, na reunião realizada de 3 a 7 de novembro de 2014 (155ª Reunião), e constantes dos anexos do referido Parecer, conforme consta do Processo nº 23001.000097/2015-31.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

#### INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

#### PORTARIA Nº 188, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, nomeado pelo Decreto MEC de 03.09.2013, publicado no DOU de 04.09.2013, seção 2, página 1, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização concedida pelo Decreto nº 7.312, de 22 de setembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2010, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e pela Portaria Interministerial nº 56, de 20 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2011, dos Excelentíssimos Senhores Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministro da Educação, resolve:

# Inglês - Administrativo

[Painel](#) » [Meus cursos](#) » [ingles\\_administrativo](#) »

[Informações, Orientações e Assuntos Gerais](#) »

[Entrega da Política Linguística](#)

# Entrega da Política Linguística

Olá, prezados coordenadores!

Disponibilizamos esta ferramenta para que cada coordenador possa **encaminhar a política linguística de sua instituição** em atendimento ao edital de (re)credenciamento no seguinte prazo:

- **Universidades Federais: até 31/08/2018**
- **Universidades Estaduais: até 31/08/2018**
- **Institutos Federais: até 14/12/2018**

Abraços,

Núcleo Gestor IsF

## Status de envio

Status de envio	Nenhuma tentativa
Status da avaliação	Não há notas
Última modificação	-
Comentários ao envio	► Comentários (0)

Adicionar tarefa

Fazer alterações em seu envio

# ACESSO E CONTATO

## Programa Idiomas sem Fronteiras

🌐 <http://isf.mec.gov.br>

✉ [isf.pedagogico@programaisf.pro.br](mailto:isf.pedagogico@programaisf.pro.br)

SISTEMA DE GESTÃO IsF: 🌐

<http://isfgestao.mec.gov.br>

SISTEMA DE INSCRIÇÕES (aluno): 🌐

<http://isfaluno.mec.gov.br>

SAC (bolsas): 🌐 <http://sac.capes.gov.br>



ORGULHOSAMENTE FEITO COM 

Este tema foi desenvolvido por [conecti.me](http://conecti.me)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Interlocutório N° ---/2018 - DLES (11.24.07)

São Cristóvão-SE, 18 de Julho de 2018

Ao CONEPE

Prezados,

Com o recredenciamento da UFS junto ao Programa Idiomas sem Fronteiras, ligado ao SESu/MEC, a universidade continuou a oferecer à comunidade acadêmica ações para o desenvolvimento lingüístico de professores e servidores nas seguintes línguas: inglês, francês, espanhol e Português como Língua Estrangeiras. Oferecemos cursos presenciais nas quatro línguas mencionadas, além de um curso online em inglês e aplicação de provas de proficiência na língua inglesa (TOEFL), de forma gratuita para todos os interessados. Em 2019, começaremos a aplicar a prova de CELPE-bras aos estrangeiros que estudam na UFS e que precisam comprovar fluência no nosso idioma. A cada oferta de cursos presenciais de inglês, disponibilizamos 18 turmas para a nossa comunidade acadêmica, representando 450 vagas regulares. Para que a UFS continue recredenciada ao programa, precisamos aprovar uma política de idiomas, na forma de resolução, como forma de sinalizar o nosso compromisso com o desenvolvimento das línguas estrangeiras na IES. Temos até o dia 31 de agosto para que essa minuta seja inserida no site do Núcleo Gestor do programa, conforme pode ser comprovado nos prazos sinalizados no documento aqui anexado. A Política de Idiomas, ou Política linguística foi um dos pre-requisitos exigidos quando do recredenciamento da UFS no programa, conforme pode ser verificado na PORTARIA N º 30, DE 26 DE JANEIRO DE 2016, publicada no DOU e que também foi aqui anexada.

Diante do exposto, solicito que a Política de Idiomas da UFS possa ser apreciada pelo CONEPE, tendo recebido a aprovação do Conselho do Departamento de Letras Estrangeiras, do conselho do CECH e do DEAPE. Seguimos fielmente as solicitações de alteração propostas pelo DEAPE, conforme pode ser observado nas páginas 21-25. As aprovações da CORI e da PROEX já foram também obtidas, conforme pareceres emitidos por esses órgãos, e, diante da urgência na aprovação da política, em decorrência do curto prazo que temos, e após conversas de orientação no DEAPE, retiramos as menções feitas a dois outros departamentos da instituição, de modo que a política ficasse ainda mais enxuta e pronta para aprovação.

Se possível, peço que a Política de Idiomas da UFS seja colocada em apreciação ainda na reunião de 27 de Julho.

*(Assinado eletronicamente em 2018-07-18 15:28:12.114)*

LUIZ EDUARDO MENESES DE OLIVEIRA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

Matrícula: LUIZ EDUARDO MENESES DE OLIVEIRA (1088492)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

**Ordinatório N° ---/--- - CONSU (11.02)**

**São Cristóvão-SE, 31 de Julho de 2018**

Ao GR para definir relator.

*(Assinado eletronicamente em 2018-07-31 13:54:32.786)*  
ROSE MARY SILVEIRA MENEZES  
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO  
Matrícula: ROSE MARY SILVEIRA MENEZES (425714)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

**Interlocutório N° ---/2018 - GR (11.03.00)**

**São Cristóvão-SE, 31 de Julho de 2018**

Ao Conselheiro Prof. Dr. Mário Adriano dos Santos para emitir parecer, observando o regime de tramitação especial.

*(Assinado eletronicamente em 2018-07-31 15:41:37.724)*  
ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI (997456)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Interlocutório Nº ---/2018 - GR (11.03.00)

São Cristóvão-SE, 01 de Agosto de 2018

Ao Conselheiro Prof. Dr. Adriano Antunes para emitir parecer, observando o regime de tramitação especial.

*(Assinado eletronicamente em 2018-08-01 10:29:28.082)*  
ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matricula: ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI (997456)

Ata da sessão ordinária do Conselho do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde e da Coordenação de Curso do CCBS da Universidade Federal de Sergipe, realizada em 08 de agosto de 2018.

1  
2  
3  
4  
5 Ao oitavo dia do mês de agosto de dois mil e dezoito, às quinze horas, na sala da Direção do Centro de  
6 Ciências Biológicas e da Saúde da UFS, reuniu-se ordinariamente o Conselho de Centro e a  
7 Coordenação de Curso sob a presidência do Prof. Dr. Adriano Antunes de Souza Araújo (Diretor do  
8 CCBS) e contando com a **presença dos (as) seguintes conselheiros (as):** Prof. Dr. Afrânio de Andrade  
9 Bastos (Chefe do Depto. de Educação Física), Prof. Dr. Daniel Badauê Passos Júnior (Chefe do Depto.  
10 de Fisiologia), Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristiane Franca Lisboa Gois (Subchefe do Depto. de Enfermagem), Prof. Dr.  
11 Cleverson Luciano Trento (Chefe do Depto. de Odontologia), Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Analicia Rocha Santos Freire  
12 (Subchefe do Depto. de Nutrição), Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raphaela Barroso Guedes Granzotti (Chefe do Depto. de  
13 Fonoaudiologia), Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosemeire Dantas de Almeida (Chefe do Depto. de Fisioterapia), Prof. Dr.  
14 Bruno Lassamar Bueno Valadares (Subchefe do Depto. de Biologia), Prof. Dr. Marcos Vinicius Da Silva  
15 (Subchefe do Depto. de Morfologia), Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Bianca Giuliano Ambrogi (Chefe do Depto. de Ecologia),  
16 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Brancilene Santos de (Representante Docente do Conselho do CCBS) e Prof. Dr. Sócrates  
17 Cabral De Holanda Cavalcanti (Subchefe do Depto. de Farmácia). **Ausência (s) justificada (s):** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>  
18 Ana Dorcas de Melo Inagaki (Representante Docente do Conselho do CCBS), Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elma Regina de  
19 Andrade Wartha (Representante Docente no Conselho do CCBS) e Sr. Luiz Vieira Messias - Técnico de  
20 Laboratório (Representante dos Téc. Adm.). **Ausência (s) não justificada (s):** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karla Freire  
21 Rezende (Chefe do Depto. de Medicina), Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Grespan Almeida (Chefe do Biotério do  
22 CCBS) e Prof. Dr. José Aderval Aragão (Representante Docente do Conselho do CCBS). Havendo  
23 número legal, os presentes foram consultados e aprovaram a inclusão em pauta de processos para  
24 professor voluntário do DBI e DME, além do pedido de utilização do espaço de pracinha do CCBS, a  
25 seguir foram abordados os seguintes itens de pauta: **a- Informes.** 1) Prof. Adriano lembrou sobre o prazo  
26 para cadastro de atividades da SEMAC até dia 30/08. 2) Wagner, do SINTUFS falou sobre a possibilidade  
27 de flexibilização da carga horária no DEN, DOD e DME, mostrando benefícios e obrigações, suas  
28 colocações forem reforçadas por colegas do sindicato. prof. Adriano se comprometeu em marcar reunião  
29 para discutir melhor sobre o assunto. 3) O discente Lucas pediu que haja empenho para que a comissão  
30 de equivalência de disciplinas intercampi apresente avanços, Prof. Adriano comprometeu-se em buscar  
31 esclarecimentos. **b- Aprovação da ata da reunião ordinária do dia 03.07.2018.** Após colocada em  
32 votação, foi aprovada por unanimidade. **c- Aprovação da ata da reunião extraordinária do dia**  
33 **18.07.2018.** Após colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. **d- Processo nº 029976/2018-20**  
34 **- Afastamento Para Licença Capacitação da Prof.<sup>a</sup> Joseilze Santos De Andrade/DEN** na Health  
35 Institute Brazil, na cidade de Aracaju, no período de 15/10/2018 a 12/01/2018. Considerando-se o Mérito  
36 Acadêmico e o Reconhecimento da Instituição; que as atividades didáticas da graduação serão  
37 distribuídas entre demais docentes do departamento; e considerado exequível, pertinente e, importante  
38 para o DEN e UFS. Após colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. **e- Processo nº**  
39 **030375/2018-60 - Afastamento Para Licença Capacitação da Prof.<sup>a</sup> Yana Teixeira Dos Reis/DBI** na  
40 Universidade Estadual de Santa Cruz, na cidade de Itabuna-BA, no período de 15/09/2018 a 15/12/2018.  
41 Considerando-se o Mérito Acadêmico e o Reconhecimento da Instituição; que as atividades didáticas da  
42 graduação são distribuídas com outro docente do departamento; e considerado exequível, pertinente e,  
43 importante para o DBI e UFS. Após colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. **f-**  
44 **Homologação de Professores Voluntários. Departamento de Nutrição: Processo nº 029085/2018-73 -**  
45 **Ticiane Clair Remacre Munareto Lima** para as disciplinas de Terapia Nutricional e Nutrição em Geriatria.  
46 **Departamento de Medicina: Processo nº 029778/2018-66 - Adriane Dórea Marques** para Ambulatório de  
47 pequenas cirurgias. Processo nº 029758/2018-95 - Alex Rodrigues Moura para a disciplina de Internato  
48 Clínico Cirúrgico. Processo nº - 029791/2018-15 - Bruno Fernandes de Oliveira Santos para a disciplina  
49 Saúde do Adulto II. Processo nº 033153/2017-18 - Filipe Ferreira Brasileiro para Cirurgia Plástica.  
50 **Departamento de Biologia: Processo nº 016307/2017-15 - Isabela Santos Correia Rosa** para Pesquisas  
51 no Ensino de Ciências e Biologia. Processo nº 021448/2017-41 - Luzia Cristina de Melo Santos Galvão  
52 para disciplina Pesquisas no Ensino de Ciências e Biologia. Processo nº 032425/2018-43 - Erica De  
53 Souza Monteiro para Prática de Pesquisas I e II. Processo nº 032259/2018-85 - Maracy Alves Silva para  
54 Estudos de caso ensino Ciências Biológicas. Processo nº 032066/2018-24 - Rodolfo De França Alves

55 para Anatomia Vegetal. Processo nº 031906/2018-31 - Maxwell Souza Silveira para Genética e Criação de  
56 Abelhas Eussociais. Processo nº 031579/2018-18 - Manoel Messias Santos Alves para Educação Em  
57 Saúde. Processo nº 031602/2018-74 - Camilla Silen De Almeida Dantas para História e Filosofia de  
58 Ciências Biológicas. Processo nº 031376/2018-21 - Mônica Andrade Modesto para Educação Ambiental.  
59 Processo nº 030033/2018-40 - Daniel Alvares Silveira De Assis para Cordados II. Após colocado em  
60 votação, todos foram aprovados por unanimidade. **g- Pedido de Colaboração Técnica do Prof. Giuliano**  
61 **di Pietro/DFA**, na UFSC num período de 2 anos, após discussões o conselho decidiu enviar o pedido a  
62 um relator. **h- O que ocorrer.** 1) Autorização para uso de uma das paredes da primeira pracinha do  
63 CCBS, localizadas entre o auditório e o Departamento de Biologia, para a construção de uma Farmácia  
64 Viva verticalizada. Trata-se de um projeto da disciplina de Estágio Supervisionado em Educação  
65 Ambiental, do DBI em parceria com o NGA (Núcleo de Gestão Ambiental), para melhor ambientalização  
66 dos espaços da universidade. A Farmácia Viva, será construída com canos de PVC suspensos na parede,  
67 e contará com a manutenção dos alunos do departamento e dos professores responsáveis (Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>  
68 Aline Nepomuceno e Prof. Dr. Genézio Tamara). O conselho decidiu por solicitar projeto para então  
69 decidir sobre o pleito. 2) Prof. Cristiane questionou sobre consolidação de estágios e foi esclarecida pelos  
70 pares. 3) Prof. Badauê informou aos interessados sobre projeto do Dep. de Computação para desenvolver  
71 software para almoxarifado virtual de reagentes químicos. 4) Prof. Brancilene sugeriu banco de dados de  
72 equipamentos adquiridos pelo FINEP para consulta. 5) Prof. Adriano informou da necessidade de  
73 discussão sobre ocupação da didática 7, não há obrigação dos programas de pós-graduação irem para lá,  
74 porém os centros têm autonomia para gestão dos espaços atualmente ocupados. Não havendo mais  
75 nada a tratar, e para constar eu, André Teixeira de Frades, Assessor Técnico deste Centro, lavrei esta ata  
76 que após lida e aprovada será assinada pelos presentes em reunião posterior. Cidade Universitária “Prof.  
77 José Aloísio de Campos”, 08 de agosto de 2018.

**André Teixeira de Frades**  
Assessor Técnico  
CCBS-UFS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Interlocutório Nº ---/--- - CCBS (11.22.00)

São Cristóvão-SE, 08 de Agosto de 2018

Desconsiderar ata de conselho de centro anexada.

*(Assinado eletronicamente em 2018-08-08 18:10:15.403)*

ANDRÉ TEIXEIRA DE FRADES

ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

Matrícula: ANDRÉ TEIXEIRA DE FRADES (2215706)



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO**

**RESOLUÇÃO Nº 35/2018/CONEPE**

**Aprova a Política Linguística da UFS.**

O **CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO** da **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** a Portaria nº 30 de 26.01.2016 do Ministério da Educação;

**CONSIDERANDO** a importância de um dispositivo legal que trate da Política de Idiomas/política de Linguística da UFS;

**CONSIDERANDO** que a matéria foi analisada e aprovada pelos Conselhos de Departamento de Letras Estrangeiras e do Centro de Educação e Ciências Humanas em 21.05.2018 e 15.06.2018 respectivamente;

**CONSIDERANDO** que a proposta estabelece competências que envolve as Pró-Reitorias de Graduação, Pós-Graduação e Extensão a matéria teve parecer da PROGRAD, POSGRAP e PROEX;

**CONSIDERANDO** o parecer do Relator, **Cons. ADRIANO ANTUNES DE SOUZA ARAÚJO**, ao analisar o processo nº 24.252/2018-90;

**CONSIDERANDO** ainda, a decisão unânime deste Conselho, em sua Reunião Ordinária, hoje realizada;

**R E S O L V E**

**Art. 1º** Aprovar e instituir a Política Institucional de Línguas Estrangeiras e Vernaculares para Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da Universidade Federal de Sergipe, com os seguintes objetivos:

- I. definir as formas de desenvolvimento relativos às ações de ensino e aprendizagem de línguas no âmbito da UFS, considerando as políticas públicas vigentes;
- II. possibilitar experiências de diversidade linguística e cultural nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFS, favorecendo ações de internacionalização;
- III. trabalhar o ensino de línguas, objetivando promover a democratização do acesso a variados discursos possibilitados pelas línguas estrangeiras e vernaculares, visando à inclusão social e ao desenvolvimento de práticas que incentivem os processos de internacionalização da UFS;
- IV. favorecer a sistematização de ações de ensino e aprendizagem de línguas, bem como de pesquisas voltadas para essa área, capazes de promover a interação entre a comunidade interna e externa à universidade, priorizando as pessoas com vulnerabilidade socioeconômica;
- V. fomentar acordos de cooperação entre instituições estrangeiras e a UFS, com vistas à diversidade linguística e cultural e em consonância com as práticas voltadas ao processo de internacionalização da universidade;

- VI. contribuir para o desenvolvimento linguístico e a ampliação do repertório cultural local;
- VII. ampliar os espaços formativos de professores de línguas;
- VIII. criar programas e projetos que incentivem a inserção da comunidade de surdos à UFS, promovendo a LIBRAS na instituição e o acesso dessa comunidade a outras línguas, e,
- IX. articular-se com ações da PROEST, visando oferecer acesso ao ensino de línguas estrangeiras a estudantes com vulnerabilidade socioeconômica.

**Art. 2º** Ficam estabelecidas as seguintes possibilidades de desenvolvimento da política linguística da UFS, a ser fomentada por meio de ações internas e externas, de ensino, pesquisa e extensão:

- I. por intermédio de projetos de pesquisa que objetivem investigar ações relacionadas ao ensino, aprendizagem e formação de professores de línguas;
- II. por meio de projetos de extensão os quais fomentem o ensino e a aprendizagem de línguas da comunidade interna e/ou externa à UFS, bem como a discussão sobre formação de professores de línguas (ações de formação inicial ou continuada);
- III. pela via do ensino no âmbito da universidade nos cursos de graduação, e/ou pós-graduação;
- IV. por intermédio do Programa Idiomas sem Fronteiras, a partir da oferta de cursos presenciais e/ou a distância de Inglês, Espanhol, Francês e Português para Estrangeiros; bem como da aplicação de testes de proficiência à comunidade acadêmica e parcerias nacionais e internacionais visando ao desenvolvimento linguístico de alunos e servidores da UFS;
- V. por intermédio da aplicação de outros testes de proficiência à comunidade acadêmica visando ao desenvolvimento linguístico de alunos e servidores da UFS, e,
- VI. pelo intercâmbio de professores, pesquisadores e estudantes, tanto da graduação quanto da pós-graduação, falantes de outros idiomas, contribuindo para o processo de internacionalização.

**Art. 3º** A coordenação da política linguística da UFS ficará a cargo de uma Comissão, designada por portaria do Reitor, composta por docentes do Departamento de Letras Estrangeiras (DLES), de modo que cada língua estrangeira tenha um representante; por um docente do Departamento de Letras Libras (DELI), um docente Departamento de Letras Vernáculas (DLEV), um docente do Departamento de Letras do Campus de Itabaiana (DLI), o Coordenador de Relações Internacionais (CORI), o Coordenador Geral do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), um representante da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), um representante da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (POSGRAP), um representante da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e um representante do Colégio de Aplicação (CODAP), ficando a Comissão de Línguas vinculada à POSGRAP.

**Art. 4º** Esta Resolução entra em vigor nesta data e revoga as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2018

**REITOR Prof. Dr. Angelo Roberto Antonioli  
PRESIDENTE**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

**Ordinatório N° ---/--- - CONSU (11.02)**

**São Cristóvão-SE, 26 de Novembro de 2018**

Ao CECH para ciência e posterior devolução a este conselho.

*(Assinado eletronicamente em 2018-11-26 11:06:12.77)*  
ROSE MARY SILVEIRA MENEZES  
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO  
Matrícula: ROSE MARY SILVEIRA MENEZES (425714)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Interlocutório N° ---/2018 - CECH (11.24.00)

São Cristóvão-SE, 26 de Novembro de 2018

Aos Conselhos,

Após ciência.

Att.

*(Assinado eletronicamente em 2018-11-26 15:34:55.669)*  
ANA MARIA LEAL CARDOSO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: ANA MARIA LEAL CARDOSO (1039769)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

**Ordinatório N° ---/--- - CONSU (11.02)**

**São Cristóvão-SE, 26 de Novembro de 2018**

Ao SECOM para arquivar.

*(Assinado eletronicamente em 2018-11-26 15:50:14.415)*  
ROSE MARY SILVEIRA MENEZES  
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO  
Matrícula: ROSE MARY SILVEIRA MENEZES (425714)